CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 111, DE 2016
(Do Poder Executivo)
MSC 218/2016
AV 257/2016

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3600, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 Portaria nº 460, de 9 de junho de 2015 Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo, no município de Buriti Bravo MG;
- 2 Portaria nº 464, de 5 de junho de 2015 Associação Comunitária e Cultural Teresense, no município de Santa Teresa ES;
- 3 Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani MG;
- 4 Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015 Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, no município de Autazes AM;
- 5 Portaria nº 743, de 9 de junho de 2015 Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo, no município de Igaci AL;
- 6 Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois, no município de Anicuns GO;
- 7 Portaria nº 2.828, de 30 de julho de 2015 Associação Comunitária e Cultural de Iati, no município de Iati PE;
- 8 Portaria nº 2.838, de 30 de julho de 2015 Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho ACRCEAB, no município de Brumadinho MG;
- 9 Portaria nº 2.940, de 12 de agosto de 2015 Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio, no município de Capitólio MG;
- 10 Portaria nº 2.945, de 30 de julho de 2015 Associação Comunitária de Radiodifusão Belavistense, no município de São Sebastião da Bela Vista MG;
- 11 Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis SP;
- 12 Portaria nº 2.959, de 30 de julho de 2015 Associação dos Moradores e Produtores dos Bairros de Parambu, no município de Parambu CE;
- 13 Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema CE;

- 14 Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015 Associação de Moradores do Bairro Bento Marques Cohab, no município de Tarauacá AC;
- 15 Portaria nº 2.973, de 30 de julho de 2015 Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão, no município de Liberdade MG;
- 16 Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015 Associação Comunitária Inocencience de Comunicação e Marketing, no município de Inocência MS;
- 17 Portaria nº 3.149, de 30 de julho de 2015 Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Barra, no município de Barra BA;
- 18 Portaria nº 3.422, de 30 de julho de 2015 Associação Comunitária Rádio Tropical FM, no município Vera MT;
- 19 Portaria nº 3.424, de 30 de julho de 2015 Associação Comunitária Clube do Machadinho de Radiodifusão, no município de Lauro Muller SC;
- 20 Portaria nº 3.555, de 5 de agosto de 2015 Associação Cultural do Município de Indiara, no município de Indiara GO;
- 21 Portaria nº 3.591, de 19 de agosto de 2015 Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha, no município de Pratinha MG;
- 22 Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 Associação Lar Comunitário, no município de Poções BA;
- 23 Portaria nº 3.596, 19 de agosto de 2015 Associação Local de Obras Assistenciais, no município de Ferraz Vasconcelos SP;
- 24 Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015 Associação Comunitária Esperança de Iguatemi ACEI, no município de Iguatemi MS;
- 25 Portaria nº 3.600, de 19 de agosto de 2015 Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, no município de Dom Feliciano RS;
- 26 Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015 Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo, no município de Campo Redondo RN;
- 27 Portaria nº 3.611, de 19 de agosto de 2015 Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, no município de Mirassol D'Oeste MT;
- 28 Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015 Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru, no município de Paracuru CE;
- 29 Portaria nº 3.617, de 19 de agosto de 2015 Associação Comunitária Arco-Iris, no município de Ibiraci - MG;
- 30 Portaria nº 3.624, de 19 de agosto de 2015 Associação dos Moradores do Serra Verde, no município de Porto Alegre RS;
- 31 Portaria nº 3.625, de 19 de agosto de 2015 Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social, no município de Nova Esperança do Sul RS;
- 32 Portaria nº 3.631, de 19 de agosto de 2015 Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca ABCCM, no município de Meruoca CE.

- 33 Portaria nº 3.633, de 19 de agosto de 2015 Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, no município de Marcelândia MT;
- 34 Portaria nº 3.634, de 19 de agosto de 2015 Fundação Deputado Walfrido Monteiro, no município de Icó CE;
- 35 Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015 − Associação Cultural Amigos de Dores de Campos − ASCAD, no município de Dores de Campos − MG; e
- 36 Portaria nº 3.639, de 19 de agosto de 2015 Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM, no município de Cravinhos SP;

Brasília, 9 de maio de 2016.

Mustell

5.3000.005567/2013 67

EM nº 00011/2016 MC

01.02.16 11.30

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

A

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.005567/2013-61, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.
- 2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3°, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 3600/2015/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6°, Parágrafo Único, da Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos n° 53000.005567/2013-61 e n° 53790.001203/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0644451 e o código CRC FB2A40A4.

Aviso nº 257 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2016.

msc 212/2016

A Sua Excelência o Senhor Deputado BETO MANSUR Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 460, 464, 468, 648, 743, 2.019, 2.828, 2.838, 2.940, 2.945, 2.952, 2.959, 2.967, 2.969, 2.973, 2.993, 3.149, 3.422, 3.424, 3.555, 3.591, 3.594, 3.596, 3.598, 3.600, 3.603, 3.611, 3.612, 3.617, 3.624, 3.625, 3.631, 3.633, 3.634, 3.635 e 3.639.

Atenciosamente,

EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, substituta

De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SEFRO 12/Mai/2016 17:06 Ponto: 3109 Ass.: J



TVR 111/2016

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

53000-005567/2013-61

:: SEI / MC - 0083092 - Termo de Cadastro de Inf. Proc. no âmbito do ...

https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprime



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

- 1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
- 2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
- 3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 13 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo, em 13/08/2014, às 11:25, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0083092 e o código CRC 10D80D45.

27	= 4	1	-1	63	
28		1	1	64	
29	je	1	1	65	
30	•	1	1	66	
31		1	1	67	
32		1	1	68	Ja
33		1	1 .	69	
34		1	1	70	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: Renovação de Outorga

Protocolo nº: 53000.005567/2013-61

(Processo de Outorga nº 53790.001203/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da Associação Comunitária Padre Constantino Zajkcowski, sediada na localidade de Dom Feliciano / RS, tem validade até 30/05/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Chefe de Serviço

Brasília, 14 de fevereiro de 2013.

nf/CGRC

RANT



REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA INISTÉRIO DAS COMUNICA ÇÕES BRASILIA - DE

53000 005567/2013-61

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

SEAPA/SCE 05/02/2018-07:08

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO ZAJKCOWSKI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.571.761/0001-66, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 590, Bairro Centro, na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 457 datada de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 204 publicado no Diário Oficial da União datado de 30/05/2003, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Dom Feliciano - RS, 17 de janeiro de 2013.

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: MARCO AURÉLIO TYSKA

CPF: 898.232.900-59

Semo



DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, MARCO AURÉLIO TYSKA, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO ZAJKCOWSKI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.571.761/0001-66, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 457 datada de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 204 publicado no Diário Oficial da União datado de 30/05/2003, declaro para os devidos fins, na forma da lei, que:

- a emissora encontra-se com sua instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previsto na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação, em anexo.

Dom Feliciano - RS, 17 de janeiro de 2013.

Morco A VISICZ

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: MARCO AURÉLIO TYSKA

CPF: 898.232.900-59

Endereço completo: Avenida Borges de Medeiros, nº 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000



DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº_ 462, de 14 de outubro de 2011.

Dom Feliciano - RS, 17 de janeiro de 2013.

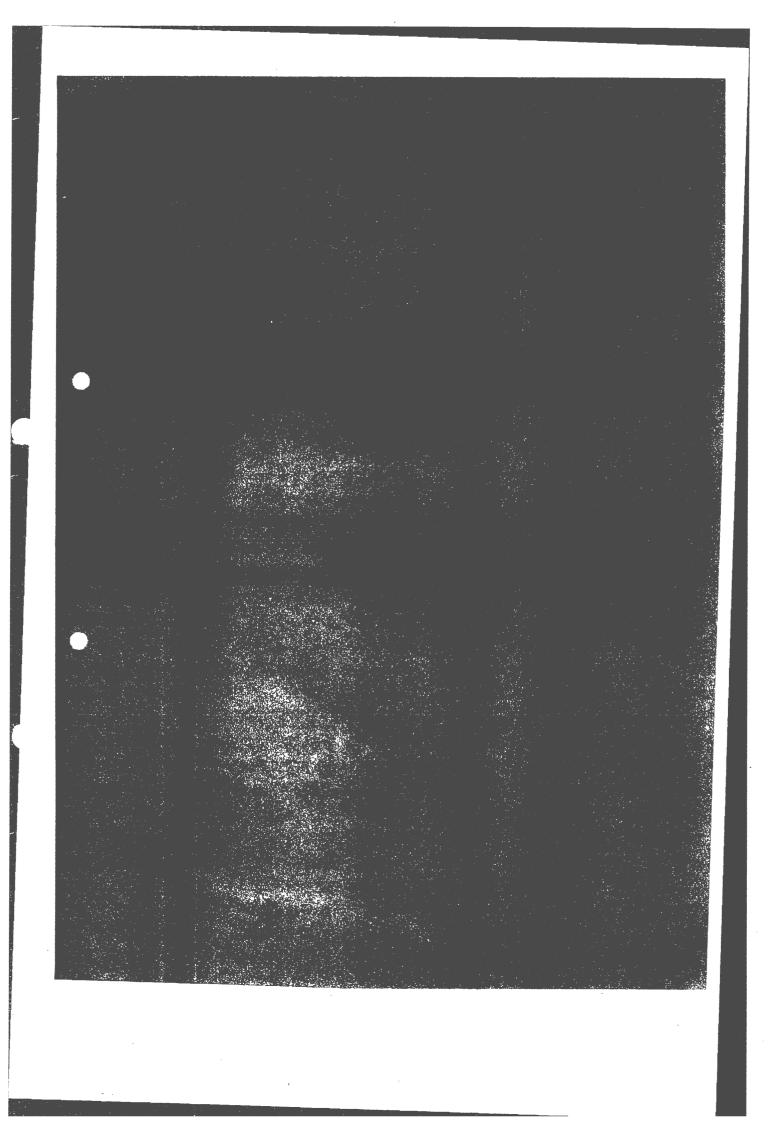
Merce & +13Ka

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: MARCO AURÉLIO TYSKA

CPF: 898.232.900-59

Endereço completo: Avenida Borges de Medeiros, nº 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000









BOLETO >> Nada Consta

menu ajuda





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome:

ASSOCIACAO COMUNITARIA PE. CONSTANTINO ZAJKOWSKI

CNPJ:

01.571.761/0001-66

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 20:37:09 do dia 07/01/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/02/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

BRENO BANDA JUNIOR Expenheiro CREARS 60805-D

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA						
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.571.761/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS	DATA DE ABERTURA 28/11/1996				
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA PE CONSTANTINO ZAJKOWSKI						
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PE CONSTANTINO						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio						
JOIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA						
LOGRADOURO AV BORGES DE MEDEIROS		NÚMERO 632	COMPLEMENTO			
	RO/DISTRITO	MUNICIPIO DOM FELICI	ANO		UF RS	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATTVÁ				TÁ DA SITUAÇÃO CADAS 107/1998	TRAL	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL						
SITUAÇÃO ESPECIAL		,		TA DA SITUAÇÃO ESPEC	AL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

itido no dia 11/01/2013 às 16:11:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>. <u>Atualize sua página</u>







ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO.

Em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para este fim e realizada no dia 06 de janeiro de 2006, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI, promove reforma de seu ESTATUTO SOCIAL, registrado junto ao Ofício de Registros Públicos de Dom Feliciano, registro sob nº 026, CNPJ nº 01571761/0001-66, que passa a ter a seguinte redação:

1

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel exprassão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fe.

Dom Feliciano RS 25 de 19460 de 2033

Bel: Adriana Teixeira de Oliveira Registradora

> Marcelle Rakowski Escrevente Autorizada

Count



Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

ART. 1º. - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO, doravante de 1996 sob a forma de associação pe. CONSTANTINO, constituída em 16 de setembro de 1996 sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede no município de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul e foro em Encruzilhada do Sul.

Art. 2º. - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO tem por finalidades:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos mejos de comunicação e da informação, e pela institucionalização do direito de comunicar através da radiodifusão comunitária e da mídia impressa;
- Prestar serviços de radiodifusão comunitária, desenvolvendo suas atividades de radiodifusão, com o nome fantasia de RÁDIO INTEGRAÇÃO FM 104,9;
- c) Atuar com mídia impressa, através do JORNAL DA INTEGRAÇÃO;
- d) Dar oportunidade à difusão das idélas, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- e) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- f) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionals e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse:
- g) Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- h) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos;
- Organizar arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral;
- j) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;
- k) Promover a assistência social;
- Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- m) Promover gratuitamente a educação complementar;
- n) Promover a segurança alimentar e nutricional;
- o) Promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- p) Promover o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza;
- q) Promover a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego;

2

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS -AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento è flet expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de Jan 670 de 2013

Morriera Trobocos

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira

Registradora

 r) Promover a ética, a paz, a cidadania e os direitos humanos, a democracia e demais valores universais;

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 3º. - No desenvolvimento de suas atividades, a ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Parágrafo 1º. – A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO se dedica às suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apolo a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Parágrafo 2º. – Os serviços de educação que a entidade eventualmente se dedique, serão prestados de forma intelramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

Parágrafo 3º. – Visando a realização de seus objetivos, a instituição atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências; organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais; realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão, atuando de forma direta ou através de convênios, contratos, parcerias e intercâmbios, podendo promover iniciativas conjuntas com organizações e instituições públicas e/ou privadas nacionais, estrangeiras, internacionais e multilaterais.

Art. 4º. - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO disciplinará seu funcionamento por meio de Regulamento Interno aprovado pela Assembléia Geral e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria.

Artigo 5º. - O patrimônio da Associação não se confunde com o de seus associados.

Capítulo II - DOS SÓCIOS

Artigo 6º. - Poderão ser sócios da Instituição os residentes e/ou estabelecidos na circunscrição do município de Dom Feliciano:

3

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de jantito de 2053

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira

Registradora



- a) Pessoas físicas, maiores de 18 anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, em pleno gozo de seus direitos civis;
- b) Pessoas jurídicas de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos;
- c) Instituições organizadas da sociedade civil, ainda que sem personalidade jurídida, desde que comprovem sua atuação;

Artigo 7º. - A instituição é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

- a) **Sócios fundadores -** os que participaram da Assembléia de constituição da instituição;
- b) Sócios efetivos pessoas físicas ou jurídicas e instituições não formals desde que apresentem alguma forma de organização admitidos todos ao quadro social da instituição mediante proposta aprovada pela diretoria "ad referendum" da Assembléia Geral, os quais poderão, ou não, contribuir finançeiramente ou com trabalho voluntário para a instituição;
- c) Sócios honorários pessoas físicas ou jurídicas e instituições não formais que contribuam eventualmente com recursos financeiros ou serviços voluntários para a consecução dos objetivos da instituição.

Parágrafo \$0. - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais da instituição, nem mesmo subsidiariamente.

Parágrafo 2º. - Somente os sócios fundadores e os sócios efetivos poderão votar e ser votados para cargos de direção e conselhos da instituição;

Parágrafo 3°. - Poderão votar os sócios admitidos há pelo menos seis meses da data das eleições;

Parágrafo 4º. - Poderão ser votados os sócios admitidos há pelo menos um ano da data das eleições;

Parágrafo 5°. - Os sócios honorários têm por direito participar da Assembléia, podendo manifestar-se na mesma, sendo-lhes vedado o direito de votar a ser votado. Os sócios honorários poderão, eventualmente, ingressar no quadro de sócios efetivos da instituição, desde que cumprido o disposto neste Estatuto;

Parágrafo 6º. - As pessoas jurídicas participantes do quadro de sócios participarão das Assembléias através de seu representante legal ou representante delegado através de procuração com firma reconhecida em cartório, com fins específicos;

Parágrafo 7º. - Sócios pessoas físicas poderão delegar representação nas Assembléias por procuração com firma reconhecida em cartório.

4

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dourfé.

Dom Feliciano RS 25 de Janobo de 2005

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira Registradora

> Marcelle Rakowski Escrevente Autorizada

7

Artigo 8º. - São direitos dos sócios FUNDADORES e EFETIVOS, quites com suas obrigações sociais:

- a) Votar e ser votado para os cargos eletivos, na forma dos parágrafos 3º e 4º do artigo 7º;
- b) Tomar parte nas Assembléias Gerais;
- c) Convocar assemblélas gerais para decidir sobre fato relevante, observado o previsto no artigo 16.

Artigo 9º. - São deveres dos sócios:

- a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) Acatar as decisões da Diretoria;
- c) Prestigiar com sua presença ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando de alguma forma o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
- d) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléias Gerals, justificando a tempo, quando não puder fázê-lo;

Parágrafo 1º. - O associado que infringir o Estatuto Social, as normas regimentais, os Planos de Atividades ou as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma deste Estatuto pela Diretoria, inclusive de ordem financeira, como constribuições sociais, poderá sofrer as seguintes penalidades, mediante análise e sugestão do Conselho de Ética:

- a) Advertência
- b) Suspensão
- c) Exclusão
- d) Expulsão

Parágrafo 2°. - A advertência será sempre por escrito e será aplicada em situações de faltas consideradas brandas:

Parágrafo 3°. - A suspensão de um associado só poderá ser aplicada mediante denúncia da Secretaria ou Tesouraria, análise da Diretoria Executiva e prévia notificação ao associado;

Parágrafo 4º. - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que, notificado, deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas;

Parágrafo 5°. - A penalidade de expulsão será aplicada ao associado que infringir os Estatutos ou desrespeitar os órgãos da entidade, sendo permitido seu retorno ao quadro

5

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS **AUTENTICAÇÃO**

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de Jan 600 de 2013

Marreen moleowsk Bel. Adriana Teixeira de Oliveira

Registradora

de sócios, apos decorrido o período mínimo de 05 (cinco) anos da aplicação da genalidade, mediante aprovação da Assembléia Geral;

Parágrafo 6. - Em caso de reincidência, não será admitido o pedido de reingresso ao quadro de sócios;

Parágrafo 7. - As penalidades previstas no caput deste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva. No caso previsto na letra "d", a pena será aplicada após ouvido o Conselho de Ética, e caberá ao infrator recurso à Assembléia Geral.

Anualmente, durante o mês de maio, serão admitidos pedidos de Art. 10°. inscrições de novos sócios;

Capítulo III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - São órgãos da Ascociação:

- a) Assembléia Geral
- b) Conselho Administrativo
- c) Diretoria Executiya
- d) Conselho Fiscal
- e) Conselho de Ética f) Conselho Comunitário

Parágrafo único - A Instituição não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e dos Conselhos, bem como as atividades de seus sócios, cujas atuações são inteiramente gratultas.

- Art. 12 A Instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de beneficios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.
- Art. 13 A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, é constituída pelos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, inclusive no concernente à tesouraria da Instituição.
- Art. 14 Além das atribuições e poderes que lhe são conferidos por lei, compete à Assembléia Geral:
 - a) eleger a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética;

b) aprovar a admissão de novos sócios efetivos e honorários, bem como referendar os sócios efetivos e honorários indicados pela diretoria;

c) aprovar a exclusão de sócios de qualquer categoria, cuja conduta revele-se indigina de pertencimento aos quadros associativos da instituição ou que deixe de cumprir com suas obrigações sociais;

6

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS **AUTENTICAÇÃO**

CERTIFICO que o presente documento é flet expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de Jan 620 de 2013 Mameria makowsk!

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira Registradora





- d) aprovar o relatório das atividades do exercício
- e) aprovar o balanço e contas anuais da diretoria, mediante parecer prévio do Conselho Fiscal;
- f) autorizar e deliberar sobre matérias de interesse da instituição;
- g) decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do artigo 42;
- h) decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 41;
- i) decidir sobre a conveniência de allenar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- j) aprovar a Regulamento Interno de funcionamento da Instituição;
- k) aprovar a cobrança de eventuais contribuições sociais propostas pela Diretoria
- decidir sobre pedido de reingresso de sócios, conforme parágrafo 5º do artigo

Art. 15 – A ASSEMBLÉIA GERAL se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, preferencialmente no primeiro trimestre, para:

- a) aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria:
- b) apreciar o relatório anual da Diretoria;
- c) discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

Art. 16 - A Assembléla Geral se reunirá extraordinariamente, quando convocada:

- a) pela Diretoria Executiva;
- b) pelo Conselho Fiscal;
- c) pelo Conselho Administrativo;
- d) por requerimento de pelo menos 1/5 dos sócios com direito a voto e quites com as obrigações sociais.

Art. 17 – A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na impressa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de:

- a) 15 (trinta) dias para Assembléias Ordinárias
- b) 05 (cinco) dias para Assembléias Extraordinárias, salvo aquela a ser instalada para realização de processo eleitoral, que será convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número, salvo o previsto no artigo 42 e parágrafo 2º. do artigo 19.

Art. 18 - O CONSELHO ADMINISTRATIVO será constituído por:

 a) Todos os ex-presidentes da instituição com mandato não interrompido por decisão da Assembléia Geral, de caráter vitalício e indelegável;

7

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de 12 na 20 de 2013

Manere Motionshi

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira Registradora

> Marcelle Rakowsk. Escrevente Autorizada

Gun



b) Três membros efetivos e três suplentes escolhidos entre os sócios com relevantes serviços prestados à Instituição, sendo um titular e um suplente indicados pelos funcionários da Instituição.

Parágrafo 1º - Os nomes serão indicados pela Diretoria eleita, como primeiro ato após sua posse, e referendados pela Assembléia Geral;
Parágrafo 2º - O Conselho Administrativo terá um Presidente e um Secretário.

Art. 19 - Compete ao Conselho Administrativo:

- a) Zelar pela preservação da Instituição;
- b) Aconselhar a Diretoria Executiva no estabelecimento das diretrizes da Instituição;
- c) Propor à Assembléia Geral a destituição de membro ou toda a Diretoria Executiva, em caso de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutarias.
- Parágrafo 1º. No caso de destituição total da Diretoria, será constituída pela Assembléia Geral uma Comissão Diretora Provisória, composta por três sócios, que administrara a Entidade até a eleição da nova diretoria, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da destituição;
- Parágrafo 2º. A deliberação prevista na letra "c" do caput deste artigo, somente será tomada por voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;
- Parágrafo 8°. O Conseiho Administrativo terá tempo de mandato idêntico aos demais órgãos diretivos.
- Art. 20 O Conselho Administrativo se reunirá sempre que julgar conveniente e deliberará por maioria absoluta.

Art. 21 - Compõem a DIRETORIA EXECUTIVA:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário
- d) Tesoureiro
- e) Diretor Cultural e
- f) Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1. – O mandato da Diretoria Executiva será de 03 (três) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva, para os mesmos cargos;

8

DFÍCIO DOS REGISTROS PUBLICOS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento e fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Pom Feliciano RS 25 de jantilo de 2013

Mamerin makowski

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira. Registradora

> Marcelle Rakowski Escrevente Autorizada

MLD



A CO

Parágrafo 2º. – A eleição, juntamente com a do Conselho Fiscal e Conselho de Ética, ocorrerá no último trimestre do ano, e a posse será imediata.

Art. 22 - Compete à Diretoria Executiva:

- a) elaborar e submeter à Assembléia Geral o planejamento estratégico de atuação da Instituição;
- b) organizar e executar a programação anual de atividades da Instituição;
- c) elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual de atividades;
- d) reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- e) contratar e demitir funcionários;
- f) escolher dirigentes e colaboradores para seus órgãos;
- g) definir o valor da contribuição para acesso dos novos sócios;
- h) regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia—Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;
- i) convocar Assemblélà-Geral ordinária ou extraordinariamente;
- j) propor a cobrança de eventuais contribuições sociais, caso estas sejam necessárias para a manutenção da saúde financeira da Instituição;
- k) examinar e executar medidas disciplinares sugeridas pelo Conselho de Ética ou submetê-las à apreciação da Assembléia Geral.

Art. 23 - A Diretoria Executiva se reunirá no mínimo uma vez por mês.

Art. 24 - Compete ao Presidente:

- a) representar a instituição judicial e extra- judicialmente;
- b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- c) presidir a Assembléia Geral;
- d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o tesoureiro;
- f) celebrar, em conjunto com o secretário, convênios e contratos previstos neste Estatuto.

Art. 25 - Compete ao Vice- Presidente:

- a) substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) prestar, de modo geral, colaboração ao Presidente.

Art. 26 - Compete ao Secretário:

- a) secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
- b) publicar todas as notícias das atividades da entidade;

9

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartóno. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de Janoão de 2013

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira
Registredora

Marcelle Rakowski Escrevente Autorizada .

Gum



- c) atuar, conjuntamente com o Diretor Cultural, na execução de ações de implantação e implementação de projetos que visem atingir os objetivos da Instituição;
- d) coordenar os projetos de caráter social da Instituição.

Art. 27 - Compete ao Tesoureiro:

 a) arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;

b) pagar as contas autorizadas pelo Presidente;

- c) apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- d) apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- e) conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- f) abrir e movimenta contas bancárias, em conjunto com o Presidente.

Art. 28 - Compete ao Diretor Cultural:

a) coordenar os projetos de caráter cultural da Instituição;

 atuar conjuntamente com o Secretário, na execução de ações de implantação e implementação de projetos que visem atingir os objetivos da Instituição;

c) subsidiar os demais membros da Diretoria Executiva na elaboração do planejamento estratégico da Instituição.

Art. 29 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

a) preservar, de um modo geral, o patrimônio da Instituição;

b) elaborar e manter inventário do patrimônio físico da Instituição;

c) auxiliar o tesoureiro no controle financeiro da ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO.

Art. 30 - O CONSELHO FISCAL será constituído por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, eleitos peia Assembléia Geral.

Parágrafo 1º. - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva:

Parágrafo 2º. - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término;

Art. 31 -. Compete ao Conselho Fiscal:

a) examinar os livros de escrituração da Instituição;

 b) opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

10

Same of the

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiei expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de Jan 600 de 2013

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira
Registradora

Marcelle Rakowski
Escrevente Autorizada

Gum Gum



- c) requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das 688 operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- d) acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- e) convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

- Art. 32 O CONSELHO DE ÉTICA será composto por cinco membros efetivos e cinco suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.
- Art. 33 Os membros do Conselho de Ética e seus suplentes exercerão seus cargos pelo mesmo prazo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
- Art. 34 Compete ao Conselho de Ética, sugerir à Diretoria Executiva a aplicação das penas previstas no parágrafo único do artigo 9°, de forma gradativa. Da aplicação da pena de expulsão, caberá recurso à Assembléia Geral, convocada especificamente para este
- Art. 35 O CONSELHO COMUNITÁRIO, com tempo de mandato indêntico aos demais órgãos, será composto por no mínimo cinco pessoas, indicadas pela Assembléia Geral, representantes de entidades da comunidade local, desde que legalmente Instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora e a linha editorial do periódico, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e da legislação pertinente.

Capítulo IV - DO PATRIMÔNIO

Art. 36 - Servirão como fonte de recursos para a manutenção da Associação:

- a) as contribuições dos associados
- b) doações recebidas da comunidade
- c) apolos culturais à programação da emissora e jornal
- d) recursos oriundos de convênios firmados com o setor público e/ou privado
- e) recursos oriundos de serviços prestados
- f) subvenções sociais
- g) doações e contribuições oriundas de qualquer fonte lícita
- h) receita originária da promoção de eventos

Art. 37 - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO ZAJKOWSKI será constituído de valores, direitos, marcas, direitos autorais, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

11

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS **AUTENTICAÇÃO**

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de lang Po de 201

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira Registradora

Mamerie

Marcelle Rakowski Escrevente Autorizada

mohowski

Art. 38 - No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 3.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Parágrafo único – A instituição, escolhida de acordo com o caput deste artigo, será definida em Assembléia Geral.

Art. 39 – Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Capítulo V - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 - A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- a) os princípios fundamentais de contabilidade, e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- a publicidade, por qualquer melo eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 41 A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO será dissolvida por decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se cornar impossível a continuação de suas atividades.
- Art. 42 O presente Estatuto poderá ser alterado a qualquer tempo, por voto concorde de dols terços dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.
- Art. 43 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Capitulo VII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

12

a)(eth

Million :

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de jansão de 2013

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira

Registradora Otrveira

Marcelle Rakowski

On M

Art. 44 - Os novos cargos criados no presente Estatuto serão preencipidos por indicação da Diretoria e chancelados pela Assembléia Geral, como primeiro ato após a aprovação deste.

Parágrafo único - A partir da gestão sequinte eles serão eleitos conjuntamente com os demais cargos previstos neste Estatuto.

Dom Feliciano - RS, 06 de janeiro de 2006

ella Fátima Correa Job Secretária

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS DE DOM FELICIANO - RS PESSOAS JURÍDICAS

em 13 03 206 Registro nº Pru. 5em 00 (0) 13006 Adriana Teixeira de Oliveira

> Maristel Enilda Braga Land Official De

Dome Dodumtacup Tesoureira

Silberto Puchalski Vice-Presidente

ira da Silva Presidente

Paulo Reberto de Melo Job Adyogado OAB 43914

13

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLIU **AUTENTICAÇÃO**

CERTIFICO que o presente documento e traexpressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de Jan620 de 2013

Mamerica Makowski Bel. Adriana Teixeira de Oliveira

Registradora

Marcelle Rakowski Escrevente Autorizada

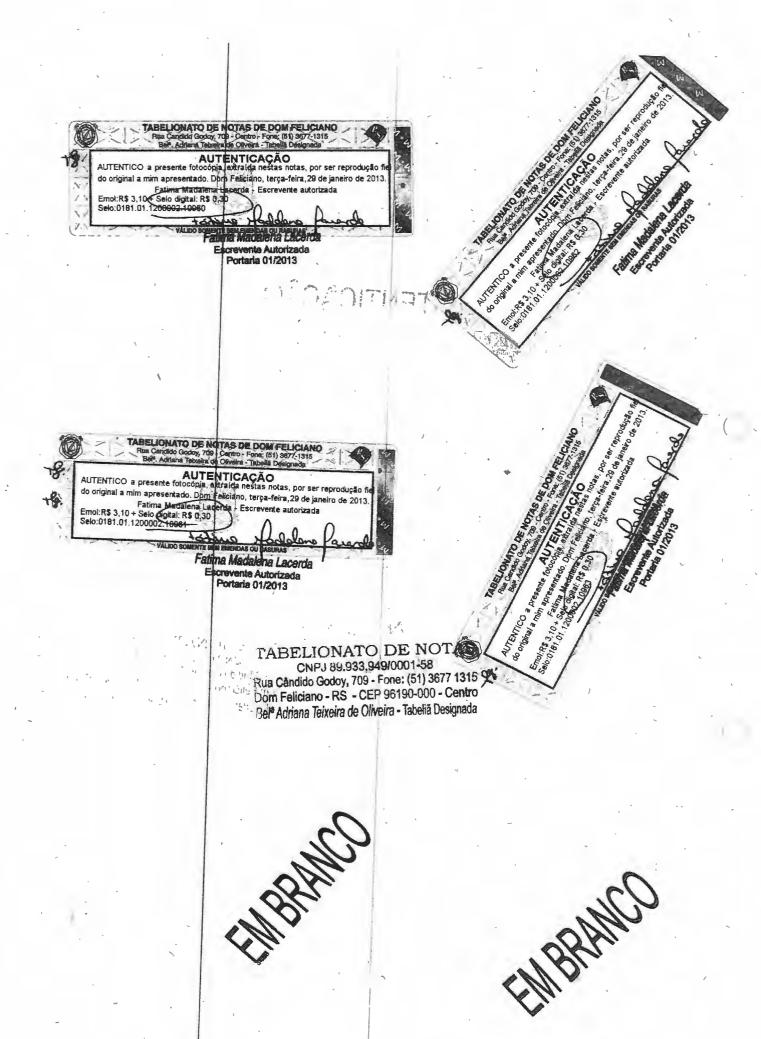
R\$ 7440,60 Certidão 13 pag. -Selos R\$ 1100 RH 5,50

SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO LEFESTADUAL 12.692/2006

0178.04.090003.00791

0178.01.1200007.00382



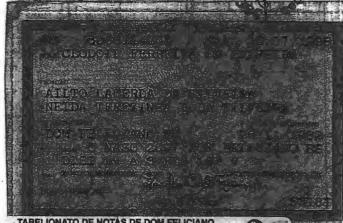


12 12 (C. genod gradies parameter constitution of the second

TITULO Nº 075918790400 NÃO FILLADO







ser reprodução fiel do original a min de janeiro de 2013.

Fatima Madalena Lac Emol: R\$ 6,20 + Selo digital: R\$ 0,60 Selo 0181.01.1200002.11162a-11163

TABELIONATO DE NOTAS VALIBOS CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

Escrevente Autorizada Portaria 01/2013

TH BANG

EMBRANCO.

NO 71-(ASSELMALÉZIA MOHO imenie: Soci Soonin. AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presenta fotocopia extrairia nestas notas, por ser re
do original a mim apresentado. Deny Falidado, 7 de margo de 2012.
Wanda Helsena Uzzadó Ligipoli - Escraverte autorizada
Emol:R\$ 2,90 + Selo digital: R\$ 030
Selo:0181.01.1100002.12687 CNPJ 89.933.949/0001-58

work OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS **AUTENTICAÇÃO**

Ŋ

ua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 om Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro

el^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabeliá Designada

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de j anesto de 2013

Marrey Makawski Bel. Adriana Teixeira de Oliveira Marcelle Rakowski Escrevente Autorizada

OFICIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO

(beach

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartorio. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de janção de 2013

Makowski Marreen Bel. Adriana Teixeira de Oliveira

-6.933.949/0001-68

idido Coray, 709 - Fone: (51) 3677 1315

CHF

Registradora

	a e serie	WRitings:
As assinaturas abaixo recal	hidas servição pa	ra reaistrar
a presence ma Assemblis	1. 0	Paobre
Constantino Zajkowski.		′ -1
	imbro de 2011.	
Secretario.	<u></u>	, ;
	5	
01- José Adaugo Kucy	nodi saff	and the same of th
02 - Lelis (smarshi Kuc)	ignesh : 2	- Special Control of the Control of
03- Landro Fansk' Soons		
04- sad road		
05-dilla 2, S.	\	1
06 ORIONDO y. Horinsain Mills		
*07- CANDING F.M. SUSTENSIA.	- Si	, ` ,
08- Euginio Mascuster Sei	· f	,
08. Destallaire		1
10- Naria Loung Slaushi so	arn	
11- Chara Jalusta		. , !
12- Person Taixens norten		
13- Lawa K. Wolowski	٠, .	,
14- buig Carlos Wolortok	1	
15 - limite y jump by granicki		1
16- for Aduum de Locaro		
АЛТЕЙТИ	AUTENTICAÇÃO O a presente fotocópio extraida mestas notas, por ser la himi apresentado. Dem es cieño, 7 de março de 2012 Wranda Helena Uszase 2,80 + Salo digital: R\$ 08.00 .01,1100002.12684	reprodução fiel
Emoi:R\$	Wanda Helena Usza (f) Jannya: - Escrevente autoriza 2,90 + Selo digital: R\$ 0,00	da
	.01.1100002.12884	
Rua Candido Gela Ba. Dom Feliciano - 85 - C Bel Adriana Telicena de Olli	A diction	
Ber Admin Des Paris		
Guara Teneira de Oli		
	ere e	
. '		
~		
· OFÍCIO DOS	REGISTROS PÚBLICOS TENTICAÇÃO	at the second
AU	o o presente documento à fiei	

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de Jané20 de 2013

Manere Malacesta

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira

Registradora

	5/Am
17-	Jan Card
18-	•
19- Ukra 309	yska
20- Tiago	Wolausla'
21- Daniel	i & Resiak
22- Jaines	- Ytrecio Rosiak
23	1 - Kulo Job.
24 Yok as	
23	Regina Tarnorset
26.	il ruo (do bal
27- N	of die Maintenter
39	COM. NOA SRA DAS BYACAS - LOPO-NOTO
30-	
31 - Engla	Estaduel - Claman
32- Ma	TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO
	Plus Candido Godoy, 709 - Canaro - Constitution of Parlamenta
	Belli, Adriana Televiria de Olivetra - Isociana Uniqui de California de California Uniqui de California de Califor
Market I a 1 a 1 a 1 a 1 a 1 a 1 a 1 a 1 a 1 a	Empl:R\$ 2,90 + Selo digital: R\$ V/25 Selo:0181.01.1100002.12885
Mark of the Landson of the formatter of the contract of the co	PABRITO VALSO SOMESTIAS EMERGIAS OU RASARAS
and a state of the	Chin INATO DE NOTAS Ous Candido Godoy, 709 - Form 1545 Dom Feliciano Candido Godoy, 709 - Form 1545
	Bell Adriana Telxeira de Oliveira - Tabella Designada
	G-MUA
March . I sale and depth of page 40	
Medical was a statute to a server a service designation	
1901	
130 - / - / //// 1300 - 1300 - 1300	

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de Jans 700 de 2083

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira Registradora mohowski



OFICIO DOS REGISTROS PÚBLICOS DE DOM FELICIANO - RS PESSOAS JURÍDICAS

Protocolo nº 196 sa fis. 0 3 8 fivro nº 61
em 15 (03 6012 Registro nº AV. 7 - 0 3 6

sa fis. 0 83 no livro em 16 (00 , 3010)

Bol®. Addrena Telxeira de Oliveira

Registradora (mo) 3 9 3 1 3 60

Taíse Lasek Brandt 2º Substituta Port. 01/2011 - RP

50 DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
LEI ESTADUAL 12.692/2006
0 170.04.02 0000 3.00 699
0 170.03. 12000 3.00 530

OFICIO DOS REGISTROS PUBLICOS ASTRIBORS DE CONTOS POR C

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 25 de Janobo de 2013

Manneeu Makauski

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira Registradora

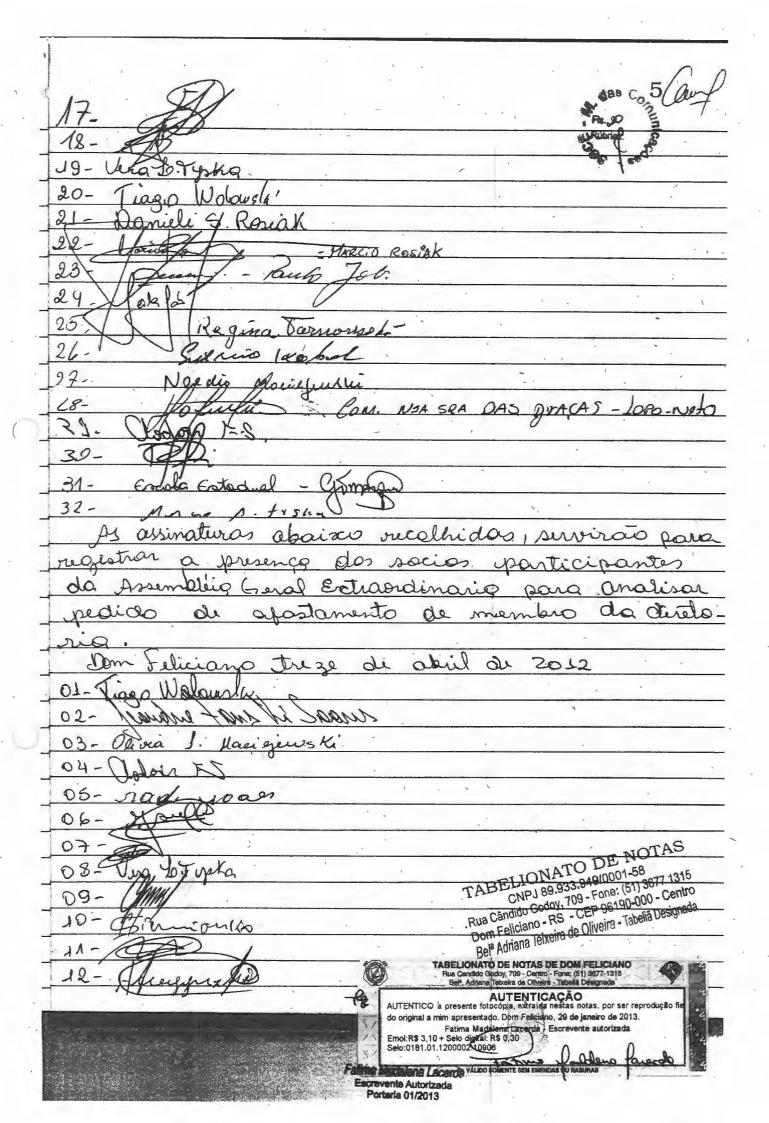
> Marcelle Rakowski Escrevente Autorizada

Certidão 05 pag - R\$ 1240 Selos R\$ 0.85 PA 5,50 Busca

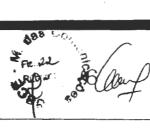
SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO LEI ESTADUAL 12.692/2006

0178.03.120009.00203

0178.01.1200007.00381



o reactainment provend a rantification 00 33. 9. Juno, Jostynka i i As aximaturas abaixo sucolhidas, 7 mars ha are maturas alauxa rusalhidas Dom Fediciono dia vinde e mores Damili Baymamaki Marie Ansciação Padre Constantino Zajkowski. e depa raigo), truze de junto de dois mel e dos. Muny p. +18K-During and eliciono, Innde Annerio Cos W allow th andia texus Some Contract Took Remiak Jup Clube presenta Coopers Maeierewski actua. Manymosk Roman no Amenbelio Grand andinoni 30 Ladwal mor eny unad Dom Felidano - RS - CEP 99 Bell Adriana Teixeira de Oliveira -TARRITONIATO D Comployed to ix or ward Aronandico Extraordina de mois de de per minus somewas de 80 VKWad STONO.



6 06 .	
5. Dioms	io Bobrowski - Aguia Branca
	Moch da Silveira
7. Plada.	7 9
3- A: 14 4. V	ρ_
B- WINSI	\(\alpha \tau \)\
	1 And Jak
D. Tumo	Como - Acidof
	TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3877-1315 Bell- Adriana Teixeira de Oliveira - Tabella Designada
,	AUTENTICO a presente fotocópia, extraida nestas notas, por ser reprodução fie
	do priginal a mim apresentado. Dom Feliciano, 29 de janeiro de 2013.
	Fating Maddlens Lacerda † Escrevente autorizada Emol:R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,10 Selo:0181.01.1200802.10908
	TABELIONATO DE NOTAS VALEO SOMENTE SEM EMERICA OU RASURAS
	CNPJ 89.933.949/0001-58 Fatima Madalena Lacerda
	Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Escrevente Autorizada Portaria 01/2013
	Bela Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
,	
	<u></u>
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	·
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE DOM FELICIANO OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS

Registro de Pessoas Jurídicas Registradora e Tabeliã: Bel^a. Adriana Teixeira de Oliveira

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ, em razão do meu oficio e por me esta haver sido pedido verbalmente, pela parte interessada, que revendo os arquivos deste Oficio a meu cargo, neles verifiquei CONSTAR, que os membros atualmente da diretoria da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI são os seguintes: PRESIDENTE: Marco Aurélio Tyska; **TESOUREIRO:** VICE-PRESIDENTE: Clodoir Ferreira da Silveira; Diego Sortica; SECRETÁRIO: José Adauto Kuczynski; DIRETOR CULTURAL: Danieli Rosiak; DIRETOR DE PATRIMÔNIO: Sadi Soares; **CONSELHO FISCAL - EFETIVOS:** Orlando José Novinski; Cintia Milene Czarnecki; Hélio Siemionko; SUPLENTES: Maria Lorena Slawski e Leandro Tanski Soares; COMISSÃO ÉTICA - EFETIVOS: Ailto Lacerda da Silveira; Adimir Iaroszewski; Eugênio Mascyejewski; e, Olívia Maciejewski; João Paulo Rosiak; SUPLENTES: Claudiomir Antonio Caczmareki; Laura Kucharski Wolowski; e, Edgar Mollerke Sortika; Beckenkamp; Juarez Avalone Sosnowski; CONSELHO COMUNITÁRIO: Jeremias Torres Guimarães - (Representante da ACIDOF -Comercial Industrial de Dom Feliciano) - CNPJ nº 90.152.984/0001-19; Glaci Teixeira Marques - (Representante da Escola Estadual de Ensino Médio Dom Feliciano) - CNPJ nº 92.941.681/0001-00; Alvorino Bergman Miritz - (Representante da COOPACS - Cooperativa Agropecuária Centro Sul Coopacs Ltda.) - CNPJ nº 07.775.105/0001-61; Ricardo José Caczmareki -(Representante do Jeep Clube Dom Feliciano) - CNPJ nº 74.703.174/0001-57, Dionísio Bobrowski -(Representante da Associação dos Agricultores Águia Branca de Dom Feliciano - RS) - CNPJ nº 05.745.390/0001-42, conforme consta das averbações AV.7-026, às fls. 083, em 16 de março de 2012 e das AV.8-026 e AV.9-026, fls. 181, em 31 de janeiro de 2013, nos Livro A, nº 03 - Pessoas Jurídicas. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Emolumentos: Certidão R\$ 5,80, Busca R\$ 5,50 e Selos R\$ 0,60. Selos digitais de fiscalização nos termos da Lei Estadual 12.692/2006 - nºs:

0178.01.1200007.00394

0178.01.1200007.00395

Dom Feliciano, RS, 31 de Janeiro de 2013..

Bela Adriana Teixeira de Oliveira - Registradora

Taise Lasek Brandt - Substituta

Talse Lasek Brandt 2ª Substituta Port. 01/2011 - RP

RUA: CÂNDIDO GODOY, nº 719 Fone: (XXX) 51 677-1379 DOM FELICIANO/RS CEP: 96190-000



DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, MARCO AURÉLIO TYSKA, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO ZAJKCOWSKI, inscrita no CNPJ sob o n° 01.571.761/0001-66, com sede na Avenida Borges de Medeiros, n° 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 457 datada de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 204 publicado no Diário Oficial da União datado de 30/05/2003, declaro para os devidos fins, na forma da lei, que:

- a emissora não veícula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5 % (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo mínimo a produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Dom Feliciano - RS, 17 de janeiro de 2013.

years A. fisha

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: MARCO AURÉLIO TYSKA

CPF: 898.232.900-59

Endereço completo: Avenida Borges de Medeiros, nº 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000



DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, MARCO AURÉLIO TYSKA, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO ZAIKCOWSKI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.571.761/0001-66, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 457 datada de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 204 publicado no Diário Oficial da União datado de 30/05/2003, declaro para os devidos fins, na forma da lei, que:

- a responsável pela ÁREA EDITORIAL e pela DIREÇÃO DE PROGRAMAÇÃO é a Vera Lucia Tyska, CPF 003.804.950-31, brasileira nata, documentos comprobatórios de nacionalidade em anexo.

Dom Feliciano - RS, 17 de janeiro de 2013.

NUT 2 1 X 12162

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: MARCO AURÉLIO TYSKA

CPF: 898.232.900-59

Endereço completo: Avenida Borges de Medeiros, n° 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000



RELATÓRIO CONSELHO COMUNITÁRIO EXERCÍCIO DE 2013

DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO ZAJKCOWSKI, inscrita no CNPJ sob o n° 01.571.761/0001-66, com sede na Avenida Borges de Medeiros, n° 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 457 datada de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 204 publicado no Diário Oficial da União datado de 30/05/2003.

Declaramos para os devidos fins, na forma da lei, que:

A programação, descrita abaixo e executada pela entidade, referente a programação proposta para o ano de 2013, recebeu uma avaliação positiva deste conselho, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Segunda-Feira:

06:00-Bom Dia Integração

Programa de musicas raízes, e Noticias. .

08:00- Alo integração

Programa musical com a participação do ouvinte e informativo.

12:05- Repórter Integração

Programa com noticias nacional, estadual e municipal.

12:31- Hora da Comunidade

Programa de avisos noticia, negócios como troca, vendas, doações, empregos informações de interesse da comunidade Dom Felicianence.

13:30- Estação Alegria

Programa musical com a participação do ouvinte e informativo.

18:00-Transmissão Da Santa Missa

19:00- Voz Do Brasil

20:00- Freqüência Máxima

Programa musical com estilos variados como: pop nacional e internacional, axé, pagode, e sertanejas, alem de dicas, e sorteios de brindes.

00:00: Som da madrugada

Musical.

Terça-Feira:

06:00-Bom Dia Integração

Programa de musicas raízes, e Noticias.

08:00- Alo integração

Programa musical com a participação do ouvinte e informativo

12:05- Reporter Integração

Programa com noticias nacional, estadual e municipal.

12:31- Hora da Comunidade

Programa de avisos noticia, negócios como troca, vendas, doações, empregos informações de interesse da comunidade Dom Felicianence.

S. P. AD as

Página 1 de 5

5.5.6



Programa musical com a participação do ouvinte e informativo.

18:00-Transmissão Da Santa Missa

19:00- Voz Do Brasil

20:00- Freqüência Máxima

Programa musical com estilos variados como: pop nacional e internacional, axé, pagode, e sertanejas, alem de dicas, e sorteios de brindes.

21:00- Prorrogação

Programa de esporte noticia esportivas, entrevista e bate-papo com convidados.

22:00- Freqüência Máxima

Programa musical com estilos variados como: pop nacional e internacional, axé, pagode, e sertanejas, alem de dicas, e sorteios de brindes

00:00: Som da madrugada

Musical.

Quarta-Feira:

06:00-Bom Dia Integração

Programa de musicas raízes, e Noticias.

08:00- Alo integração

Programa musical com a participação do ouvinte e informativo

11:31-Informativo paroquial

Programa religioso, com avisos da paróquia.

12:05- Reporter Integração

Programa com noticias nacional, estadual e municipal.

12:31- Hora da Comunidade

Programa de avisos noticia, negócios como troca, vendas, doações, empregos informações de interesse da comunidade Dom Felicianence.

13:30- Estação Alegria

Programa musical com a participação do ouvinte e informativo.

17:00-

Programa polonês.

18:00-Transmissão Da Santa Missa

19:00- Voz Do Brasil

20:00- Freqüência Máxima

Programa musical com estilos variados como: pop nacional e internacional, axé, pagode, e sertanejas, alem de dicas, e sorteios de brindes.

00:00: Som da madrugada

Musical.

Quinta-Feira:

06:00-Bom Dia Integração

Programa de musicas raízes, e Noticias.

08:00- Alo integração

Programa musical com a participação do ouvinte e informativo.

12:05- Reporter Integração

ex 5. F. 6



Programa com noticias nacional, estadual e municipal.

12:31- Hora da Comunidade

Programa de avisos noticia, negócios como troca, vendas, doações, empregos informações de interesse da comunidade Dom Felicianence.

13:30- Estação Alegria

Programa musical com a participação do ouvinte e informativo.

18:00-Transmissão Da Santa Missa

19:00- Voz Do Brasil

20:00- Freqüência Máxima

Programa musical com estilos variados como: pop nacional e internacional, axé, pagode, e sertanejas, alem de dicas, e sorteios de brindes.

00:00: Som da madrugada

Musical.

Sexta-Feira:

06:00-Bom Dia Integração

Programa de musicas raízes, e Noticias.

08:00- Alo integração

Programa musical com a participação do ouvinte e informativo.

12:05- Reporter Integração

Programa com noticias nacional, estadual e municipal.

12:31- Hora da Comunidade

Programa de avisos noticia, negócios como troca, vendas, doações, empregos informações de interesse da comunidade Dom Felicianence.

13:30- Estação Alegria

Programa musical com a participação do ouvinte e informativo.

18:00-Transmissão Da Santa Missa

19:00- Voz Do Brasil

20:00- Agro-mania

Programa musical e informativo.

00:00: Som da madrugada

Musical.

Sábados:

06:00-Bom Dia Integração

Programa de musicas raízes, e Noticias.

08:00- Jornal do Trabalhador

Programa de noticias em geral.

08:30- Informativo Rural

Programa de notícias informações e avisos ao homem do campo;

09:20-Resenha Policial

Programa que informa as ocorrências atendidas pela polícia militar.

10:30-Nossa Terra Nossa Gente

Programa cultural com entrevista, apresentações ao vivo de artistas locais e regionais.

12:15- Realidade

Programa de entrevistas com pessoas da comunidade, tratando de assuntos gerais de interesse de toda a população..

14:00-Tarde é Nossa.

Página 3 de 5

J. F. G

6.

ADD

Programa musical com participação do ouvinte.

19:00-Transmissão Da Santa Missa

20:00-Sabadão 87

Programa musical de atendimento de pedidos de músicas através de tefone, email e torpedos.

. 00:00: Som da madrugada

Musical.

Domingo:

07:00- Pra Matar a Saudade

Programa de musicas antigas nacionais e internacionais.

09:00-Matiando com a Integração

Programa de musicas gaúchas, nativistas, alem de dicas de cultura tradicionalista.

13:00-Cristo é solução

Programa evangélico.

15:00-Domingão da Integração

Programa musical com estilos variados como: gaúchas, sertanejas, bandas.

19:00-Transmissão da santa Missa

20:00-Seleção do Ouvinte

Programa musical de atendimento de pedidos de músicas através de telefone, e-mail e torpedos.

00:00: Som da madrugada

Musical.

Dom Feliciano – RS, 24 de janeiro 2013.

Jeremias Torres Guimarães

CPF:015.350.930-99.

Representante Legal da Acidof (Associação Comercial Industrial de Dom Feliciano)

CNPJ: 90.152.984/0001-19

Clélia Maria Olszewski- Vice

CPF: 241.953.240-68

Representante Legal da Escola Estadual de ensino Médio Dom Feliciano

CNPJ: 92.941.681/0001-00

Página 4 de 5



Alvorino Bergman Miritz
CPF: 885.710.920-87



Representante Legal da COOPACS (Cooperativa Agropecuária Centro Sul Coopacs

LTDA.)

CNPJ: 07.775.105/0001-61

Ricardo José Caczmareki

CPF: 678.070.970-00.

Representante Legal da Jeep Clube Dom Feliciano

CNPJ: 74.703.174/0001-57

Dionísio Bobrowski

CPF: 270.312.330-20

Representante Legal da Sociedade Águia Branca (Associação Comunitária para

Desenvolvimento Social, Cultura e Artístico Águia Branca)

5.5.6

CNPJ: 05.745.390/0001-42





AUTENTICO o verso e anverso da presente fotocópia, extraída nestas notas, ser reprodução fiel do original a mim apresentado. Dom Feliciano, quarta-feira, de janeiro de 2013.

Fatima Madalena Lacerda - Eso Emol:R\$ 6,20 + Selo digital: R\$ 0,60 Selo:0181.01.1200002.10990a 10991

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933,949/0001-58 Rua Candido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel® Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

Fatima Madaleria Lacerda Escrevente Autorizada Portaria 01/2013

EMBRANCO.

MBRANCO





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

C.	REPÚBLICA FEDER	DA PESSOA JURÍE	DICA
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 90.152.984/0001-19 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS		O DATA DE ABERTURA 27/01/1993
NOME EMPRESARIAL ASSOCIAÇÃO COMERCIAL	E INDUSTRIAL DE DOM FELICIAN	0	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NO ACIDOF	ME DE FANTASIA)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDAD 94.30-8-00 - Atividades de a	DE ECONÔMICA PRINCIPAL SSOCIAÇÕES de defesa de direitos s	ociais	
94.99-5-00 - Atividades asso	rganizações associativas ligadas à ociativas não especificadas anterio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATURE 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVA			
R TREZE DE MAIO		NÚMERO COMPLEMENT	0
	RRO/DISTRITO NTRO	MUNICIPIO DOM FELICIANO	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/10/1999
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	;		
SITUAÇÃO ESPECIAL		**************************************	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia	29/01/2013	às	18:37:51	(data	е	hora	de	Brasilia).
						ĩ١	/olt	arì	

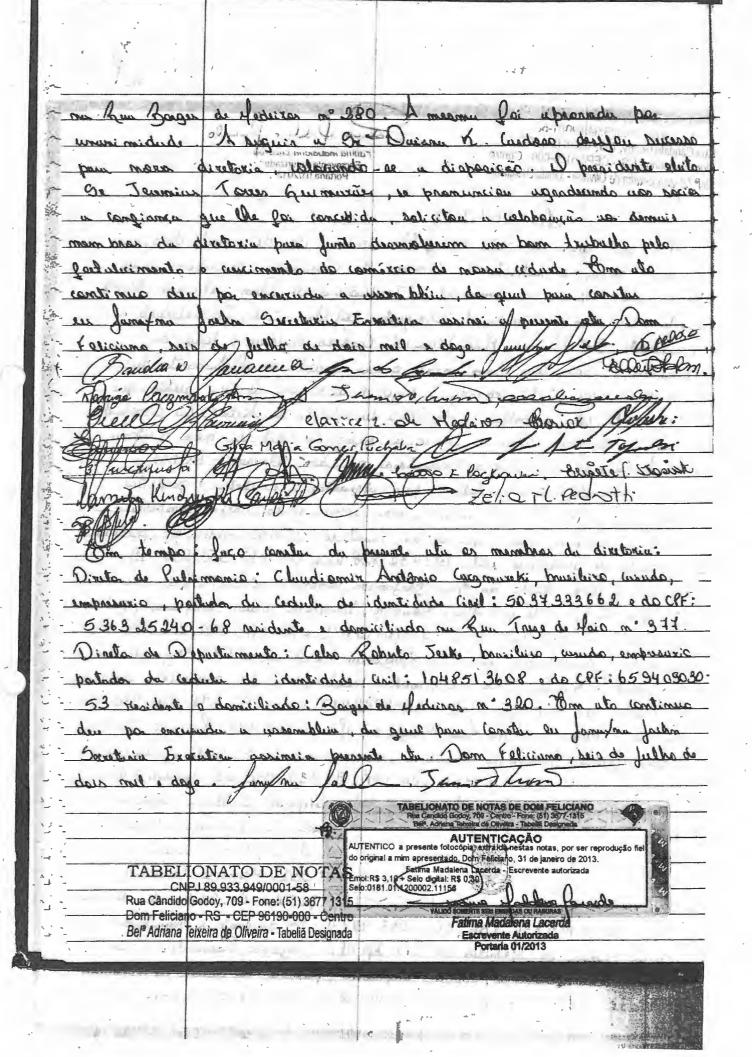
Pagina: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 29/01/2013

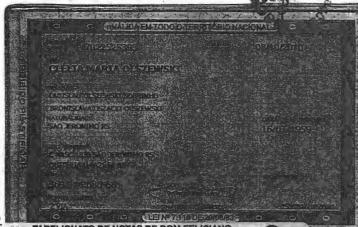
TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bel*. Adriana Telxeira de Cliveira - Tabelià Designada AUTENTICO a presente fotocópia extra(danestas notas, por ser reprodução fiel do original a mim apresentado. Dom Feliciano, 31 de janeiro de 2013. Fatima Madalena Lacerda - Escrevente autorizada Selo:0181.01.1200002. 1155 CNPJ 89.933.949/0001-58 Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro TE SEM EMENDAS OU RASURAS Fatima Macialena Lacerda 34 Bel[®] Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada Escrevente Autorizada

Portaria 01/2013

06/2012 CPF: 659409620-68 xesidente a







085 Com

AUTENTICO o verso e anverso da presente fotocópia por ser reprodução fiel do original a mim apresentado, com o qual conferi. Dom Feliciano, terça-feira, 29 do janeiro de 2013.

Fatima Madalepa Lacerda - Escrevente autorizada
Emol:R\$ 6.20 + Selo digital: R\$ 0.60
Selo:0181.01.1200002.10933a 10934

Fatima Madalena Lacerda Escrevente Autorizada Portaria 01/2013

Rua Candido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315

Rua Tainaira ria Nimaira - Tahalia Nacirnaria Bell Adriana Teixeira de Oliveira - Tabella Designada

CHIBRANCO.

CINBRINGO.





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FEDER CADASTRO NACIONAL			_	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 92.941.681/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADA	CRIÇÃO E DE STRAL	SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 30/10/1969	
NOME EMPRESARIAL RIO GRANDE DO SUL SEC	RETARIA DE EDUCAÇÃO		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (N RS SE GABINETE DO SEC	OME DE FANTASIA) RETARIO				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDA 84.12-4-00 - Regulação das	ADE ECONÔMICA PRINCIPAL 3 atividades de saúde, educação, s	erviços culturais	e outros servi	ços sociais	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVID Não informada ~	DADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATURI 102-3 - ORGÃO PUBLICO I	EZA JURÍDICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUA	L OU DO DISTRI	TO FEDERAL		
LOGRADOURO AV BORGES DE MEDEIRO	s	NÚMERO 1501	PLATAFORM	A	
	JRRO/DISTRITO ENTRO	PORTO ALEG	RE		RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				ITA DA SITUAÇÃO CADA 3/11/2005	STRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRA	Ł				
SITUAÇÃO ESPECIAL				ATA DA SITUAÇÃO ESPE	CIAL
., .	Normativa RFB nº 1.183, de 3 às 18:49:05 (data e hora de ÚVo		e 2011.		Página: 1/1
	© Copyright Receita Fed	eral do Brasil -	29/01/2013		

ATA 05/2012

sete) volantes. O 3 (nove) Olszewski membros do

TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fona: (51) 3677-1315 Bell, Adriana Teixeira da Oliveira - Tabella Designada

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente fotocópia extraida nestas notas, por ser reprodução fie do original a mim apresentado. Dom Feliciano, terça-feira 29 de janeiro de 2013. Fatima Madalena Dacerda - Escrevente autorizada Emol:R\$ 3,10 + Selo digital: R\$ 0,30 Selo:0181.01.1280002.10859

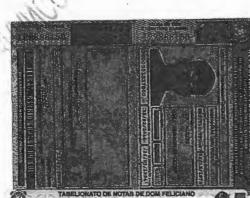
TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58 ua Cándido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315)om Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

Fatima Madalena Lacerda Excrevente Autorizada
Portaria 01/2013

EMBRANCO

CHORALO



TABBLIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO Rus Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bat. Aditana Tennina de Oliveira - Tabella Davignada

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO o verso e anverso da prosófite fotocópia por ser reprodução fiel de nógical a mirr apresentado, com o guar conten. Dom Feliciano, terça-feira, 28 de aneiro de 2013.

Emol: R\$ 8.20 + Selo digital. R\$ 0.80

Selo 0181.01.1200002.109372 10138

Escrevente Autorizada





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

42	REPÚBLICA FEDERA	ATIVA DO BRASI	
C	ADASTRO NACIONAL I	DA PESSOA JURÍDI	CA
número de inscrição 07.775.105/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCI CADAS		DATA DE ABERTURA 09/12/2005
NOME EMPRESARIAL COOPERATIVA AGROPECU	JARIA CENTRO SUL COOPACS LTI	DA ,	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NO COOPACS	ME DE FANTASIA)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDAD 46.23-1-08 - Comércio ataca associada	DE ECONÔMICA PRINCIPAL dista de matérias-primas agrícolas	com atividade de fracioname	ento e acondicionamento
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIMOA 46.92-3-00 - Comércio ataca	ndes económicas secundárias dista de mercadorias em geral, con	n predominância de insumos	agropecuários
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATURE 214-3 - COOPERATIVA	ZA JURIDICA		
R VESPASIANO CORREA		NÚMERO COMPLEMENTO	
	RRO/DISTRITO NTRO	MUNICIPIO DOM FELICIANO	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 9/12/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL			ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido	no o	sit	29/01/2013	às	18:50:47	(data	е	hora	de	Brasili	ia).
								-		~	
								1.	/olt	ar l	

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 29/01/2013

88 COMUNICA TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO to Godby, 709 - Centro - Fone: (61) 3677-1315 lane Texelin de Oliveira - Tabiella Designada AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente fotocópia, extraída nestas notas, por ser reprodução fi do original a mim apresentado. Dom Feliciano, terça-feira, 29 de janeiro de 2013. Fatima Madalenz acerda Escrevente autorizada
Emol:R\$ 3,10 + \$elo digital: R\$ 0,30
Selo:0181.01.1200092.10964 TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

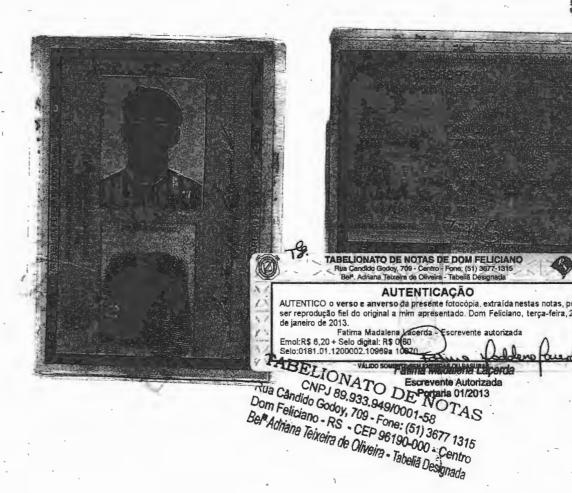
Coldona HASURAS Fatima Madalena Lacerda

Escrevente Autorizada Portaria 01/2013

CNF # 89.935.949/0601-58 do Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Tabelia De Tabelia Designada AUTENTICO a presente fotocopia, extraida nestas notas, por ser reprodução fie do original a mim apresentado. Dom Feliciano, terça-feira, 29 de janeiro de 2013. Fatima Madatema Lacerda - Escrevente autorizada Emol:R\$ 3,10 + Selo-figital: R\$ 6,30. Selo:0181.01.1200002.10985

AC AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente fotocópia, extraída nestas notas, por ser reprodução fie do original a mim apresentado. Dom Feliciano, terça-feira, 29 de janeiro de 2013. TABELIONATO DE NOTAS Emoi:R\$ 3,10+\$efo digital: R\$ 0,36 CNPJ 89.933.949/0001-58 Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada



THERMS.

EMBRANCO

Alley My





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

9	REPÚBLICA FI CADASTRO NACIO			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 74.703.174/0001-57 MATRIZ	COMPROVANTE	DE INSCRIÇÃO E D CADASTRAL	DE SITUAÇÃO DATA	DE ABERTURA 8/1994
HOME EMPRESARIAL JEEP CLUBE DOM FELI	CIANO			•
TULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA).	-11		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATI Não Informada CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - ASSOCIAÇÃO PR	VIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIA JREZA JURÍDICA RIVADA	AS		
OGRADOURO R BORGES DE MEDEIRO	os.	NÚMERO SN	COMPLEMENTO .	
DEP 96.190-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICIPIO DOM FELIC	CIANO	UF RS
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA 28/08/11	SITUAÇÃO CADASTRAL.
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL			TOTAL DATE	SITUAÇÃO ESPECIAL

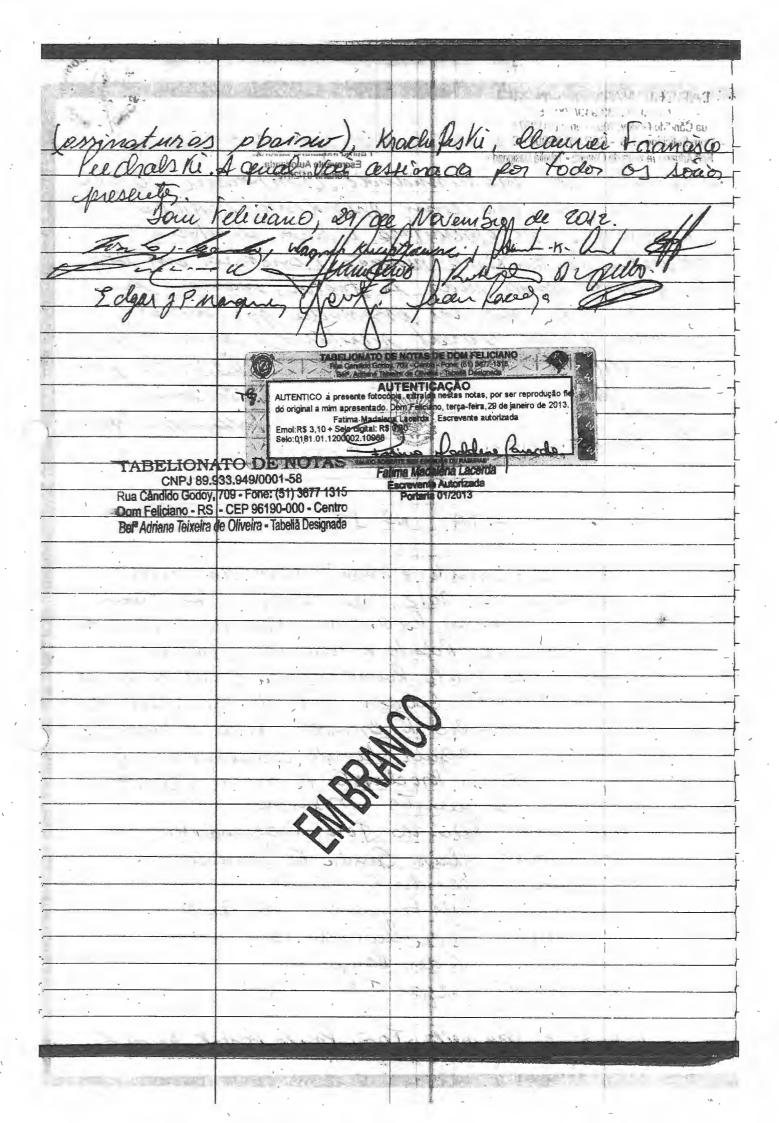
Aprovadó pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

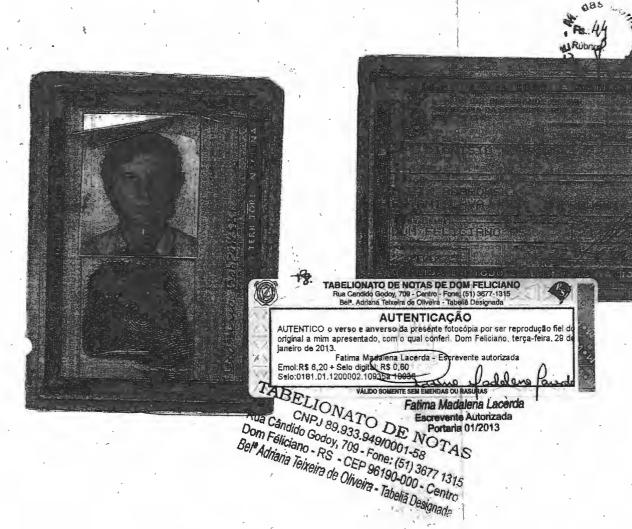
Emitido no dia 29/01/2013 às 18:44:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 29/01/2013

IABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bel*. Adriana Teixelra de Oliveira - Tabelia Designada AUTENTICAÇÃO AUTENTICO a presente fotocópia, extraída nestas notas, por ser reprodução do original a mim apresentado. Dom Feliciano, terça-feira 29 de janeiro de 2013. Fatima Madalena Laceda CINFU 89.933.949/0001-58 Emol:R\$ 3.10 + Set digital: R\$ 0.30 Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Selo:0181.01.1200002.10867 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centre Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada unonimidod Portaria of 2013, denne deitas NO ATA 12 29 (vivte e none oce 2012, rece nisam Francisco Puchalski. Tamonik Roberto R. Campello. egur Sendo empossada tacheps in a se guinter Composta clas licar do José Kaczmareki Leancho R. Grandt Luis Fernando T. do Couto 20 tesou reino. leis Assis de la cerda Bornes Social: lousetho fixal ento R. Campello, João Paulo Rosiat, Rudi B





CINBRINGO .

EMBRANCO





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FEDE	RATIVA	O BRASI	L
	CADASTRO NACIONA	L DA PESS	OA JURÍD	ICA
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.745.390/0001-42 MATRIZ	COMPROVANTE DE INC	SCRIÇÃO E D ASTRAL	DE SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 03/07/2003
NOME EMPRESARIAL ASSOCIAÇÃO COMUN	ITARIA PARA O DESENVOLVIMENT	O SOCIAL, CUL	TURAL E ARTIS	TICO AGUIA BRANCA
TÍTULO DO ESTABELECIMENT SOCIEDADE AGUIA BI				
	TVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL			
94.30-8-00 - Ativid edes	de associações de defesa de direito	os sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS,A	TIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS		1	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DASA 94.93-6-00 - Atividades	TIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS de organizações associativas ligada	as à cultura e à a	arte ,	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DASA 94.93-6-00 - Atividades 94.99-5-00 - Atividades	ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS de organizações associativas ligada associativas não especificadas anti	as à cultura e à a	arte ,	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS A 94.93-6-00 - Atividades 94.99-5-00 - Atividades CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NA	ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS de organizações associativas ligada associativas não especificadas anti ATUREZA JURIDICA	as à cultura e à a	arte ,	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS,A 94.93-6-00 - Atividades 94.99-5-00 - Atividades CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA N 399-9 - ASSOCIACÃO I LOGRADOURO	ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS de organizações associativas ligada associativas não especificadas ante ATUREZA JURÍDICA PRIVADA	as à cultura e à a	COMPLEMENTO	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS,A 94.93-6-00 - Atividades 94.99-5-00 - Atividades 0.00160 E DESCRIÇÃO DA N 399-9 - ASSOCIAÇÃO I LOGRADOURO LINHA EVARISTO TED	ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS de organizações associativas ligada associativas não especificadas ante ATUREZA JURÍDICA PRIVADA	as à cultura e à a eriormente	COMPLEMENTO	UF RS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS,A 94.93-6-00 - Atividades	ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS LI de organizações associativas ligada associativas não especificadas anti ATUREZA JURIDICA PRIVADA BAIRRO/DISTRITO	as à cultura e à a eriormente Número SN MUNICIPIO	COMPLEMENTO	· ·
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS,A 94.93-6-00 - Atividades 94.99-5-00 - Atividades 94.99-5-00 - Atividades CODIGO E DESCRIÇÃO DA NA 399-9 - ASSOCIAÇÃO DA NA 399-9 - ASSOCIAÇÃO LOGRADOURO LINHA EVARISTO TEDA CEP 96.190-000	ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS de organizações associativas ligada associativas não especificadas anti ATUREZA JURIDICA PRIVADA BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	as à cultura e à a eriormente Número SN MUNICIPIO	COMPLEMENTO	UF RS

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **29/01/2013** às **18:39:39** (data e hora de Brasília).

Pagina: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 29/01/2013

ATA Nº. 1 - DA ASSEMBLEIA GERAL para legalização e aprovação ESTATUTOS da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ARTISTICO E SOCIAL AGUIA BRANCA - Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e três, no prédio onde funciona a SOCIEDADE ÁGUIA BRANCA desde 1923, quando foi construido, na Localidade de Linha Evaristo Teixeira, interior do município de Dom Feliciano, estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se pessoas da comunidade loçal, para formalizar a constituição de direito, da sociedade de fato de mesmo nome, denominada SOCIEDADE AGUIA BRANCA, existente desde setembro de 1920 e aprovar os estatutos, permitindo a habilitação da mesma junto Ministério da Cultura, para recebimento de emenda parlamentar do Deputado Federal Henrique Fontana, destinada à restauração do patrimônio histórico da entidade, compreendido no prédio da sede social, construído em 1923, por imigrantes e por descendentes de imigrantes poloneses e, que carece de restauro em sua estrutura, aberturas, piso e teto. Abrindo os trabalhos, o Sr. Dionísio Bobrowski, presidente, solicitou aos presentes que assinassem a lista de presenças e solicitou ao Sr. Clênio Boeira da Silva que secretariasse a reunião. A seguir, perguntou se era do conhecimento de alguém a existência de documentos que comprovassem a propriedade da área de terras onde está instalada a sede da sociedade e a capela Santa Bárbara. Como boa parte da documentação da época da fundação e dos anos seguintes é, ainda escrita em polonês, e não traduzida, foi comunicado pelos presentes que, embora houvessem informações verbais de doações recebidas no passado, estas fituaca foram formalizadas de direito, através de escritura e de registros cartorários próprios, sendo que a SOCIEDADE ÁGUIA BRANCA tem a posse da área local, desde sua fundação, em 1920. A Sra. Filomena Biskoski, proprietária da área, informou que a mesma lhe pertence de direito, mas que está disposta a fazer a doação de uma parte, correspondente a 1(um) hectare de terras, onde esta assentada a sede da SOCIEDADE ÁGUIA BRANCA e a Capela Santa Bárbara, de modo a regularizar a situação da propriedade. Colocada em votação a proposição, foi aprovado por maioria de vinte e sete votos a favor e quatro votos contrários, o recebimento da área de 1 (um) hectare como doação. Prosseguindo, o presidente solicitou ao Sr. Paulo Roberto de Melo Job, advogado, que fizesse a leitura da minuta dos Estatutos por ele confeccionada, para análise, observações e votação pelos presentes. Feita a leitura, artigo por artigo, com pequenas alterações, o texto foi aprovado na integra. Para dar continuidade aos trabalhos na Diretoria da SOCIEDADE ÁGUIA BRANCA, foi aprovada pela grande maioria dos presentes a permanência dos atuais dirigentes, até trinta e um de dezembro de 2003, quando será eleita nova diretoria, para mandato de dois anos, conforme estabelecido nos estatutos aprovados. A atual diretoria, empossada no ato, tem a seguinte composição: Presidente, Dionísio Bobrowski; Vicepresidente: Zeno Slawski; Secretária: Cíntia Czarnecki; Segundo Secretário: vago; Tesoureiro: Miguel Czarnecki; Segundo Tesoureiro: Lélia Czarnecki. Conselho Fiscal -Efetivos: Felix Garstka, Leonardo Muzykant e Baldomiro Maliszewski Nunes; Suplentes do Conselho Fiscal: Lélia Garstka, Vanda Muzykant e Marinelma Gonçalves da Silva. A presente assembléia contou com a presença de 37 (trinta e sete) pessoas, as quais assinaram a lista de presenças que acompanha esta ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia, da qual lavrei a presente ata, que vai assinada por mim Clênio Boeira da Silva, que a secretariei, pelo Presidente, Sr. Dionísio Bobrowski, e, pelos demais membros da diretoria, presentes à reunião. Y OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registros e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 30 de onci no de o 13

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira

Taíse Lasek Brandt

2ª Substituta
Port. 01/2011 - RP

OFICIO DOS REGISTROS PÚBLICOS

DE DOM FELICIANO - RS

PESSOAS JURÍDICAS Protocolo nº 057 às fis. 005 v° no livro A nº 01, em 03 07 1323 Registro nº 050 as fis. 030 v° no livro A 2 em 03 07 323. Maristel E Braga Lasek Oficial Designada story of the tar is a second with

OFFCIO DOS RECISTROS PÚBLICOS

CERTIFICO que o presente documento é fiel expressão dos registres e arquivos existentes neste cartório. Dou fé.

Dom Feliciano RS 0 de penciro de 200.

Bel. Adriana Teixeira de Oliveira Registradora

Talse Lasek Brandt

Talse Lasek Brandt 2ª Substituta . Port. 01/2011 - RP

SELO DIGITAL DE FISC LEI ESTADUAL 12.692/2008 Certida ol Fag +busco R\$ 11, 30 Selos RS 0, 60

1-7E 4

til the way was

· ma sti,

we will see the . . .

0178.01.1200007.00389

0178.01.1200007.00390

ÓFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS GNPJ 89.938.923/0001-00 Rua Cândido Godoy, 719 - Fone: (51) 3677 1379 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bela Adriana Telxelra de Oliveira - Registradora

floner -



LISTAGEM DE SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE, CONSTANTINO SÓCIOS FUNDADORES

	STEED AS A STATE OF THE STATE O	TO THE RESIDENCE AND THE PARTY	NAME OF THE OWNER OWNER.
art.	ENFIDADE	COL	ENDERFECT
1	ACIDOF \	90.152.984/0001-19	Rua 13 de Maio, 441
			and the contract of the contra
3	Assoc. dos Servidores Municipais.	07.649.843/0001-62	Rua Vespasiano Correa, 552
	AND STATE OF THE PARTY OF THE P	10000000000000000000000000000000000000	A Property of the Parket of th
5	Banco do Brasil	00.000.000/2380-90	Av. Borges de Medeiros
0	Briefin Co. T. Co.	reflement to	A CONTRACT OF THE SECOND
7	Câmara de Vereadores	07.932.613/0001-06	Rua Vespaziano Correa, 552
8	Chaire de Willes	是18年20日中国	Rus Julio Vasquet 219
9	Cooperativa COOPACS	07.775.105/0001-61	Rua Vespaziano Correa
10	CTO 5/P/CC - STORY	90:151:630/0001-50	Rua Carlos Barbosa Gonçalves
11	Escola Estadual	92.941.681/0001-00	Rua Venancio Aires ,87
12	igreja Byangálios Assembléia de Deus	13.057.863(000) 47	Run Bernaum Constant 314
13	Irmās Bernadinas	92.852.680/0001-90	Rua General Osório, 903
14	Jeep Clube	74.703.174/0001-57	Av. Horges de Medeiros
15	Paróquia N. Sra. De Czestochowa	95.433.264/0048-09	Av. Borges de Medeiros, 532
15	Prefeitura Municipal	88.601.943/0001-10	Av. Borges de Medeiros, 279
17	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	90.151.630/0001-50	Rua Tiradentes, 270

	PESSOAS PÍSICAS	PROFISÃO	SPANDER NO.	RESERVED NO	OR I
I	Adroaldo Tamowski	Comerciante	Rua Benjamin Constant, 206	1064568759 SJS/RS 984.	410.190-53
	Landers Co. VISBORY			CITY STATES FOR	Cilling
3	Ana Maria Galski	· - Comerciante	Av. Borges de Medeiros	4037352996 SSP/RS 772.	779.960-20
	thing is nucepart to the second	Service de la Contraction de l	PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE PROPERTY OF	MINISTER PROPERTY OF THE PARTY	19:40:15:1
5	Cándido Scislewski	Comerciante	R. Carlos Barbosa Gonçalves, 123	1000506293 SSP/RS 239.	.085.720-53
0	Carlos Andre Kinatkowski	Comerciante	Rua julio de Casitunos do la	S067887851 SSRIRS 689	2016/1962

omunicaco .

,			/
7 Cláudio Lesnik	Funcionário Público	Rua Benjamin Constant	7022721927 SSP/RS 302.742.650-87
8 Dione Kober		Rua Borges de Medeiros, 260 s	S000 421 SSP/RS 487/015390-20
9 Dionizio Zajkowski	Agricultor	Picada Grande	4008078802 SSP/RS 161.668.840-87
10 Snia Lauz Schlewski		Rise Vospessano Corres 227	WILLIAM SERVER WATCHING
11 Eugênio Maciejewski	Servidor Público	Rua Ivo Mainarte, 30	1003270368 SSP/RS 290.607.530-20
12 Pernancio Pioriano Szortyka	Add Ballon	Links Ames do Tigre	70 19200644 SSPRS 218 512 1010-20
13 Francisco R. Puchalski	Comerciante	Rua Cândido Godoy, 888	9021345427 SSP/RS 073.473.320-87
14 Prancisco-Z. Rosiak	Motorista	Rua Candido Cindoy, 349	\$5001698619-SSP/RG 134-167/230-1
15 Geraldo Bolesta	Aposentando	Rua 1º de janeiro, 1139	5030546344 SSP/RS 286.425.970-20
		Section of States	The state of the s
17 Glaci Teixeira Marques	Professora	Rua 1º de janeiro	1004620025 SSP/RS 241.953.240-68
18 lin C do Coito	Application (Run General Section (1) Esta	3005072905 SSP/RS 106984 760-00
19 Irineo Bystronski	Aposentando	Rua 7 de Setembro, 49	1002182838 SSP/RS 029.583.250-91
20 Ivanor Macieski	Padro	Av. Borges de Medeiros	47523451 SSP/PR 722.958.219-91
21 Izabel Balczrek	Aposentada	Colônia Nova	8067991821 SSP/RS 431.316.110-49
22 Joso Paulo Roslak	Engenheiro Civil	Ruis Carroldo Godoy, 321	1069152245 SIS/RS 813/007/940-20
23 João Adailton Kuczynski	Comerciante	Rua Tiradentes, 378	902213579 SSP/RS 396.948.950-49
24 José Adauto Kuczynski	Comerciante	Rua Cândido Godoy, 769	8029918417 SSP/RS 431 316.030-20
25 José Aúgusto Balczrek	Agricultor	Colônia Nova	10283489#2 SSP/RS 403.711.580-8
26 José Panato Garcia Pires	Comerciante	Rua Tiradentes, 140	4009191001 SSP/RS 176.184.100-9
27 Juares Avaloni Sosnowski Pereira	Agricultor	Arroio do Potreiro	6033673226 SSP/RS 431.326.500-72
28 Emilia Rosinski		A CONTRACTOR MACHINER, OVER	MENTALSON SERVED OFF THE LOCK TO
29 Manoel Luiz Passos Decker	Engenheiro Civil	Rua Borges de Medeiros, 855	7028732019 SSP/RS 216.006.000-34
20 Marca Autonio I workowski	Appendado 9		THE SHAPE STATE OF THE STATE OF
31 Marco Aurélio Janovik	Comerciante	Rua 15 de novembro	1014976649 SSP/RS 235.269.420-1
33 Moacir Ferreira Guimarães	Comerciante	Rua 7 de Setembrom 280	1039335151 SSP/RS 118.902.070-04
35 Olfvia Zalewski	Funcionário Público	Rua Cândido Godoy, 653	9014953691 SSP/RS 235.285.240-49
36 Orlando Novinski	Comerciante	The state of the s	MARKARANSOPINS (INVITED TO TO

PROPERTY OF THE PROPERTY OF TH

3443 WAS # 1



37 Paulo Adão Zalewski	Agente Rodoviário	Rua Cândido Godoy, 671	1007653304 SSP/RS 235.244.130-72
18 Paulo Gilberto Pereira Tavares	A STATE OF THE STA	AVABOTOR DE MEMBER DE 12.00	70/10704469 SSP/RS 248; 160/430:04
39 Paulo Lempek	Comerciante	Rua Tiradentes, 290	7005079624 SSP/RS 288.458.890-68
40 Pedro Home	A Second of the		MOZE CORSERVED TO THE TOTAL PROPERTY.
41 Raimundo Zalewski	Comerciante	Av. Borges de Medeiros	3013055037 SSP/RS 313.325.600-91
42 Reinaldo Tyska	Apricolo		10E071297.SSE/RS 0712388840-00
43 Renato Cézar Uszacki	Agricultor	Ponte do Sutil	1037978648 SSP/RS 480.088.850-68
44 R berno Jose Caczmareki	Content in	AV. Borger de Modern 27 07	\$05888907 SSP/RS 674,07027/0-00
45 Roberto Carlos Chrostowski	Funcionário Público	Av. Carlos Barbosa Gonçalves, 735	02189126618 CNH 678.066.430-87
de Sanda Contribuyan	Complete Comment for the		THE SECTION OF STREET
47 Sérgio Luiz Janovik	Comerciante	Rua 7 de Setembro, 271	6016229491 SSP/RS 302.661.300-20
48 Seigniarino S. Vinnes	Comerciano de	Rim Principus 873	10089079575SSP/RS 0454319940200
49 Valdir Langhanz	Agricultor	Linha Tigre	8013940476 SSP/RS 041.256.060-72
50 Victor Romagna Neto	Médico	Av. Borges de Medeiros, 824	1021372162 SSP/RS 20.683.243.004
51 Vladimir Domagala	Comerciante	Rua Venáncio Aires, 130	1034286565 SSP/RS 447.642.510-00

. SÓCIOS CONTRIBUINTES

PESSOAS PÍSICAS	PROFISSÃO	ENDERECO	RG
1 Adair Alfredo Kuczynski	Comerciante	Rua Borges de Medeiros, 391	5034374421 SSP/RS 447.643.400-20
2 Carlos André Kiwiatkowski	Comercianie	Rua Villo de Castilhos 152	50678765 (SSVRS) 67290 - 5052
3 Cintia Milene Czarnecki	Secretaria	Rua 1º de Janeiro, 503	1090790518 SJS/RS 012.745.900-60
4 Claudia Slemionko	Auxiliar Administrative		40 5789 (2.1) SSP/RS R17 R49 (28) 40
5 Claudiomir Antônio Caczmareki	Comerciante/Gerente	Rua 13 de Maio, 377	5037333662 SJS/RS 536.325.240-68
C Gent Biology Side		and the second and the second	
7 Clodoir da silveira	Agricultor	Linha Federal	8083114201 SJS/RS 995.152.530-04
9 Danieli Chimanski Rosiak	Professora/Locutora	Rua Benjamin Constant, 807	2079556323 SJS/RS 001.804.420-40
IV Diego Sortica	Auxillar Administrative	Company of the second	(4098070763 \$3000 (6245) \$6000-08
11 Dionísio Bobrowski	Agricultor	Linha Marmeleiro	8001751125 SSP/RS 270.312.330-20





		•		
12	Edgar Mollerke Sortics:		Fig. 5. And St. Co.	DONES SON STREET CONFIDENCES
13	Edivino Maciejewski	Agricultor	Rua Dante Morelli, 43	9036322825 SSP/RS 447.653.200-49
	Harima Leiman			CONSTRUCTION OF STREET
15	Gilberto Puchalski	Comerciante	Rua Ceslaw Bistrunski, 55	9028362292 SSP/RS 419,100,520-00
16	Chisa Pochaliski			Management State of the Control of t
17	Hélio Siemionko	Comerciante/Balconista	Rua Alfredo Borfes	9030838313 SSP/RS 398.928.910-15
18	ines Scenes	DATE LEVEL 194	and the state of t	TO SERVICE THE PROPERTY OF THE
19	Jane Terezinha da Silveira	- Agricultora	Linha Federal	1071305443 SJS/RS 912.125.290-49
20	Janete Balczarek		医	on the state of the state of the
21	João Cláudio Rakowski	Contador '	Rua Venâncio Aires, 190	7003134471 SSP/RS 221.388.110-34
	Inst Agents de Lima Scares		Pinks Atom Bras	\$15.16.18.582(E).01+2-61-26.015.
23	José Roberto Pippi	Funcionário Público	Rua General Osório, 1002	2010202121 SSP/RS 341.890.760-15
24	Jolio Celau Cichowski. Wolowski	Agricultor	The consideration of the constant of the const	40158/0395 SSP/RS 302532130-1
25	Laura Wolowski	Professora	Linha Lopo Neto	7022759034 SSP/RS 678.064.490-00
26	Leandro Tanski Soures	Autonomo	Rua General Gaório	1584971771-518785 5907133420-04
27	Leila Fátima Correia Job	Professora	Rua General Osório 1353	2035530522 SSP/RS 389.408.410-34
28	Leonarda Siemionico	Dona de casa	Rus Affredo Borges, 238	6047490708 SJS/RS 447:647:900-68
29	Lisane Beckenkamp	Professora	Rua 15 de novembro, 263	50085104 SSP/SC 438.385.880-53
30	Lorena Maria Zalewski Pippi	Aposeniada	Rua General Osório, 1002	9012011764 SISIRS 294:573:780/91
31	Luciana Novinski Rembowski	Vendedora	R. Carlos Barbosa Gonçalves, 990	2069154926 SJS/RS 970.393.650-49
32	Luiz Carios Wolowski	Agriculton	Links Lope Neto	6067992825 508765 601954 至3432
33	Marcelino Grabowskí	Agricultor	Linha Assis Brasil	9051047323 SSP/RS 318.677.230-34
34	Marcio Rosiak	Musico	Rus Derigania Consum	Control of the last of the las
35	Marco Aurélio Tyska	Auxiliar Administrativo	R. Catulino Pereira da Rosa, 175	6059158391 SSP/RS 898.232.900-59
	Line is a second of the second			Process of the Property of the
37	Maria Lorena Slawski Soares	Agricultora	Linha Assis Brasil	7028335698 SJS/RS 885.918.590-49
			0. 100 400 100 100 100 100 100 100 100 100	
39	Neida Ferreira da Silveira	Agricultora	Linha Bela Vista	3084079395 SJS/RS 974.647.160-00
40	Moedic Machinetts			
41	Paulo Roberto de Melo Job	Bancário '	Rua General Osório, 1353	1021408181 SSP/RS 370.308.330-15



BEAR BORKEY

42 Panio Rogerio Balzarek	Pedreiro Pedreiro	Rue Cite Innero, 885	1043191681 SSP/RS 487/017-340-91
43 Paulo Luiz Siemionko	Bancário	Linha Anápio Silveira	2037116783 SSP/RS 487.004.870-15
44 Padro Reinaldo Slawski	Agricultor	I ministrative	60/0004008 \$50/88 \$12/88
45 Roni Joel Leiman	Agricultor	Correa Neto	9069155407 SSP/RS 689.971.590-20
46 Sadi Scares	Pedreiro	Rio General Scotto (00	70 HOZBANSSPASENDOLEGUE
47 Silvio Luiz Rembowski	Comerciante	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	1043572914 SSP/RS 513.592,270-91
48 Tiago Maliszewski Wolowski	Técnico em Informática	Rua 14 de Julho, 67	5069152618 \$18/11 968 76 1 900-72
49 Vera Lucia Tyska	Secretária	R. Catulino Pereira da Rosa, 175	1070343745 SSP/RS 003.804.950-31
50 Zein Tamowski Kuczynski	Comerciante	A Committee of the comm	CONSTRUCTION OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF
51 Zeno Zajkowski	Agricultor	Cerro dos Coqueiro	4012420412 SSP/RS 164.617.540-31

1000	PESSOA JURIDICA, ENTIDADE E COMUNIDADE	CNPI	ENDERBY O
1	Associação dos Produtores da Linha Amaral	05.924.663/0001-16	Linha Amaral
2	Associação Rural São Maximiliano	05:120:588/0001-00/	inha Asels Brusif
3	Henrique Olszewski / Ferragem União	02.505.948/0001-24	Rua Alfredo Borges, 182
4	Idy Motos	01.211.840/0001-66	Av Borges de Medeiros, 391
5	Mercado Santa Vitória	02.040.818/0001-63	Rua Júlio de Castilhos, 152
6	Posto São José	00,785,714/0001-52	Av. Carlos Barbosa Gonçaives, 640
7	Jeske e Jeske Ltda.	002.420.014/0001-90	Av. Borges de Medeiros, 422





1. INTERESSADO

- a) nome: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO ZAJKCOWSKI
- b) CNPJ: 01.571.761/0001-66
- c) endereço completo: Avenida Borges de Medeiros, nº 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000
- d) serviço prestado: RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

2. ENSAIO

- a) motivo: Solicitação de Renovação de Outorga
- e) endereço completo onde foi realizado: Avenida Borges de Medeiros, nº 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000
- b) data em que foi realizado: 17-01-2013

3. FABRICANTE

- a) nome: Montel Sistemas de Comunicação Ltda
- b) endereço: Rua João de Paula Franco, 469, Jardim Marabá, Cep 04775-165, São Paulo SP

4. FUNÇÃO DO TRANSMISSOR

Principal

BRENO DÁNDA JÚNIOR



5. MEDIÇÕES

5.1 Frequência:

- a) Nominal; 87500000 Hz
- b) medida em ambiente normal; 87500260 Hz
- c) variação máxima da freqüência na unidade osciladora, após 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente; +, 70 Hz

5.2 Resposta de audiofrequência, com Pré-ênfase de 75us:

Frequênicia (Hz)	100 % de Modulação	50 % de Modulação	25 % de Modulação
50	-3,4	-3,4	-3,5
100	-1,2	-1,0	-1,1
200	-0,6	-0,6	-0,5
400	-0,6	-0,6	-0,5
600	-0,4	-0,4	-0,4
1000	0	0	0
2000	1,6	1,6	2,0
4000	5,4	5,5	5,5
6000	8,4	8,1	8,4
8000	10,2	10,4	10,6
10.000	12,3	12,1	10,6
14.800	15,2	15,2	15,3
14.900	15,2	15,2	15,6

BRENO BINDA JÚNION Engenheiro CREARS 60005-D





5.3 Distorção harmônica de áudio com Pré-ênfase de 75us:

Frequênicia	100 % de	50 % de	25 % de
(Hz)	Modulação	Modulação	Modulação
50	0,12	0,10	0,19
100	0,12	0,10	0,18
200	0,11	0,10	0,19
400	0,11	0,10	0,21
600	0,11	0,10	0,23
1000	0,12	0,12	0,23
2000	0,13	0,14	0,23
4000	0,21	0,14	0,23
6000	0,15	0,15	0,23
8000	0,17	0,17	0,24
10.000	0,05	0,09	0,22
15.000	0,05	0,10	0,21

- 5.4 Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100 % de modulação, com 400 Hz: menor que 57 dB psofométrico
- 5.5 Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100 % de modulação em amplitude: menor que 57 dB psofométrico

5.6 Atenuação de harmônicos e espúrios:

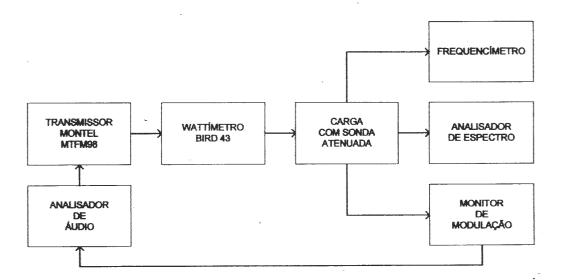
Potência	Frequência			
	120 a 240 kHz	240 kHz a 600 kHz	Maior que 600 kHz	
25 W	< - 50 dB	< - 55 dB	<-60 dB	
8 W	<-51 dB	< - 56 dB	<- 60 dB	

BRENO BANDA JUNIOR Engenhero CREARS 60005-D



5.7 Potência de saída:

- Potência aplicada sobre carga fabricante BIRD, modelo 8892-300;
- Wattimetro utilizado fabricante BIRD, modelo 43;
- Elemento de medida, fabricante BIRD, modelo 100B, conforme modelo abaixo:



- Resultado da medida: 25 Watts.
- ❖ Tempo de leitura entre o mínimo e o máximo = 15 minutos

BRENO BANDA JUNIOR Engenheiro CREARS 60608-D



6. CARCTERÍSTICAS GERAIS

Fabricante: MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA

Modelo: MTFM98

Potência Nominal: 25 WATTS Potência de Operação: 25 WATTS Freqüência de Ensaio: 87,5MHz

Código de Homologação: 046100XXX0312

Desvio de Frequencia para 100 % de modulação: 75 %

Tipo de Emissão Monofônica: 180KF3EGN Tipo de Emissão Estereofônica: 256KF8EHF

Consumo Máximo: 100 W

6.1 Medidores do estágio final de RF:

a) de potência direta; 25 Watts

b) de potência refletida; 0,12 Watts

c) de tensão contínua de coletor: 27,4Volts

d) de corrente contínua de coletor:2,1 Ampéres

6.2 Existência de tomadas de amostras de RF, para:

a) modulação; não

b) freqüência; não

BRENO BANDA JÚNIOR Expenheiro CREARS 8060S-D



7. DECLARAÇÕES

7.1 Declaração do profissional habilitado:

Dom Feliciano - RS, 17 de janeiro de 2013.

Assinatura:

BRENO BANDA JUNIOR Engenheiro CREARS 60805-D

Nome: Breno Banda Júnior

CPF: 22107312087

N°. de Registro CREA: 60.805 D



7.2 Parecer Conclusivo:

" Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada - RADCOM, <u>DECLARO</u> que o transmissor de freqüência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação vigente aplicável".

Dom Feliciano - RS, 17 de janeiro de 2013.

Assinatura:

Nome: Breno Banda Júnior

CPF: 22107312087

N°. de Registro CREA: 060805D



See Somun

7.3 Declaração do interessado:

"Eu MARCO AURÉLIO TYSKA, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO ZAJKCOWSKI, inscrita no CNPJ sob o nº 01.571.761/0001-66, com sede na Avenida Borges de Medeiros, nº 590, Bairro Centro, na cidade de_Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96.190-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 457 datada de 25/08/2000 e Decreto Legislativo nº 204 publicado no Diário Oficial da União datado de 30/05/2003, declara na forma da lei e para o devidos fins, que o Eng. Breno Banda Júnior, esteve nesta data ensaiando o transmissor de freqüência modulada, fabricado por MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA, modelo MTFM98, com potência nominal de 25,00 Watts, ao qual a entidade ao qual represento faz uso" .

Dom Feliciano - RS, 17 de janeiro de 2013.

Assinatura: X Mars A +35112

Nome: MARCO AURÉLIO TYSKA

CPF: 898.232.900-59

Cargo que exerce na entidade: Representante Legal



7.4 Anotação de responsabilidade Técnica – ART, nº Em anexo.

8. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

Ítem	Descrição	Fabricante	Modelo	Série	Precisão
01	Multímetro Digital/Analisador de Áudio	Minipa	ET-2600	4130	AC, DC, 0,8 % dB, 0,3 dBm
02	Gerador de Áudio	Minipa	MG-809	GA00000031 1	+,- 3,0 % + 1 Hz
03	Frequencímetro	Minipa	MF-7130A	0058	+,- resolução, +,- erro da base de tempo
04	Osciloscópio	Minipa	MO-1251	00357	+,- 3 % (10°C a 35°C)
05	Wattmeter	BIRD	43	273071	+,- 5 % of full scale
06	Plug-in elements	BIRD	10008/1008/108	· -	-
07	Carga	BIRD	100-T-FN	8707	-
08	Carga	BIRD	9992-300	-	-
09	Monitor de FM	QEI	691	5588	-
10	Monitor de Estereo	QEI	691	5588	-
11	Analisador de Espectro	HP	8558	140T	-



LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDA	ADE .
DENOMINAÇÃO SOCIAL	
ASSOCIAÇÃO COMUNITA	KRIA PE. CONSTANTINO ZAJKCOWSKI
CNPJ	
01.571.761/0001-66	
DENOMINAÇÃO DE FANTASIA	,
Radio Integração FM 87,5	
Portaria de Autorização nº 4	57 de 25/08/2000 Publicada no D.O.U de 25 de agosto de 2000.
Decreto Legislativo nº 204 de	e 30/05/2003 Publicado no D.O.U de 30 de maio de 2003.
1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA E	NTIDADE
LOGRADOURO	
Avenida Borges de Med	eiros, nº 590
BAIRRO	CIDADE UF CEP
CENTRO	DOM FELICIANO RS 96190-000
- A sede da entidade encontra-	se a menos de 1km do sistema NÃO SIM X
irradiante?	The limited statement of the statement o
2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMIS	SOR E SISTEMA IRRADIANTE
LOGRADOURO	-
Avenida Borges de Med	eiros, nº 590
BAIRRO	CIDADE UF CEP
CENTRO	DOM FELICIANO RS 96190-000
COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
LATITUDE LONGITUDE	
30S421500 52W0628	600

BRENO BANDA JÚNIOR



- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida? NÃO SIM X 3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8 . "Outras informações de interesse") LOGRADOURO
entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8 . "Outras informações de interesse")
LOGRADOURO
Avenida Borges de Medeiros, nº 590
BAIRRO CIDADE UF CEP
CENTRO DOM FELICIANO RS 96190-000
COORDENADAS GEOGRÁFICAS
LATITUDE LONGITUDE
30S421500 52W062800
MONTEL SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA MODELO POTÊNCIA DE FÁBRICA № DE HOMOLOGAÇÃO MTFM98 25,0 WATTS 046100XXX0312 POTÊNCIA DE OPERAÇÃO POTÊNCIA MEDIDA 25,0 WATTS 25,0 WATTS FREQUENCIA DE OPERAÇÃO FREQUENCIA MEDIDA 87,500000 MHz 87,500260 MHz
5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)
MODELO POTÊNCIA DE FÁBRICA № DE HOMOLOGAÇÃO WATTS POTÊNCIA DE OPERAÇÃO POTÊNCIA MEDIDA WATTS FREQUENCIA DE OPERAÇÃO FREQUENCIA MEDIDA MHz MHz MHz
- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

BRENO BANDA JÚNIOK Expenhero CREARS 60005-D



6. SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL- ANTENA/TORRE
FABRICANTE DA ANTENA MODELO
ELECTRIL ANTENAS PT100
GANHO Max (Gt) ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO ALTURA DA TORRE ALTITUDE DO LOCAL
0,0 dBd 30,00 m 154,00 m
7. SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR- ANTENA/TORRE FABRICANTE DA ANTENA MODELO
GANHO Max (Gt) ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO ALTURA DA TORRE ALTITUDE DO LOCAL
dBd m m m
- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na NÃO SIM X ultima licença expedida?
8 - LINHA DE TRANSMISSÃO FABRICANTE MODELO COMPRIMENTO(L) ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)
RFS BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA RGC 213
PERDAS DA LINHA (PL) EFICIÊNCIA DA LINHA (μ)
1,544 dB 70,08 %
Perdas na linha (PL)= <u>L.AL</u> Eficiência da linha (η) = 10 100 POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP) ERP (dBk)=10 log (Pt. Ght. Gvt. η) = 10 log (0,025 x 1x1x0,7008) = -17,56dBk
Pt = Potência do transmissor, em kW. η = Eficiência da linha de transmissão Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes. Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes
Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora do RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 watts.
- INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO
$E(dBu) \approx 107 + ERP(dBk) - 20 \log d \text{ (km)} = 107 + (-17,56) - 20 \log d \text{ (km)} = 89,43 \text{ dBu}$
ERP(dBk) = potência efetiva irradiada.
d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de execução do serviço.
$E(dBu) = 107 + (EdBu) - 20 \log 1 = 89,43 dBu$
Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBu.

BRENO KANDA JÚNIOR

Espenhelo

CREARS 00005-D



9- OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE		
	•	
NÃO HÁ REGISTRO RELEVANTE		

10- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

İtem	Descrição	Fabricante	Modelo	Série	Precisão
01	Multímetro Digital/Analisador de Áudio	Minipa	ET-2600	4130	AC, DC, 0,8 % dB, 0,3 dBm
02	Gerador de Audio	Minipa	MG-809	GA000000311	+,- 3,0 % + 1 Hz
03	Frequencimetro	Minipa	MF-7130A	0058	+,- resolução, +,- erro da base de tempo
04	Osciloscópio	Minipa	MO-1251	00357	+,- 3 % (10°C a 35°C)
05	Wattmeter	BIRD	43	273071	+,- 5 % of full scale
06	Plug-in elements	BIRD	1000B/100B/10B	-	-
07	Carga	BIRD	100-T-FN	8707	_
08	Carga	BIRD	9992-300	-	-
09	Monitor de FM	QEI	691	5588	-
10	Monitor de Estereo	QEI	691	5588	-
11	Analisador de Espectro	HP	8558	140T	-

11 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO
BRENO BANDA JÚNIOR

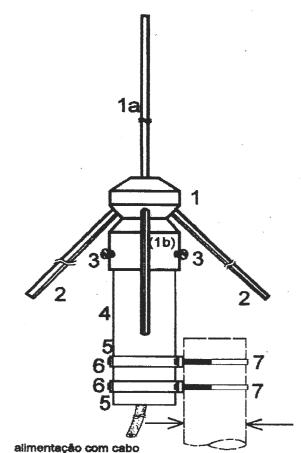
ENDEREÇO RUA NOSSA SENHOI	RA DAS GR	AÇAS, Nº 1	BAIRRO GLÓRIA
CIDADE PORTO ALEGRE	UF RS	CEP 90660-17	0
	rmação NGENHAR	IA ELETR	ÔNICA
	ONE MÓVEL 9625701	FAX 51.33542	493
E-MAIL engtelco@terra.com.	br		
LOCAL DA ASSINATURA DOM FELICINANO		UF RS	DATA 17-01-2013
ASSINATURA			
BREN	O MANDA J Engenheiro	ÚNIOR	

ANTENA VERTICAL DE 1/4 DE ONDA COM PLANO TERRA

MODELO PT 100 Ref.166FM

Faixa: 87 - 108 MHz





IMPEDÂNCIA NOMINAL: 50 Ω IRRADIAÇÃO: OMNIDIRECIONAL

RELAÇÃO DE ONDAS ESTACIONÁRIAS: <1,5:1

na frequência de sintonia

POTÉNCIA MÁXIMA: 300 Watts GANHO: 1,0 dB (2,14dBI) CONECTOR: Tipo UHF filmes

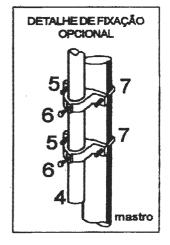
FD(AÇÃO: pere mastro de 35 mm até 60 mm 9

CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO E LATÃO RESISTÊNCIA AO VENTO: aú 120 Km/h

PÉSO: 1,0 kg

EMBALAGEM: Cabra de papelão

	RELAÇÃO DE PEÇAS				
REF.	DESCRIÇÃO	QUANT.			
1	BASE - Al. fundido	1			
1a	HASTE irradiante - Vergelhilo Latilo el. 1/4"	1			
1b	Corrector - Tipo UHF fêrmes	1			
2	PLANO TERRA - Vergalido el. 1/4"	10			
3	PARAFUSO	3			
4	TUBO para fixação - AL 1-1/4"	1 ,			
5	SUPORTE de fixação - Pertil al.	2.			
6	Perefuso cub. sext. 3/16" x 3/6"	2			
. 7	Grampo U of porces e arrustes - Aço galv.,	2			
7	Esquema de montagem	1			



coaxial de 50 ohms

(não fornacido)

BRENO EANDA JÚNIOR Engenheiro CREARS 80805-D

mastro de

1" até 2-1/2"Ø

(não fornecido)





Rua Chamantá, 383 - CEP 03127-000 - 8ão Paulo - 8P
TeL/ FAX: (11) 2020-0055
Visite nossa Home page:
C.N.P.J.: 80.598.331/0001-05
Indústria Brasileira

DE 1/4 DE ONDA COM PLANO TERRA

MUDELU PT 100 Ref.166FM

Falxa: 87 - 108 MHz

MONTAGEM E INSTALAÇÃO

Para montar sua antena "PT 100", será necessário uma chave fixa de 11mm, uma serra e um metro (trena). E para fixar o tubo opcional (4) com os suportes de fixação para mastro de 1" até 2-1/2" será necessário uma chave fixa de 6mm e outra de 13mm.

Veja na tabela de ajuste a frequência exata ou aproximada que irá utilizar e corte as hastes "H" e "T" nas medidas indicadas.

Quando a frequência exata de operação é indicada no pedido, a antena já segue da fábrica cortada.

Monte a antena, rosqueando as hastes de terra na base da antena, passe o cabo de alimentação por dentro do mastro ou do tubo de fixação (4), rosqueie o conector, depois encaixe a antena no mastro ou tubo de fixação e aperte os 3 parafusos da base para fixá-la.

Para fixar o tubo de fixação (4), encaixe os suportes (5) no tubo (4) e aperte os parafusos (6), utilize os grampos U (7) para fixar ao mastro que poderá ser de 1" até 2-1/2" Ø (25mm até 62mm)

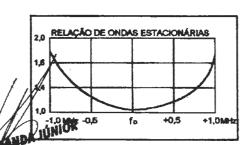
Para alimentação de sua antena deverá utilizar cabo coaxial de 50 ohms e conector macho tipo UHF (ou opcional N), especial cuidadodeve-se tomar ao preparar o cabo de alimentação afim de evitar danos no transmissor.

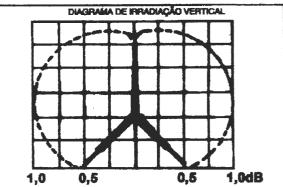
Para obter o melhor rendimento de sua antena, observe uma distância mínima de 1/2 onda de qualquer outro

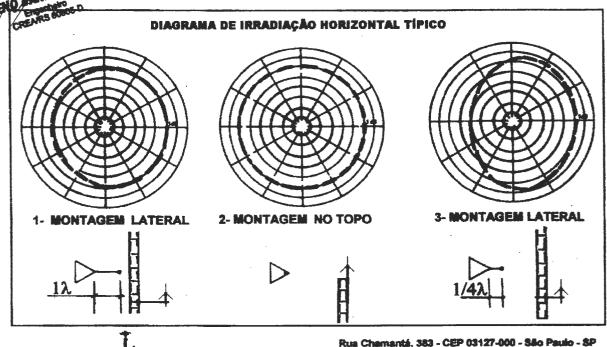
obstáculo (antena, árvore, torre, etc.)

ANTENAS

Ao levantar a antena cuidado para não encostar nos flos da rede elétrica, evite acidentes.







Tel. / FAX: (11) 2020-0055 e Visite nossa Home page: C.N.P.J.: 60.598.331/0001-05

RGC213 RGFLEX* Foam-Dielectric Coax Braided Cable

RGC series
 DUAL SHIELDED (aluminium foil plus tinned copper braid shield),
 TRISHIELD (aluminium foil plus tinned copper braid shield plus aluminium foil) and
 QUADSHIELD (aluminium foil plus tinned copper braid shield plus aluminium foil plus tinned copper braid) coadal cable in 50- and 75-ohm variants, for broadband, internet service provider, rual telephony and satellite communication applications

OEM jumpers, BTS inter-cabinet connections, GPS lines, Microwave IF cabling



			<u> </u>
to so grifica.			
Structure			
Inner conductor:	Copper Wire	(nan (a1))	2.55 (0.100)
Dielectric		[mm (m)]	7.25 (0.285)
Outer conductor:	1st shield: AMPET foil bonded to the core with 100% of coverage; 2nd shield: Tinned copper braid with 78% of coverage	{n#n (m)}	8.14 (0.320)
Jacket:	Polyethylene, PE	(mm (in))	10.34 (0.407)
Mechanical Prope	rties		
Weight, approximately	y .	[kg/m (lb/ft)]	0.120 (0.081)
Minimum bending rad	lus, single bending	[mm (in)]	50,0 (1.97)
Minimum bending rad	lus, repualed bending	[mm (in)]	205 (8.07)
Bending moment	-	[Nm (Ib-II)]	
Max. tensile force		[N (Ib)]	
Recommended / max	imum climp specing	[m (ft)]	
Electrical Propert	ios		
Characteristic impeda	ince	[Ω]	50 +1- 2
Relative propagation	velocity	[%]	80
Capacitance		[pF/m (pF/ft)]	82 (25.0)
Inductance		[µHVm (µHVN)]	0.205 (0.062)
Max. operating freque	incy	[GHz]	3.0
Jacket spark test PM	S	M	
Peak power railing	,	[KW]	
RF Peak voltage ratio	G	[V]	
DC-resistance inner o	conductor	[Qf(m) (Qf(000f())]	3.5 (1.06)
DC-resistance outer	onductor	[QAm (QA100001)]	8.0 (2.43)
Recommended To	emperature Range		
Storage temperature		["C ("F)]	-70 to +65 (-84 to +185)

Frequency	Attenuation					
[Metz]	[dB/100m] [dB/100R]					
0.5	0.565	0.169				
1,0	0.784	0.239				
1.5	0.841	0.256				
2.0	0.971	0.298				
10	1,57	0,479				
20	2.05	0.625				
30	2,38	0.725				
50	2.97	0.905				
8\$	3.86	1.18				
100	4,15	1,26				
108	4.34	1,32				
150	5.20	1,58				
174	5.63	1,72				
206 ·	6.10	1,86				
300	7.83	2.33				
400	89.8	2.73				
450	9.53	2,90				
500	10.0	3,05				
512	10.2	3.11				
800	11.2	3.41				
700	12.2	3.72				
800	13,2	4,02				
824	13.4	4.08				
894	13.9	4.24				
900	14.0	4.27				
925	14.3	4.36				
986	14.6	4.45				
1000	14.9	4,54				
1250	16.9	5,15				
1500	18.8	5,73				
1700	20.2	6.16				
1800	20,9	6,37				
2000	22.3	6.80				
2200	23.8	7,25				
2300	23.9	7.28				
3000	27.0	8.23				

installation temperature
Operation temperature
Other Characteristics

Fire Performance:

Halogene Free

VSWR Performance:

Other Options:

[dB (VSWR)]

["C ("F)]

["C ("F)]

BRENO BANDA JUNIOR

RFS The Clear Choice €

RGC213-50J

Rev: A0 / 20.Sep.2005

-40 to +85 (-40 to +185)

-50 to +85 (-58 to +185)

Registro de Contrato de Acervo Técnico sob forma de Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal 6496/77

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS 2796-0/16734-7

Agéncia/Cédige de Cedente Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL

Nosso Námero: 21071360006670978

Convênio: NÃO É CONVÊNIO

Motivo: NORMAL

988 COVE

Contratado

Carteira: RS060805 RNP: 2204190152 Empresa: NENHUMA EMPRESA

Profissional: BRENO BANDA JUNIOR Titule: Engenheiro de Operação - Eletrônica E-mail: engtelco@terra.com.br

Nr.Reg.:

ART Nr.: 6670978

Contratante

Nome: ASSOCIAÇÃO COMUN. PE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Telefone:

E-mail:

CPF/CNPJ: 01571761000166

Endereço: AVENIDA BORGES DE MEDEIROS 590

Cidade: DOM FELICIANO

Bairro: CENTRO

CEP: 96190000

UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: ASSOCIAÇÃO COMUN. PE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Endereçe da Obra/Serviço: AVENIDA BORGES DE MEDEIROS 590 Cidade: DOM FELICIANO

Bairro: CENTRO

CPF/CNPJ: 01571761000166 CEP: 96190000

UF:RS

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Prev.Fim: 22/01/2013 Data Início: 17/01/2013

Vir Contrato(RS): 700.00

Honorarios(RS):

Ent.Classe: SENGE/RS

Atividade Técnica

Descrição da Obra/Serviço

BRENO BANDA

Dispensão(m²):

Ougatidade

Unid.

22/01/2013

Laudo Técnico Observações Observações

Observações

Observações

Observações

Estação de Emissora de Rádio

LAUDO DE ENSAIO DE EQUIPAMENTO DE TRANSMISSÃO PARA O SERVIÇO

DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO / LAUDO DE VISTORIA DE ESTAÇÃO TRANSMISSORA PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA /

POTÊNCIA DO TRANMISSOR MÁXIMA DE 25 W / OBJETIVO DA

ANOTAÇÃO É A RENOVAÇÃO DE OUTORGA DA ENTIDADE POR 10 ANOS

Declaro serem y

Sacado: BRENO BANDA JUNIOR

Profissional

CPF: 22107312087

De scordo

LUCIUM 1101LEN
ASSOCIAÇÃO COMUN. PE CONSTANTINO ZAIROWSKI

Contratante

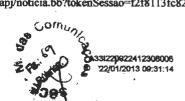
001-9 00190.00009 02107.136000 06670.978185 9 55860000006000

Local de Pagamento	240610		~:	ER AGÊNCIA EJ	NC ÁDIA		1 L	Vencimento	22/01/2013
Codenic							$+ \Gamma$	Agencia/Cod.Cedente	2796-0/16734-7
			Eagra	haria e Agrenomi			-J [Nosso Número	21071360006670978
21/01/2013	1	Pocto 10978		Espécie DOC DM	Aceite NÃO	Data Processamento 21/01/2013	11		210/1500000105/6
Uso Banco	Carteira	Bapácia		Opuntidade	1 1040	Valor	$\dashv I$	(=) Valor do Documento	60,00
	18/051		R\$				⅃ ᅡ	(-) Descouto/Abathmento	
Instruções:								(+) Mora/Multa	
NA NA	O RECE	BER APO	OVE	NCIMENTO.				(=) Vaior Cobrado	

Autenticação mecânica/Ficha de compensação



Cobrança / Títulos



353703537

- BANCO DO BRASIL - 09:31:16

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: BRENO BANDA JUNIOR AGENCIA: 3537-8 CONTA:

 $\tt 00190000090210713600006670978185955860000006000$ NR. DOCUMENTO NOSSO NUMERO CONVENIO 21071360006670978 . 02107136

CONVENTO
CONSELHO REGIONAL DE ENGENRARI
AGENCIA/COD. CEDENTE
DATA DE VENCIMENTO
DATA DO PAGAMENTO
VALOR DO DOCUMENTO

2796/00016734 22/01/2013 22/01/2013

VALOR COBRADO

60,00 60,00

NR.AUTENTICACAO

F.C25.7A4.E69.BAE.65C

Transação efetuada com sucesso por: J0482097 BRENO BANDA JUNIOR.



CORREIOS www.correios.com.br 2 DESTINATARIO MINISTERIO DAS COMU SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMO ESPIANADA DOS MINISTER. ENDEREÇO DIOCO R, EDIFICIO ANEXO, Alx REND BRASILIA CIDADE Alc: 5 REMETENTE ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA GADRE CONSTANTINO ZADKOWSKi ENDEREÇO AV. BORGES DE MEDEIROS : GALERIA PAROdVIAL 190000 JON PELICIAN. CLAR MATERIAIS & PRESERVAR O M



O ELETRONICA DEPARTAMENTO VICAÇÃO ELETRONICA

25

FONE

LESTE, 3º ANDAR, SALA 334

'AGRO DE OUTORGA MIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA)

UF DF

FONE (51) 3677 11.		TENTATIVAS DE ENTREGA 1º:/ às h.	CARBMBO
0'	Desconhecido Não procurado Enderéço insuficiente	24:/iash.	
UN		3*;//_ àsh.	UNIDADE ENTREGADORA
· K.S	Rubrica do responsável	V	sto



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

- 1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
- 2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
- 3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 13 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo, em 13/08/2014, às 11:25, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0083092 e o código CRC 10D80D45.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 8021/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: 53000.005567/2013-61

Processo de Outorga nº: 53790.001203/1998

Assunto: Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Dom Feliciano/RS**.

ANÁLISE

- 2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:
- I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação do artigo 6°, alíneas "b" e "c", ao disposto no item 8.3, alínea "d" da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

"Art. 6° - Poderão ser sócios da Instituição os residentes e/ou estabelecidos na circunscrição do município de Dom Feliciano:

 (\ldots)

b) Pessoas jurídicas de direito público ou privado, com ou sem fins

lucrativos;

c) Instituições organizadas da sociedade civil, ainda que sem personalidade jurídica, desde que comprovem sua atuação."

- II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.
- III. Prova de que seus diretores **Danieli Rosiak e Sadi Soares** são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2.
- IV. CPF dos diretores: **José Adauto Kuczynski, Clodoir Ferreira da** Silveira, Danieli Rosiak e Sadi Soares.
- 3. Caso tenha ocorrido alteração na diretoria, torna-se necessário apresentar a Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, bem

como o CPF e documento que comprove que os atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão**, **Delegado**, em 18/09/2014, às 15:45, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014. N° de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru**, **Advogado**, em 18/09/2014, às 17:15, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0094719 e o código CRC A73589E6.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.

Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 8038/2014/SEI-MC

São Paulo, 20 de agosto de 2014

Ao Senhor

MARCO AURÉLIO TYSKA

Representante Legal da Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski

Avenida Borges de Medeiros nº 590 - Centro

96.190-000 / Dom Feliciano - RS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.005567/2013-61.

Senhor Representante Legal,

- 1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº 8021/2014/SEI-MC, desta Delegacia Regional, que solicita esclarecimentos sobre a renovação de outorga dessa entidade.
- 2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade, caso discorde da decisão, se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão**, **Delegado**, em 18/09/2014, às 15:46, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0095029 e o código CRC 88437E9C.

25/08/2015 15:02

PREENCHER COM LETRA DE FORMA	1	AR	STEELS I
Oficio nº 8031/2014/ZEÏI-MC		STINATAIR!	
	São Paulo, 20 de agosto de	2014	
Ao Senkar			1 1 1 1 1
MARCO AURĖLIO TYSKA			
Representante Legal da Astociação Comunidaria Padre Co	metantino Zajkowski	9 6 3 3 7	
Avenida Borges de Medeiros nº 390 - Centro		UP PM	B/MAYS
96.190-000 / Dom Peliolano - RS	Samuel Control		
	C. Walter	1.111	111111
Assuno; Engaminhamento de Nola Trentea retativa à s	mailie de precesso nº 23000.805567	PRIC	DO ENVIO I NATURE DE L'E PRITÀRIA I PRIORITAIRE
thing problems and the billion in a	1	EMS	
ASSINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RE	CEPTEUR	BEG	URADO I VALEUR DECL
ASSINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RE	CEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREG UNIDADE DE DESTIN
6 121-	CCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	
- '		DATA DE RECEBBURANA	CARIMBO DE ENTREG UNIDADE DE DESTIN
NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR I NOM LISTELE DU ABR LA AURULIA.	RECÉPTEUR TISICA	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION 02/10/2019	CARIMBO DE ENTREG UNIDADE DE DESTIN
NOME LEGIVEL DO RECEBEDOR I NOM LISTELE DU ABR LA AURULIA.	RECÉPTEUR TUSTICA RUBRICAE HAT DO EMPRES	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION 02/10/2019	CARIMBO DE ENTREC UNIDADE DE DESTIN BUREAU DE DESTINA
MARCLA AURLIA	RECEPTEUR TUSTICA RUBRICAE MAT DO EMPREG SIGNATURE DE L'AGENT	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION O2 /10/2019	CARIMBO DE ENTREG UNIDADE DE DESTINA BUREAU DE DESTINA
MARC LA AURLLIO. MOME LEGIVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU MARC LA AURLLIO. MOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR 6059158351	TASICA RUBRICAE MAT DO EMPREG SIGNATURE DE L'AGENT \$60446 Kb. >	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION O2 /10/2019	CARIMBO DE ENTREC UNIDAGE DE DESTIN BUREJO DE DESTINA O 2 OUT 20
MARCLA AURLIA	TASICA RUBRICAE MAT DO EMPREG SIGNATURE DE L'AGENT \$60446 Kb. >	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION O2 /10/2019	CARIMBO DE ENTREC UNIDAGE DE DESTIN BUREJO DE DESTINA O 2 OUT 20

Da R	AVISO DE LECEBIMENTO	R	ELIC X	4 88060	090 4 B	R	
RESIL POSTAGE	AVE DE	11.	14.00	ENTREGA!	TENTATIVE	S DE LIVR	AISON
HEIADÉ DE POS	2 1.3 At 1.204 or	Halo 1/	OUT 2014	/-/-	/h	/_	<i></i>
			T/DR SOCIAL	DE I EXPENSE		•	·
	HOME DO BUTTO ALTERNATION	The second second	DITTO AL	1 1 1 1			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	MINIS END	TOTAL PIST HO DAS	COMUNICAÇÕES	W.			1
ENDER BEVO	RUA MERGENTHALER BAS FONES (11)	3101-0123 - FAX (11)-3 5-311-900 - SÃO PAULO	101.8880 1 1-			LIF	BRASIL
		计下					
		=					
	1				way by		7

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI RÁDIO INTEGRAÇÃO FM 87,5 – DOM FELICIANO - RS

Dom Feliciano 31 de Outubro de 2014.

021/2014

Ao Ministério das Comunicações Delegacia Regional do Ministério das Comunicações 53900.026505/2014-21 03/11/14 021.8507

Cumprimentando-o cordialmente, conforme solicitação da Delegacia Regional do Ministério em ofício nº 8038/2014/SEI-MC, com assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa a analise do processo nº 53000.005567/2013-61, estamos encaminhando a documentação solicitada referente ao requerimento da renovação de outorga da Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski mantenedora da Rádio Integração FM.

Atenciosamente,

Marco Aurélio Tyska Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE DOM FELICIANO OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS <u>REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS</u> Registradora: Bel^a. Adriana Teixeira de Oliveira

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido da parte interessada, que em data de quinta-feira, 30 de outubro de 2014, foi averbado ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL, da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI, inscrita no CNPJ nº 01.571.761/0001-66, com sede na Av. Borges de Medeiros - nº 532, Centro, nesta cidade de Dom Feliciano - RS, no Livro A-4, às folhas 65 verso, sob nº Av.10/26, deste Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Dom Feliciano/RS.

O referido é verdade e dou fé.

Dom Feliciano, sexta-feira, 31 de outubro de 2014.

and Land Drand

Taise Lasek Brandt 2ª Registradora Substituta

Emolumentos: Total: R\$ 15,70 + R\$ 0,90 = R\$ 16,60

Certidão PJ (1 pgs): R\$ 6,30 (0178.01.1300013.00924 = R\$ 0,30)

Busca: R\$ 6,00 (0178.01.1300013.00925 = R\$ 0,30)

Processamento eletrônico: R\$ 3,40 (0178.01.1300013.00926 = R\$ 0,30)

COSCIA COLONIA PARA COLONIA CO

Crown Rough to the state of the



Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 318.674.800-34

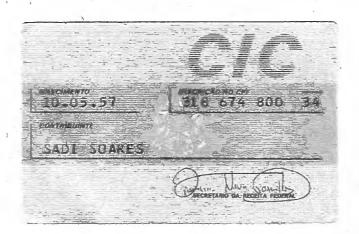
Nome da Pessoa Física: SADI SOARES

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **08:44:13** do dia **29/10/2014** (hora e data de Brasília). Código de controle do comprovante: **56A8.6B05.CB69.C92F**A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <u>www.receita.fazenda.gov.br.</u>

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.





Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 001.804.420-40

Nome da Pessoa Física: DANIELI SZYMANSKI ROSIAK

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 08:55:13 do dia 29/10/2014 (hora e data de Brasília). Código de controle do comprovante: E7B9.E349.D891.1E83

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.







Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 431.316.030-20

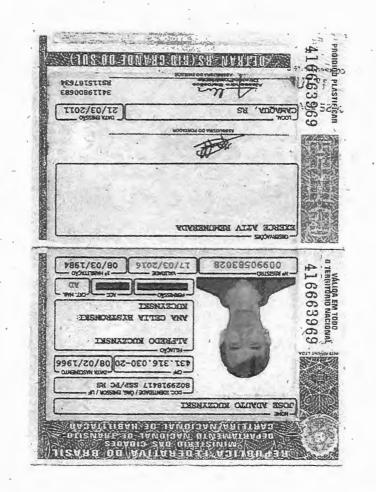
Nome da Pessoa Física: JOSE ADAUTO KUCZYNSKI

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **08:50:59** do dia **29/10/2014** (hora e data de Brasília). Código de controle do comprovante: **5E60.A4C5.7C3F.2E5A**A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <u>www.receita.fazenda.gov.br.</u>

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.







Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

No do CPF: 995.152.530-04

Nome da Pessoa Física: CLODOIR FERREIRA DA SILVEIRA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **09:36:15** do dia **30/10/2014** (hora e data de Brasília). Código de controle do comprovante: **6B53.B904.6124.AC5F**A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.





FECIO DOS REGISTROS FUBLICOS (1379) FOR CONTROL CONTRO The CEP of BOOD State of the Control of the CEP of the state of the CEP of the state of the CEP of the state of the center of th

Down of Holding Re



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

· NOMES: MÁRCIO ROSIAK DANIELI ROSINSKI SZYMANSKI

MATRÍCULA: 0983840155 2004 2 00006 056 0001970 10

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGÊS MARCIO ROSIAK, nascido em Dom Feliciano, Rio Grande do Sul, no dia 08 de abril de 1982, de nacionalidade brasileira, filho de JOSÉ ROSIAK e de OLGA ROSIAK, ambos naturais deste Estado, e, DANIELI ROSINSKI SZYMANSKI, nascida em Dom Feliciano-RS, no dia 22 de março de 1982, de nacionalidade brasileira, filha de CASEMIRO SZYMANSKI e de ZELIA ROSINSKI SZYMANSKI, ambos naturais deste Estado.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO DIA MÊS ANO Cinco de junho de dois mil e quatro, 2004

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR

DANIELI SZYMANSKI ROSIAK.

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Casamento celebrado no dia cinco de junho de dois mil e quatro. Informações dos contraentes: MÁRCIO ROSIAK, agente publicitário, residente e domiciliado em Dom Feliciano-RS, e DANIELI ROSINSKI SZYMANSKI, estudante, residente e domiciliada no mesmo local do contraente. OBSERVAÇÃO: Não há. *****

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS ADRIANA TEIXEIRA DE OLIVEIRA Dom Feliciano-RS Rua Cândido Godoy, 719 CEP: 96.190-000

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. Dom Feliciano-RS, 28 de maio de 2012.

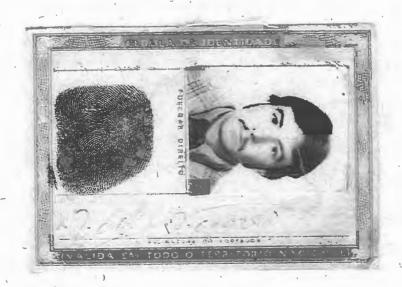
> MARCELLE RAKOW **ESCREVENTE**

Marcelle Rakowski Escrevente Antonizada

Emolumentos: R\$ 17,00, selo digital: 0178.03.1000010.02343, valor do selo R\$ 0.50. Processamento eletrônico: R\$ 2,90, selo digital: 0178.01.1200003.00075, valor do selo R\$ 0,25.

A validade dos selos digitais poderá ser consultada no site do Tribunal de Justiça: www.tjrs.ju.br





$\overline{}$		1	T	\sim	No
ı	\wedge	L	А	\circ	Μā

PÁGINA Nº

DOS ESTADOS UNIDOS DO



Oficial

Estado do Rio Grande do Sul

Distrito - Séde cio dos Registros Públicos MUNICÍPIO DE DOM FELICIANO

Dom Feliciano - RS. Comarca de Encruzilhada do Sul

Rua Borges de Medeiros, 328 Zeno Tworkowski — Oficial de Séde Municipal OFICIAL: ZENO TWORKOWSKI ASAMENTO NO 170

O II VI II III	11110 11-
CERTIFICO que à fls. 517 do li	ivro nºde registro de CASAMENTOS foi
feite hoje o assento do matrimônio d	e SADI SOARES
e INES TANSKI	
	dearde Kenne:
	s Sentes e Maria Renira Lima des Sentes -
	otnaki
	de Dem l'eliciane des des (10)
de maie de 1.957	
	e residente em este distrite
fi ho de ADELINO DA SILVA SOARES .	
nascido em este Estade	domiciliado emeste distrito
	, e residente n'este distrite
e FLORA DE LACERDA SOARES	•• , nascida em este Ested•
	e residente
	de Dem Feliciane
ooqueterze (14)	de dezembre de 1.961
	, domiciliada em ' este distrite
e residente em este distrite	filha de FRANCISCO TANSKI
nascido em este Estade	domiciliado, em /este distrite
e residente em Este distrité	domiciliado, em /este distrite e JOANA WISNIEWSKI TANSKI
	, domiciliada em <u>este distrite</u>
e residente em este distrite	, a qual passa a assinar-se INES TANSKI SOARES
Foram apresentados os documentos, a q	que se refere o art. 180, ns. 1 4 do Cédiga Civil.
Observações: • x • x • x • x • x • x •	***************************************
0\$24,00	
O referido é verdade e dou fé.	Dom Feliciano, 20 de abril de 19795

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

NOVO ESTATUTO CONSOLIDADO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO

Em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para este fim e realizada no dia 16 de outubro de 2014, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI, promove reforma de seu ESTATUTO SOCIAL, registrado junto ao Ofício de Registros Públicos de Dom Feliciano, registro sob nº 26, CNPJ nº 01571761/0001-66, que passa a ter a seguinte redação:

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933,949/0001-58 Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabeliã Designada







Portaria 01/2013

Escrevente Autorizada

do original a mim

AUTENTICO

Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 Selo:0181.01.1400005,00748

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º. - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTISTICO, doravante denominada ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO, constituída em 16 de setembro de 1996 sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, e duração por tempo indeterminado, com sede no município de Dom Feliciano, na Avenida Borges de Medeiros, 590, sala 10, Estado do Río Grande do Sul e foro em CAMAQUA-RS.

Art. 2º. - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO tem por finalidades:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação e da informação, e pela institucionalização do direito de comunicar através da radiodifusão comunitária e da mídia impressa;
- b) Prestar serviços de radiodifusão comunitária, desenvolvendo suas atividades de radiodifusão, com o nome fantasia de RÁDIO INTEGRACAO FM 87,5;
- c) Atuar com mídia impressa, através do JORNAL DA INTEGRAÇÃO;
- d) Dar oportunidade à difusão das idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
- e) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu interesse;
- g) Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
- h) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins econômicos;
- (i Fatima Madalena Lacerda Organizar arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral;
 - Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;
 - Promover a assistência social;
 - Promover a cultura, defesa e conservação do patrimo m promover gratuitamente a educação complementar; Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

 - n) Promover a segurança alimentar e nutricional;
 o n) Promover a defesa, preservação o desenvolviment o) Promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e o
 - p). Promover o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza;
 - q) Promover a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego;



FELICIANO

2



Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bel^a. Adriana Teixeira de Oliveira - Tabeliā Designada

AUTENTICO a presente fotocópia, extraída nestas notas, por ser reprodução fi do original a mim apresentado. Dom Feliciano, 30 de outubro de 2014. Fátima Madalena Lacerda - Esocevente autorizada

Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 Selo:0181 01.1400005.00748

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

r) Promover a ética, a paz, a cidadania e os direitos humanos, a democracia e , demais valores universais;

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 3°. - No desenvolvimento de suas atividades, a ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Parágrafo 1º. - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO se dedica às suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de servicos intermediários de apoio a outras organizações sem fins econômicos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Parágrafo 2º. - Os serviços de educação que a entidade eventualmente se dedique, serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

Parágrafo 3º. - Visando a realização de seus objetivos, a instituição atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências; organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais; realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão, atuando de forma direta ou através de convênios, contratos, parcerias e intercâmbios, podendo promover iniciativas conjuntas com organizações e instituições públicas e/ou privadas nacionais, estrangeiras, internacionais multilaterais.

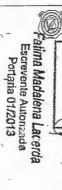
Art. 4º. - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO disciplinará seu funcionamento por meio de Regulamento Interno aprovado pela Assembléia Geral e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria.

Artigo 5º..- O patrimônio da Associação não se confunde com o de seus associados.

Capítulo II - DOS SÓCIOS

Artigo 6°. - Poderão ser sócios da Instituição os residentes e/ou estabelecidos ha circunscrição do município de Dom Feliciano:





Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bela. Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

AUTENTICO a presente fotocópia; extraída nestas notas, por ser reprodução fi do original a mim apresentado. Dom Feliciano, 30 de outubro de 2014.

Fatima Madaleña Lacerda - Escrevente autorizada Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 6,39 Selo-0181.01 1400005.00750

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bela Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

- a) Pessoas físicas, maiores de 18 anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, em pleno gozo de seus direitos civis;
- b) Pessoas jurídicas sem fins econômicos, sediadas na área de execução do serviço, que terão acesso gratuito à condição de sócio, sendo-lhes conferido, inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

Artigo 7º. - A instituição é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

- a) Sócios fundadores os que participaram da Assembléia de constituição da instituição;
- b) Sócios efetivos pessoas físicas ou jurídicas e instituições não formais desde que apresentem alguma forma de organização - admitidos todos ao quadro social da instituição mediante proposta aprovada pela diretoria "ad referendum" da Assembléia Geral, os quais poderão, ou não, contribuir financeiramente ou com trabalho voluntário para a instituição;
- c) Sócios honorários pessoas físicas ou jurídicas e instituições não formais que contribuam eventualmente com recursos financeiros ou serviços voluntários para a consecução dos objetivos da instituição.

Parágrafo 1º. - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais da instituição, nem mesmo subsidiariamente.

Parágrafo 2º. - Somente os sócios fundadores e os sócios efetivos poderão votar e ser votados para cargos de direção e conselhos da instituição;

Parágrafo 3º. - Poderão votar os sócios admitidos há pelo menos seis meses da data das eleições;

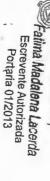
Parágrafo 4º. - Poderão ser votados os sócios admitidos há pelo menos um ano da data das eleições;

Parágrafo 5º. - Os sócios honorários têm por direito participar da Assembléia, podendo manifestar-se na mesma, sendo-lhes vedado o direito de votar a ser votado. Os sócios honorários poderão, eventualmente, ingressar no quadro de sócios efetivos da instituição, desde que cumprido o disposto neste Estatuto;

Parágrafo 6º. - As pessoas jurídicas participantes do quadro de sócios participarão das Assembléias através de seu representante legal ou representante delegado através de procuração com firma reconhecida em cartório, com fins específicos;







Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bei^a. Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente fotocópia; extraída nestas notas, por ser reprodução fie do original a mim apresentado. Dom Feliciano, 30 de outubro de 2014.

Fatima Madalena Lacerda - Escrevente autorizada Emol: R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30

Selo:0181.01.1400005.00751

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RÁSURAS

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Parágrafo 7º. - Sócios pessoas físicas poderão delegar representação nas Assembléias, por procuração com firma reconhecida em cartório.

Artigo 8º. - São direitos dos sócios FUNDADORES e EFETIVOS, quites com suas obrigações sociais:

a) Votar e ser votado para os cargos elétivos, na forma dos parágrafos 3º e 4º do artigo 7°;

b) Tomar parte nas Assembléias Gerais;

c) Convocar assembléias gerais para decidir sobre fato relevante, observado o previsto no artigo 16.

Artigo 9º. - São deveres dos sócios:

a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

b) Acatar as decisões da Diretoria;

c) Prestigiar com sua presença ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando de alguma forma o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;

d) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléias Gerais, justificando a tempo, quando não puder fazê-lo;

Parágrafo 1°. - O associado que infringir o Estatuto Social, as normas regimentais, os Planos de Atividades ou as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma deste Estatuto pela Diretoria, inclusive de ordem financeira, como constribuições sociais, poderá sofrer as seguintes penalidades, mediante análise e sugestão do Conselho de Ética:

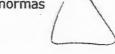
- a) Advertência
- b) Suspensão
- c) Exclusão
- d) Expulsão

Parágrafo 2°. - A advertência será sempre por escrito e será aplicada em situações de faltas consideradas brandas;

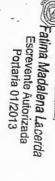
Parágrafo 3°. - A suspensão de um associado só poderá ser aplicada mediante denúncia da Secretaria ou Tesouraria, análise da Diretoria Executiva e prévia notificação ao associado;

Parágrafo 4°. - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que:

 I - por determinação legal ou por necessidade de adequação às normas específicas, assim for considerado;







Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bel®. Adriana Teixeira de Oliveira - Tabeliā Designada



AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente fotocópia, extraída nestas notas, por ser reprodução fie do original a mim apresentado. Dom Feliciano, 30 de outubro de 2014.

Fátima Madalena Lacerda - Escrevente autorizada

Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 Selo:0181.01.1409005.00752

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58
Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315
Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro
Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

II - notificado, deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas;

Parágrafo 5º. - A penalidade de expulsão será aplicada ao associado que infringir os Estatutos ou desrespeitar os órgãos da entidade, sendo permitido seu retorno ao quadro de sócios, após decorrido o período mínimo de 05 (cinco) anos da aplicação da penalidade, mediante aprovação da Assembléia Geral;

Parágrafo 6°. – Em caso de reincidência, não será admitido o pedido de reingresso ao quadro de sócios;

Parágrafo 7°. - As penalidades previstas no caput deste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva. No caso previsto na letra "d", a pena será aplicada após ouvido o Conselho de Ética, e caberá ao infrator recurso à Assembléia Geral.

Art. 10°. – Anualmente, durante o mês de maio, serão admitidos pedidos de inscrições de novos sócios;

Capítulo III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - São órgãos da Associação:

- a) Assembléia Geral
- b) Conselho Administrativo
- c) Diretoria Executiva
- d) Conselho Fiscal
- e) Conselho de Ética
- f) Conselho Comunitário

Parágrafo único – A Instituição não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e dos Conselhos, bem como as atividades de seus sócios, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

- **Art. 12** A Instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.
- **Art. 13** A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, é constituída pelos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, inclusive no concernente à tesouraria da Instituição.
- Art. 14 Além das atribuições e poderes que lhe são conferidos por lei, compete à Assembléia Geral:







Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bel[®]. Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

AUTENTICO a presente fotocópia extraída nestas notas, por ser reprodução fie do original a mim apresentado. Dom Feliciano, 30 de outubro de 2014. Fátima Madatena Lacerda - Escrevente autorizada

Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R\$.0.30 Selo:0181.01.1400005.00753

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bela Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

a) eleger a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética;

b) aprovar a admissão de novos sócios efetivos e honorários, bem como referendar os sócios efetivos e honorários indicados pela diretoria;

c) aprovar a exclusão de sócios de qualquer categoria, cuja conduta revele-se indigna de pertencimento aos quadros associativos da instituição ou que deixe de cumprir com suas obrigações sociais;

d) aprovar o relatório das atividades do exercício

- e) aprovar o balanço e contas anuais da diretoria, mediante parecer prévio do Conselho Fiscal;
- f) autorizar e deliberar sobre matérias de Interesse da instituição;

g) decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do artigo 42;

h) decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 41;

i) decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

j) aprovar a Regulamento Interno de funcionamento da İnstituição;

- k) aprovar a cobrança de eventuais contribuições sociais propostas pela Diretoria
- I) decidir sobre pedido de reingresso de sócios, conforme parágrafo 5º do artigo

Art. 15 - A ASSEMBLÉIA GERAL se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, preferencialmente no primeiro trimestre, para:

 a) aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria;

b) apreciar o relatório anual da Diretoria;

c) discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

Art. 16 - A Assembléia Geral se reunirá extraordinariamente, quando conyocada:

- a) pela Diretoria Executiva;
- b) pelo Conselho Fiscal;

c) pelo Conselho Administrativo;

d) por requerimento de pelo menos 1/5 dos sócios com direito a voto e quites com as obrigações sociais.

Art. 17 - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na impressa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de:

a) 15 (quinze) dias para Assembléias Ordinárias

b) 05 (cinco) dias para Assembléias Extraordinárias, salvo aquela a ser instalada para realização de processo eleitoral, que será convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.





TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Parágrafo Único - Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a majoría dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número, saívo o previsto no artigo 42 e parágrafo 2º. do artigo 19.

Art. 18 - O CONSELHO ADMINISTRATIVO será constituído por:

- a) Todos os ex-presidentes da instituição com mandato não interrompido por decisão da Assembléia Geral, de caráter vitalício e indelegável;
- b) Três membros efetivos e três suplentes escolhidos entre os sócios com relevantes serviços prestados à Instituição, sendo um titular e um suplente indicados pelos funcionários da Instituição.

Parágrafo 1º - Os nomes serão indicados pela Diretoria eleita, como primeiro ato após sua posse, e referendados pela Assembléia Geral; Parágrafo 2º - O Conselho Administrativo terá um Presidente e um Secretário.

Art. 19 – Compete ao Conselho Administrativo:

- a) Zelar pela preservação da Instituição;
- b) Aconselhar a Diretoria Executiva no estabelecimento das diretrizes da Instituição;
- c) Propor à Assembléia Geral a destituição de membro ou toda a Diretoria Executiva, em caso de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias.
- Parágrafo 1º. No caso de destituição total da Diretoria, será constituída pela Assembléia Geral uma Comissão Diretora Provisória, composta por três sócios, que administrará a Entidade até a eleição da nova diretoria, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da destituição;
- Parágrafo 2º. A deliberação prevista na letra "c" do caput deste artigo, somente será tomada por voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;
- Parágrafo 3º. O Conselho Administrativo terá tempo de mandato idêntico aos demais órgãos diretivos.
- Art. 20 O Conselho Administrativo se reunirá sempre que julgar conveniente e deliberará por maioria absoluta.

Art. 21 – Compõem a DIRETORIA EXECUTIVA:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário





Falima Madalena Lacerda Escrevente Autorizada Porțarla 01/2013

TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO

Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bel^a. Adriana Teixeira de Oliveira - Tabeliã Designada

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente fotocópia: extraída nestas notas, por ser reprodução fie do original a mim apresentado. Dom Feliciano, 30 de outubro de 2014.

Fátima Madalena Lacerda - Esocevente autoriza Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 Selo:0181.01.1400005.00755

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Belª Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

d) Tesoureiro

e) Diretor Cultural e

f) Diretor de Patrimônio.

Parágrafo 1º. - O mandato da Diretoria Executiva será de 03 (três) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva, para os mesmos cargos;

Parágrafo 2º. - A eleição, juntamente com a do Conselho Fiscal e Conselho de Ética, ocorrerá no último trimestre do ano, e a posse será imediata.

Art. 22 - Compete à Diretoria Executiva:

- a) elaborar e submeter à Assembléia Geral o planejamento estratégico de atuação da Instituição;
- b) organizar e executar a programação anual de atividades da Instituição;

c) elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual de atividades;

d) reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

e) contratar e demitir funcionários;

f) escolher dirigentes e colaboradores para seus órgãos;

g) definir o valor da contribuição para acesso dos novos sócios;

h) regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;

i) convocar Assembléia Geral ordinária ou extraordinariamente;

- j) propor a cobrança de eventuais contribuições sociais, caso estas sejam necessárias para a manutenção da saúde financeira da Instituição;
- k) examinar e executar medidas disciplinares sugeridas pelo Conselho de Ética ou submetê-las à apreciação da Assembléia Geral.

Art. 23 - A Diretoria Executiva se reunirá no mínimo uma vez por mês.

Art. 24 - Compete ao Presidente:

a) representar a instituição judicial e extra- judicialmente;

b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;

c) presidir a Assembléia Geral;

d) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

e) abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o tesoureiro;

celebrar, em conjunto com o secretário, convênios e contratos previstos neste Estatuto.

Art. 25 - Compete ao Vice- Presidente:

a) substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

b) 'assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

c) prestar, de modo geral, colaboração ao Presidente.

Art. 26 - Compete ao Secretário:





CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

a) secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;

b) publicar todas as notícias das atividades da entidade;

c) atuar, conjuntamente com o Diretor Cultural, na execução de ações de implantação e implementação de projetos que visem atingir os objetivos da Instituição:

d) coordenar os projetos de caráter social da Instituição.

Art. 27 - Compete ao Tesoureiro:

a) arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;

b) pagar as contas autorizadas pelo Presidente;

c) apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

d) apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

e) conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o Presidente.

Art. 28 – Compete ao Diretor Cultural:

a) coordenar os projetos de caráter cultural da Instituição;

 b) atuar, conjuntamente com o Secretário, na execução de ações de implantação e implementação de projetos que visem atingir os objetivos da Instituição;

c) subsidiar os demais membros da Diretoria Executiva na elaboração do planejamento estratégico da Instituição.

Art. 29 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

a) preservar, de um modo geral, o patrimônio da Instituição;

b) elaborar e manter inventário do patrimônio físico da Instituição;

c) auxiliar o tesoureiro no controle financeiro da ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO.

Art. 30 - O CONSELHO FISCAL será constituído por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

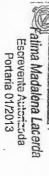
Parágrafo 1º. - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva;

Parágrafo 2º. - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término;

Art. 31 -. Compete ao Conselho Fiscal:

a) examinar os livros de escrituração da Instituição;





TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bel^a. Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelíã Designada

AUTENTICO a presente fotocópia extraída nestas notas, por ser reprodução fie do original a mim apresentado. Dom Feliciano, 30 de outubro de 2014.

Fátima Madalena Lacerda Esgrevente aut

Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 Selo:0181.01.1400005.00757

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabeliã Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

b) opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

c) requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das

operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;

d) acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

e) convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 32 - O CONSELHO DE ÉTICA será composto por cinco membros efetivos e cinco suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 33 - Os membros do Conselho de Ética e seus suplentes exercerão seus cargos pelo mesmo prazo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Art. 34 - Compete ao Conselho de Ética, sugerir à Diretoria Executiva a aplicação das penas previstas no parágrafo único do artigo 9º, de forma gradativa. Da aplicação da pena de expulsão, caberá recurso à Assembléia Geral, convocada especificamente para este

Art. 35 - O CONSELHO COMUNITÁRIO, com tempo de mandato idêntico aos demais órgãos, será composto por no mínimo cinco pessoas, indicadas pela Assembléia Geral, representantes de entidades da comunidade local, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora e a linha editorial do periódico, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e da legislação pertinente.

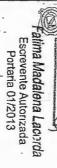
Capítulo IV - DO PATRIMÔNIO

Art. 36 - Servirão como fonte de recursos para a manutenção da Associação:

- a) as contribuições dos associados
- b) doações recebidas da comunidade
- c) apoios culturais à programação da emissora e jornal-
- d) recursos oriundos de convênios firmados com o setor público e/ou privado
- e) recursos oriundos de serviços prestados
- f) subvenções sociais
- g) doações e contribuições oriundas de qualquer fonte lícita
- h) receita originária da promoção de eventos

Art. 37 - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO ZAJKOWSKI será constituído de valores, direitos, marcas, direitos autorais, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.





Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bel^a. Adriana Teixeira de Oliveira - Tabeliā Designada

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente fotocópia, extraída nestas notas, por ser reprodução fie do original a mim apresentado. Dom Feliciano, 30 de outubro de 2014.

Fátima Madalena Lacerda Escrevente auteriz

Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30 Selo:0181.01.1400005.00758

TABELIONATO DE NOTAS

CNPJ 89.933.949/0001-58

Rua Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677 1315 Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro Bela Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Art. 38 - No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Parágrafo único - A instituição, escolhida de acordo com o caput deste artigo, será definida em Assembléia Geral.

Art. 39 - Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Capítulo V - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 – A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- a) os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 41 A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO será dissolvida por decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.
- Art. 42 O presente Estatuto poderá ser alterado a qualquer tempo, por voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.
- Art. 43 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.



Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro ה אוי אויה Taivaira de Oliveira - Tabella Designada Cândido Godoy, 709 - Fone; (51) 3677 CNPJ 89.933.949/0001-58 131

ÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RÁSUKAS

400

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Dom Feliciano - RS, 16 de outubro de 2014.

Bel^a Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro

Cândido Godoy, 709 - Fone: (51) 3677

CNPJ 89.933,949/0001-58

ELIONATO

Portaria 01 (3913 92 Escrevente Autonzada

Falima Madalena Lacerda

Fátima Madale Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R Selo:0181.01.1400005.00759 do original a mim apresentado. Dom Feliciano. AUTENTICO a presente fotocópia, Madalena Lacerda

TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fons: (51) 3677-1315 Bel[‡], Adriana Teixeira de Oliveira - Tabella Designada extraída nestas notas, por ser reprodução tie 30 de outubro de

orce A +15ka Marco Aurélio Tyska Presidente RG: 6059158391-SSP/RS Paulo Roberto de Melo Job Advogado OAB 43914

TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO
Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315
Bel®. Adriana Telxeira de Oliveira - Tabelia Designada

Reconheço a AUTENTICIDADE da firma de MARCO AURELIO TYSKA. Dou fé.
EM TESTEMUNHO - DA VERDADE
Dom Falkoiano; 29 de outubro de 2014.
Fatima Madalena Lacerda - Escrevente autorizada
Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0,30
Selo:0181.01.1400005.00636

Fatima Madalena Lacerda

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS SO ALS HASING AUTORIZGOS Portana 01/2013

TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO

Rua Candido Godoy, 709 - Centro - Fone: (51) 3677-1315 Bel^a. Adriana Teixeira de Oliveira - Tabelia Designada

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de PAULO ROBERTO DE MELO JOB com a existente no arquivo deste Tabellogate. Dou fé.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Dom Felleigno, 29 de outubro de 2014.
Fátima Macajena Lacerda Escrevente autorizada
Emol:R\$ 3,40 + Selo digital: R\$ 0.30
Selo:0181.01.1400005.00548

Fatima Madalena Lacerda

ESCHENBASE Autorizada Portaria 01/2013

Registro de Títulos e Documentos e Registro Cívil das Pessoas Jurídicas Rua Cândido Godoy, 719 - Centro - Dom Feliciario - RS - Fone (51) 3677-1379-Belli- Adriana Teixeira de Olíveira - Registradora

PROTOCOLO: Nº 2687, no livro A-3, às fls 42, em 30/10/2014. AVERBAÇÃO: Nº10/Reg. 26, no livro A-4, JURÍDICAS, às fis 65 verso, em 30/10/2014.

Taise Lasek Brandt -2º Registradora Substituta

Total: RS 114.40 + RS 2,10 = RS 116.50

Exama documentos: RS 29.20 (0178.03.1300005.00978 = RS 0,55)

Avarbação PJ (integral): RS 56,30 (0178.04.1300014.00156 = RS 0,70)

Digitalização: RS 16,50 (0178.03.1300005.00977 = RS 0,55)

Processamento electrónico: RS 3,40 (0178.01.1300013.00900 = RS 0,30)

Talse Lasek Brandt Port. 01/2011 - RP

13

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS CNPJ 89.933.923/0001-00 Rua Cândido Godoy, 719 - Fone: (51) 3677 1379 Dom Feliciano - RS - CEP 98190-000 - Centro Ball Adrigano Teixoira da Olivaira - Registradera



Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1 Mezanino (ECT)

Vila Leopoldina

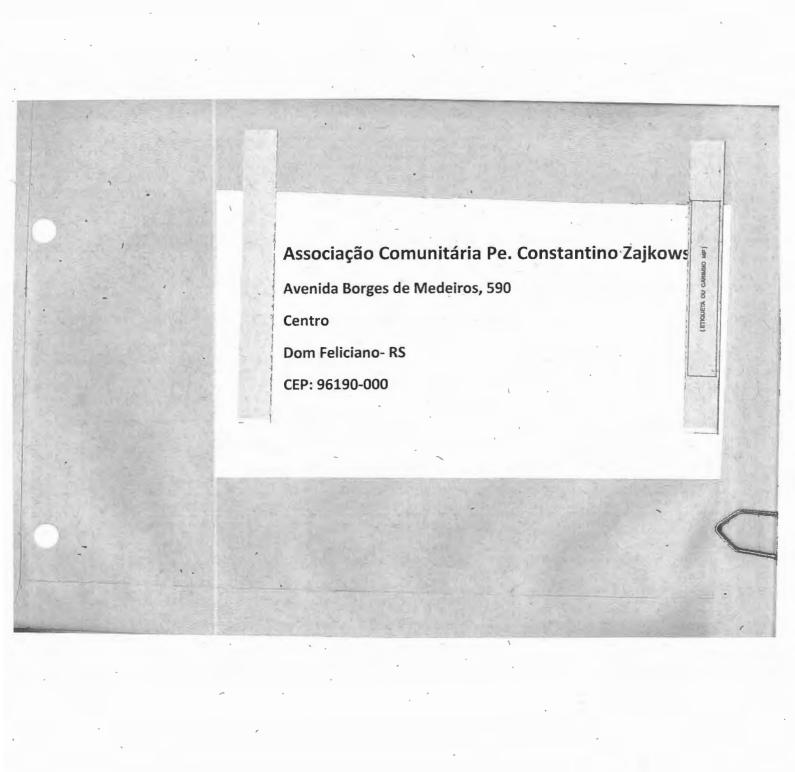
São Paulo - SP

CEP: 05311-900









MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 3962/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: 53000.005567/2013-61

Processo de Outorga nº: 53000.005567/2013-61

Assunto: Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Dom Feliciano/RS**.

ANÁLISE

- 2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:
 - I. Em conformidade com o entendimento da consultoria jurídica deste Ministério e considerando que a vigência do mandato dos diretores se encontra vencida não constando, até a presente data, nos autos do processo, os atos constitutivos da composição da nova diretoria, conforme prescrito pelo item 21.10.1 da Norma nº 1/2011 (transcrição abaixo) a entidade deverá apresentar:
 - i) Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
 - ii) Prova de que seus atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;
 - iii) CPF de todos os atuais dirigentes.

Norma nº 1/2011

21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago D'arrola Pedrosa Galvao**, **Delegado**, em 05/03/2015, às 14:32, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru**, **Advogado**, em 06/03/2015, às 08:55, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0388844 e o código CRC ECA12BCD.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP. Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 5665/2015/SEI-MC

São Paulo, 05 de março de 2015

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação Comunitária Padre Constantino, Zajkowski

Avenida Borges de Medeiros nº 590 - Centro

96.190-000 / Dom Feliciano - RS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.005567/2013-61.

Senhor(a) Representante Legal,

- 1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **3962/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
- 2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago D'arrola Pedrosa Galvao**, **Delegado**, em 05/03/2015, às 15:49, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014. N° de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0388854 e o código CRC 223C83B1.

ENCHER COM LETRA DE FORMA	No. of the latest terms and the latest terms are the latest terms and the latest terms are th
	ÁRIO DO OBJETO I DESTIVATAIRE
ANS QU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OB. ORGA nº 5665/2015/SEL-NIC	NETO I NOW OU RAISON SOCIALE DUP 11 4 ANNI
	São Panlo. 05 de março de 2015 . D Jantesent
Ao(A) Senhor(a)	
Representante Legal da Associação Comunitária Padra Const	tentino Zejkowski
Avenida Barges de Medeiros nº 590 - Centro	Later to the state of the state
96.190-000 / Dom Feliclano RS	All Printers
- CONC. M	
A CONTRACT OF THE PARTY OF THE	Per l'adjetit de l'adjetit de l'adjetit de la
Capper Capper Capper Capper	FRIORITARIA PRIORITAIRE
THE RESERVE OF THE PARTY OF THE	1 1 Latte dans salietes to a mental state
Assunio: Encaminhamento de Noia Técnica relativa à anái	
Assunio: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à anti 61.	SEER BADO! WILEUP OROBIES
61.	SEER BADO! WILEUP OROBIES
61.	LEGISADO: WILEUT (BOBBLES
SINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RECE	EPTEUR DATA DE RECEDIMENTO DATE DE L'ARATION DATE DE L'ARATION DE L'A
SINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RECE	EPTEUR DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LEVRATION DATE DE LEVRATION DATE DE LEVRATION DATE DE LEVRATION DATE DE LEVRATION DATE DE LEVRATION DE LE DESTRINO DE LE DE LE DESTRINO DE LE DE
SINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RÉCI.	EPTEUR DATA DE RECEDIMENTO DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DE LUT
SINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RÉCI Y LEGIVEL DO RECEBEDOR I NOM LISISLE DU R CRISTIANE MAYER I	EPTEUR DATA DE RECEDIMENTO DATE DE LIVERTION 24/03/15/ DECEPTEUR DITO DE LIVERTION DECEPTEUR DITO DE LIVERTION DECEPTEUR DECEPTEUR DECEPTEUR
SINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RECE LEGIVEL DO RECEBEDOR I NOM LISISLE DU R CLISHAME MAREN DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO R	EPTEUR DATA DE RECEDIMENTO DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DE LUT
SINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RECE LEGIVEL DO RECEBEDOR I NOM LISIBLE DU R CISHAME MAYER I DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO R	EPTEUR DATA DE RECEDIMENTO DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DE DE DESTRUCT DATE DE LUTRATION DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE D
SINATURA DO RECEBEDOR I SIGNATURE DU RECE LEGIVEL DO RECEBEDOR I NOM LISIBLE DU R LISTA MALEN DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO R	EPTEUR DATA DE RECEDIMENTO DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DATE DE LUTRATION DE DE DESTRUCT DATE DE LUTRATION DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DESTRUCT DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE DE D

AVISO DE RECEBIMENTO AR AVIS CN07.	JH 32647334 6 BR						
DATA DE POSTADEM I DATE DE DEPOT	TENTATIVAS DE ENTREGA I TENTATIVES DE LIVRAISON						
UNIDADE DE POSTAGEM I BUREAU DE DÉPÔT	//_	h.	.// <u>-</u> :	-	_/_	_/	
ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESTAD ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESTAD FONES (11) 3101-	IBLICO FED ÁS COMUNI MNISTÉRIO DAS CO DO DE SÃO PAGLO	DERAL CAÇÕES MILINICAÇÕES VILA LEOPOLD 8680	3		UF	BRASIL	

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Oficio 005/2015

Dom Feliciano 10 de Abril de 2015.

53500.020283/2015-13

Ministério das Comunicações Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Em resposta a Nota Técnica Nº 3962/2015/SEI-MC, venho por meio deste, comunicar que esta sendo encaminhada toda a documentação conforme exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga. Aguardamos resposta por oficio do recebimento da documentação. Sendo o que se apresenta para o momento, desejamos protestos de elevada estima, colocando-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Associação Comunitária Pe. Constantino Zajkowski Neilto F. da Silveira Presidente

Neilto Ferreira da Silveira

Presidente da Associação Comunitária Pe. Constantino Zajkowski

with Furnicado Similia

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE DOM FELICIANO OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Registradora: Bela. Adriana Teixeira de Oliveira



CERTIDÃO

CERTIFICO que no livro A-4 de Registro de Títulos e Documentos desta cidade de Dom Feliciano/RS, às folhas 65V, sob nº Av.10 do Registro nº 26, em data de quinta-feira, 30 de outubro de 2014, encontra-se averbado o(a) ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL, cujo teor é o seguinte:

Ata nº 78 - Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze reuniram se na sala de catequese da paroquia de Nossa Senhora de Czestochowa às dezenove horas em primeira chamada e às dezenove horas e trinta minutos em segunda chamada, os sócios da Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, em Assembléia Geral Extraordinária, conforme edital publicado na forma legal, com a seguinte ordem do dia: Alteração do estatuto social, para adequação a norma 01/2011, aprovada pela portaria nº 412, de 14 de outubro de 2011 e assuntos gerais. O presidente da Associação Marco Aurélio Tyska deu as boas vindas a todos os presentes e citou as alterações do estatuto, os quais foram explanados pelo sócio e advogado Paulo Roberto de Melo Job, em face da legislação em vigor e recomendações do Ministério das Comunicações, tendo sido apresentadas ao plenário, as seguintes alterações: 1º: o Artigo 2º, letra "b", que passa a ter a seguinte redação: "b) prestar serviços de radiodifusão comunitária, desenvolvendo suas atividades de radiodifusão com o nome fantasia de Rádio Integração FM 87.5". 2": Altera o artigo 6º letra "b", que passa a constar com a seguinte redação: "b) Pessoas jurídicas sem fins econômicos, sediadas na área de execução do serviço, que terão acesso gratuito à condição de sócio, sendo-lhes conferido, inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos. bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes"; 3º: Excluía letra "c" do Art. 6º. do Estatuto Social, por incompatibilidade com a legislação atual. 4º: O Art. 9º, em seu parágrafo 4°, passa a constar com a seguinte redação: "Parágrafo 4°. - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que: l - por determinação legal ou por necessidade de adequação às normas específicas, assim for considerado; II - notificado, deixer de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso líquide pendências financeiras e se disponha a retornar sua participação nas atividades associativas"; 5º: Altera o artigo 17º. letra "a", que passa a ter a seguinte redação: "a) 15 (quinze) dias para Assembléias Ordinárias". O Presidente Marco Aurélio Tyska propôs votação coletiva em relação às alterações, as quais foram aprovadas por unanimidade.Não havendo nada mais a tratar deu se por encerrada a assembléia da qual foi lavrada a présente ata, que vai assinada pelo Presidente e pelo Secretário, sendo que as assináturas dos demais presentes constam no livro de registro de presenças da Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski na pagina de numero sete.

RECONHECIMENTA NO VERSO

> José Adauto Kuczynski; RG: 8029918417- SSP/RS

> > continua na próxima folha





TABELIONATO IDENOTAS
CNPJ 89,933,849/0001-68
Rua Candido Godoy, 709 - Fonet (61) 3677 1316
Dom Feliciano - RS - CEP 96190-000 - Centro
Bel Adriana Tetratra do Cáreira - Tabetá Designada

continua na próxima folha

continuação da folha anterior, Registro nº 26



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

NOVO ESTATUTO CONSOLIDADO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO

Em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para este fim e reàlizada no dia 16 de outubro de 2014, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI, promove reforma de seu ESTATUTO SOCIAL, registrado junto ao Oficio de Registros Públicos de Dom Feliciano, registro sob nº 26, CNPJ nº 01571761/0001-66, que passa a ter a seguinte redação:

continua na próxima folha



Capítulo I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º. - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI PARA O DESENVOLVÍMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO, doravante denominada ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO, constituída em 16 de setembro de 1996 sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, e duração por tempo indeterminado, com sede no município de Dom Feliciano, na Avenida Borges de Medeiros, 590, sala 10, Estado do Rio Grande do Sul e foro em CAMAQUA-RS.

Art. 2º. - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO tem por finalidades:

- a) Contribuir com a luta pela democratização dos meios de comunicação e da informação, e pela institucionalização do direito de comunicar através da radiodifusão comunitária e da mídia impressa;
- Prestar serviços de radiodifusão comunitária, desenvolvendo suas atividades de radiodifusão, com o nome fantasia de RÁDIO INTEGRAÇÃO FM 87,5; Atuar com mídia impressa, através do JORNAL DA INTEGRAÇÃO;
- d) Dar oportunidade à difusão das idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmblo entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas;
 e) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, como que procesorios.
- coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacionais, informações de cunho político, social, econômico, científico, cultural e desportivo, relacionados às comunidades e de seu
- interesse;
 g) Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;
 h) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturals e outras sem fins econômicos;
 i) Organizar arquivo público com registro sonoro, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fotos produzidas ou colhidas na comunidade ou de interesse geral:
- Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários;
- Promover a assistência social; Promover a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

- m) Promover gratuitamente a educação complementar;
 n) Promover a segurança alimentar e nutricional;
 o) Promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- Promover o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza; Promover a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego;



2



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

 r) Promover a ética, a paz, a cidadania e os direitos humanos, a democracia e demais valores universais;

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO não distribul entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 3º. - No desenvolvimento de suas atividades, a ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Parágrafo 1º. - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO se dedica às suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins econômicos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Parágrafo 2º. - Os serviços de educação que a entidade eventualmente se dedique, serão prestados de forma intelramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

Parágrafo 3°. – Visando a realização de seus objetivos, a instituição atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferências; organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, noticiosos, jornais; realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão, atuando de forma direta ou através de convênios, contratos, parcerias e intercâmbios, podendo promover iniciativas conjuntas com organizações e instituições públicas e/ou privadas nacionais, estrangeiras, internacionais e multilaterais.

Art. 4º. - A ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO disciplinará seu funcionamento por meio de Regulamento Interno aprovado pela Assembléia Geral e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria.

Artigo 5º. - O patrimônio da Associação não se confunde com o de seus associados.

Capítulo II - DOS SÓCIOS

Artigo 6º. - Poderão ser sócios da Instituição os residentes e/ou estabelecidos na circunscrição do município de Dom Feliciano:



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

- Pessoas físicas, malores de 18 anos, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, em pleno gozo de seus direitos civis;
- b) Pessoas jurídicas sem fins econômicos, sediadas na área de execução do Pessoas juncicas sem nins economicos, sediadas na area de execução do serviço, que terão acesso gratuito à condição de sócio, sendo-lhes conferido, inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

Artigo 7º. - A instituição é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

- a) Sócios fundadores os que participaram da Assembléia de constituição da
- a) Sócios fundadores os que participaram da Assembleia de constituição da instituição;
 b) Sócios efetivos pessoas físicas ou jurídicas e instituições não formais desde que apresentem alguma forma de organização admitidos todos ao quadro social da instituição mediante proposta aprovada pela diretoria "ad referendum" da Assembléia Geral, os quais poderão, ou não, contribuir financeiramente ou com trabalho voluntário para a instituição;
 c) Sócios honorários pessoas físicas ou jurídicas e instituições não formais que contribuam eventualmente com recursos financeiros ou serviços voluntários
- para a consecução dos objetivos da instituição.

Parágrafo 1º. - Os sócios não respondem pelas obrigações sociais da instituição, nem mesmo subsidiariamente.

Parágrafo 2º. - Somente os sócios fundadores e os sócios efetivos poderão votar e ser votados para cargos de direção e conselhos da instituição;

Parágrafo 3º. - Poderão votar os sócios admitidos há pelo menos seis meses da data

Parágrafo 4º. - Poderão ser votados os sócios admitidos há pelo menos um ano da data das eleições;

Parágrafo 5º. - Os sócios honorários têm por direito participar da Assembléia, podendo manifestar-se na mesma, sendo-lhes vedado o direito de votar a ser votado. Os sócios honorários poderão, eventualmente, ingressar no quadro de sócios efetivos da instituição, desde que cumprido o disposto neste Estatuto;

Parágrafo 6º. - As pessoas jurídicas participantes do quadro de sócios participarão das Assembléias através de seu representante legal ou representante delegado através de procuração com firma reconhecida em cartório, com fins específicos;



continuação da folha anterior, Registro nº 26



Parágrafo 7º. - Sócios pessoas físicas poderão delegar representação nas Assembléias, por procuração com firma reconhecida em cartório.

Artigo 8º.. - São direitos dos sócios FUNDADORES e EFETIVOS, quites com suas obrigações sociais:

- a) Votar e ser votado para os cargos eletivos, na forma dos parágrafos 3º e 4º do artigo 7º;
- b) Tomar parte nas Assembléias Gerals;
 c) Convocar assembléias gerals para decidir sobre fato relevante, observado o previsto no artigo 16.

Artigo 9º. - São deveres dos sócios:

- a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- a) Cumpin as disposições escatuarias e regimentais,
 b) Acatar as decisões da Diretoria;
 c) Prestigiar com sua presença ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando de alguma forma o não comparecimento, especialmente quando line forem atribuídas tarefas e responsabilidades que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
 d) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembléias
 Gersis instificando a tempo, quando não puder fação los
- Gerais, justificando a tempo, quando não puder fazê-lo;

Parágrafo 1°. - O associado que infringir o Estatuto Social, as normas regimentais, os Planos de Atividades ou as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma deste Estatuto pela Diretoria, inclusive de ordem financeira, como constribuições sociais, poderá sofrer as seguintes penalidades, mediante análise e sugestão do Conselho de Ética:

- a) Advertência
- b) Suspensão
- c) Exclusão
- d) Expulsão

Parágrafo 2º. - A advertência será sempre por escrito e será aplicada em situações de faltas consideradas brandas;

Parágrafo 3º. - A suspensão de um associado só poderá ser aplicada mediante denúncia da Secretaria ou Tesouraria, análise da Diretoria Executiva e prévia notificação ao associado;

Parágrafo 4º. - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que:

5

I - por determinação legal ou por necessidade de adequação às normas específicas, assim for considerado;





II - notificado, deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retornar sua participação nas atividades associativas;

Parágrafo 5°. - A penalidade de expulsão será aplicada ao associado que infringir os Estatutos ou desrespeitar os órgãos da entidade, sendo permitido seu retorno ao quadro de sócios, após decorrido o período mínimo de 05 (cinco) anos da aplicação da penalidade, mediante aprovação da Assembléia Geral;

Parágrafo 6º. - Em caso de reincidência, não será admitido o pedido de reingresso ao quadro de sócios;

Parágrafo 7°. - As penalidades previstas no caput deste artigo serão aplicadas pela Diretoria Executiva. No caso previsto na letra "d", a pena será aplicada após ouvido o Conselho de Ética, e caberá ao infrator recurso à Assembléia Geral.

 $\bf Art.~10^{\circ}.$ — Anualmente, durante ó mês de maio, serão admitidos pedidos de inscrições de novos sócios;

Capítulo III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - São órgãos da Associação:

- a) Assembiéla Geral b) Conselho Adminic b) Conselho Administrativo
 c) Diretoria Executiva
 d) Conselho Fiscal
 e) Conselho de Ética

- Conselho Comunitário

Parágrafo único – A Instituição não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e dos Conselhos, bem como as atividades de seus sócios, cujas atuações são inteiramente gratuitas.

Art. 12 – A Instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de beneficios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 13 - A Assembléia Geral, órgão soberano da instituição, é constituída pelos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários, inclusive no concernente à tesouraria da Instituição

Art. 14 - Além das atribuições e poderes que lhe são conferidos por lei, compete à Assembléia Geral:

6



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

- eleger a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética; aprovar a admissão de novos sócios efetivos e honorários, bem como referendar os sócios efetivos e honorários indicados pela diretoria; aprovar a exclusão de sócios de qualquer categoria, cuja conduta revele-se indigna de pertencimento aos quadros associativos da instituição ou que deixe de cumprir com suas obrigações sociais; aprovar o relatório das atividades do exercicio aprovar o balanço e contas anuais da diretoria, mediante parecer prévio do Conselho Fiscal;
- e)
- Conselho Fiscal; autorizar e deliberar sobre matérias de interesse da instituição;
- decidir sobre reformas do Estatuto, na forma do artigo 42; decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 41;
- decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens
- aprovar a Regulamento Interno de funcionamento da Instituição;
- aprovar a cobrança de eventuais contribuições sociais propostas pela Diretoria Executiva;
- decidir sobre pedido de reingresso de sócios, conforme parágrafo 5º do artigo

Art. 15 - A ASSEMBLÉTA GERAL se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, preferencialmente no primeiro trimestre, para:

- aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria:
- apreciar o relatório anual da Diretoria;
 discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

Art. 16 - A Assembléia Geral se reunirá extraordinariamente, quando convocada:

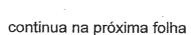
- pela Diretoria Executiva;

- b) pelo Conselho Fiscal;
 c) pelo Conselho Administrativo;
 d) por requerimento de pelo menos 1/5 dos sócios com direito a voto e quites com as obrigações socials.

Art. 17 – A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ou publicado na impressa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de:

- a) 15 (quinze) dias para Assembléias Ordinárias
 b) 05 (cinco) dias para Assembléias Extraordinárias, salvo aquela a ser instalada para realização de processo eleitoral, que será convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.







Parágrafo Único – Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a majoria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número, salvo o previsto no artigo 42 e parágrafo 2º. do artigo 19.

Art. 18 - O CONSELHO ADMINISTRATIVO será constituído por:

- a) Todos os ex-presidentes da Instituição com mandato não interrompido por decisão da Assembléia Geral, de caráter vitalício e indelegável;
 b) Três membros efetivos e três supientes escolhidos entre os sócios com relevantes serviços prestados à Instituição, sendo um titular e um suplente indicados pelos funcionários da Instituição.

Parágrafo 1º - Os nomes serão indicados pela Diretoria eleita, como primeiro ato após sua posse, e referendados pela Assembléia Geral;

Parágrafo 2º - O Conselho Administrativo terá um Presidente e um Secretário.

Art. 19 - Compete ao Conselho Administrativo:

- a) Zelar pela preservação da Instituição; b) Aconselhar a Diretoria Executiva no estabelecimento das diretrizes da
- Propor à Assembléla Geral a destituição de membro ou toda a Diretoria Executiva, em caso de incúria ou nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, ou desvirtue suas finalidades estatutárias.

Parágrafo 1º. - No caso de destituição total da Diretoria, será constituída pela Assembléia Geral uma Comissão Diretora Provisória, composta por três sócios, que administrará a Entidade até a eleição da nova diretoria, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da destituição;

Parágrafo 2º. - A deliberação prevista na letra "c" do caput deste artigo, somente será tomada por voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes;

Parágrafo 3º. - O Conselho Administrativo terá tempo de mandato idêntico aos demais órgãos diretivos.

Art. 20 - O Conselho Administrativo se reunirá sempre que julgar conveniente e deliberará por maioria absoluta.

8

Art. 21 - Compõem a DIRETORIA EXECUTIVA:

- a) Presidente b) Vice-Presidente
- c) Secretário

continuação da folha anterior, Registro nº 26

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

- e) Diretor Cultural e f) Diretor de Patrimônio.

 O mandato da Diretoria Executiva será de 03 (três) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva, para os mesmos cargos;

Parágrafo 2º. – A eleição, juntamente com a do Conselho Fiscal e Conselho de Ética, ocorrerá no último trimestre do ano, e a posse será imediata.

Art. 22 - Compete à Diretoria Executiva:

- a) elaborar e submeter à Assembléia Geral o planejamento estratégico de atuação da Instituição;

- ua risuluição; organizar e executar a programação anual de atividades da Instituição; elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual de atividades; reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

- atividades de interesse comum; contratar e demitir funcionários; escolher dirigentes e colaboradores para seus órgãos; definir o valor da contribuição para acesso dos novos sócios; regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição; convocar Assembléia Geral ordinária ou extraordinariamente; propor a cobrança de eventuais contribuições sociais, caso estas sejam necessárias para a manutenção da saúde financeira da Instituição; examinar e executar medidas disciplinares sugeridas pelo Conselho de Ética ou submetê-las à apreciação da Assembléia Geral.

Art. 23 - A Diretoria Executiva se reunirá no mínimo uma vez por mês.

Art. 24 - Compete ao Presidente:

- representar a instituição judicial e extra- judicialmente;

- cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno; presidir a Assembléia Geral; convocar e presidir as reuniões da Diretoria; abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o tesoureiro;
- celebrar, em conjunto com o secretário, convênios e contratos previstos neste Estatuto.

Art. 25 - Compete ao Vice- Presidente:

- substituir o Presidente em suas faitas ou impedimentos; assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; prestar, de modo geral, colaboração ao Presidente.

Art. 26 - Compete ao Secretário:





a) secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
 b) publicar todas as noticias das atividades da entidade;
 c) atuar, conjuntamente com o Diretor Cultural, na execução de ações de implantação e implementação de projetos que visem atingir os objetivos da

d) coordenar os projetos de caráter social da Instituição.

Art. 27 - Compete ao Tesoureiro:

a) arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;

- b) pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
 c) apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
 d) apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- e) conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria:
- f) abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o Presidente.

Art. 28 - Compete ao Diretor Cultural:

a) coordenar os projetos de caráter cultural da Instituição;
 b) atuar, conjuntamente com o Secretário, na execução de ações de implantação e

implementação de projetos que visem atingir os objetivos da Instituição; subsidiar os demais membros da Diretoria Executiva na elaboração do planejamento estratégico da Instituição.

Art. 29 - Compete ao Diretor de Patrimônio:

a) preservar, de um modo geral, o patrimônio da Instituição;
 b) elaborar e manter inventário do patrimônio físico da Instituição;
 c) auxiliar o tesoureiro no controle financeiro da ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO.

Art. 30 - O CONSELHO FISCAL será constituído por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º. - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da

Diretoria Executiva;

Parágrafo 2º. - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término;

10

Art. 31 -. Compete ao Conselho Fiscal:

a) examinar os livros de escrituração da Instituição;

continua na próxima folha



ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

- b) opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
 c) requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das
 - operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição; acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

- Art. 32 O CONSELHO DE ÉTICA será composto por cinco membros efetivos e cinco suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.
- Art. 33 Os membros do Conselho de Ética e seus suplentes exercerão seus cargos pelo mesmo prazo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
- Art. 34 Compete ao Conselho de Ética, sugerir à Diretoria Executiva a aplicação das penas previstas no parágrafo único do artigo 9º, de forma gradativa. Da aplicação da pena de expulsão, caberá recurso à Assembléia Geral, convocada especificamente para este
- Art. 35 O CONSELHO COMUNITÁRIO, com tempo de mandato idêntico aos demais órgãos, será composto por no mínimo cinco pessoas, indicadas pela Assembléia Geral, representantes de entidades da comunidade local, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora e a linha editorial do periódico, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e da legislação pertinente.

Capítulo IV - DO PATRIMÔNIO

- Art. 36 Servirão como fonte de recursos para a manutenção da Associação:
 - a) as contribuições dos associados
 b) doações recebidas da comunidade

 - c) apoios culturais à programação da emissora e jornal
 d) recursos oriundos de convênios firmados com o setor público e/ou privado
 - e) recursos oriundos de serviços prestados

 - subvenções socials doações e contribuições oriundas de qualquer fonte lícita g) doações e contribuições oriundas de qualq h) receita originária da promoção de eventos

Art. 37 - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO PE. CONSTANTINO ZAJKOWSKI será constituído de valores, direitos, marcas, direitos autorais, bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

11





Art. 38 – No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Parágrafo único – A instituição, escolhida de acordo com o caput deste artigo, será definida em Assembléia Geral.

Art. 39 - Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Capítulo V - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 - A prestação de contas da Instituição observará as seguintes normas:

- a) os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será felta, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 41 A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO será dissolvida por decisão de Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.
- Art. 42 O presente Estatuto poderá ser alterado a qualquer tempo, por voto concorde de dols terços dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.
- Art. 43 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.



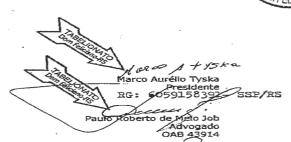
12

continua na próxima folha

continuação da folha anterior, Registro nº 26

TATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Feliciano - RS, 16 de outubro de 2014.





13

O referido é verdade e dou fé.

Dom Feliciano, terça-feira, 31 de março de 2015.

Taise Lasek Brandt 2ª Registradora Substituta

Emolumentos:

Total: R\$ 110,50 + R\$ 1,30 = R\$ 111,80

Certidão PJ (15 pgs): R\$ 100,50 (0178.04.1500004.00003 = R\$ 0,70) Busca: R\$ 6,40 (0178.01.1300013.01286 = R\$ 0,30)

Processamento eletrônico: R\$ 3,60 (0178.01.1300013.01287 = R\$ 0,30)

Ilma. Sra.

Bela, Adriana Teixeira de Oliveira

DD. Registradora do Registro civil das Pessoas Jurídicas

Dom Feliciano - RS.

NEILTO FERREIRA DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 10/08/1993, agricultor, inscrito no CPF nº 019.445.740-00, portador da cédula de identidade civil nº 9104535341, expedida pela SSP/RS em 26/08/2011, residente e domiciliado na localidade denominada Linha Trinta e Cinco, neste município de Dom Feliciano – RS; na qualidade de atual Presidente da *Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski*, vem pelo presente solicitar a Vossa Senhoria, se digne averbar a margem do registro do Estatuto que se encontra registrado em seu Oficio, conforme Livro A-01 - Pessoas Jurídicas, à folha 060, sob o número de ordem 26 – *a alteração da diretoria*, que após Assembléia Geral Extraordinária realizada aos dezesseis (16) de dezembro do ano de dois mil e catorze (2014), conforme Ata nº 79.

Para tanto, anexo ao presente, duas vias da Ata nº 79, devidamente assinada. Nesses termos,

Pede deferimento,

Dom Feliciano, 07 de Janeiro de 2015.

Willia Karanado Sarano

NEILTO FERREIRA DA SILVEIRA

ATA DE ELEIÇÃO E EMPOSSAMENTO Nº 79

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA NOVA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI.

Aos dezesseis (16) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quatorze (2014), neste município de Dom Feliciano-RS, as vinte horas (20hs) em primeira chamada e às vinte horas e trinta minutos (20h30m) em segunda chamada, na sala de categuese da Paróquia Nossa Senhora de Czestochowa, atendendo ao Edital de Convocação da Assembléia Geral Extraordinária para eleição da Nova Diretoria, conforme determinado no Estatuto, reuniram-se os associados com presenças devidamente registradas, para deliberarem quanto à Eleição da Nova Diretoria, gestão com início em dezembro/2014 à dezembro/2017. da Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski. Assumiu a direção dos trabalhos o Senhor PAULO ROBERTO DE MELO JOB. brasileiro, casado. advogado, inscrito no CPF número 370.308.330-15, portador da cédula de identidade civil número 1021408181, expedida pela SSP/RS em 06/10/1980. residente e domiciliado na Rua General Osório, nº 1353, centro, nesta cidade de Feliciano/RS, ao qual coube a tarefa de presidir a presente ata. Após constatar suficiente o quorum estabelecido no Estatuto e que todos os associados presentes estavam em condições regulares de voto, declarou-se regularmente instalada a Assembléia e dando atendimento à ordem do dia. esclareceu sobre as funções dos membros a Associação e. em seguida, os presentes foram convidados a candidatarem-se ao cargos. Conhecidos os candidatos, alistados em chapa única. a Assembléia entrou em deliberação pelo tempo necessário para debate e estudo cuidadoso dos nomes apresentados. Teve inicio o pleito, seguido da contagem dos votos, presenciada por todos. O resultado foi apresentado, sendo a chapa eleita por unanimidade, tendo ficado a nova Diretoria da Associação, assim composta: DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: NEILTO FERREIRA DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 10/08/1993, agricultor, inscrito no CPF número 019.445.740-00, portador da cédula de identidade civil número 9104535341, expedida pela SSP/RS em 26/08/2011, residente e domiciliado na localidade denominada L'inha Trinta e Cinco, neste município de Dom Feliciano, RS:

<u>Vice - Presidente:</u> MARCO AURÉLIO TYSKA, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF número 898.232.900-59. portador da cédula de identidade civil número 6059158391, expedida pela SSP/RS em 16/07/1993, residente e domiciliado na Linha Trinta e Cinco, neste município de Dom Feliciano, RS;

Secretária: OLIVIA SZCZECINSKI MACIEJEWSKI, brasileira, viúva, agricultora, inscrita no CPF número 403.700.200-06, portadora da cédula de identidade civil número 3020404012, expedida pela SJS/RS em 13/03/2002, residente e domiciliada na localidade denominada Ponte do Sutil, neste município de Dom Feliciano, RS;

<u>Tesoureiro:</u> LEONIL KALICKI, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF número 487.010.840-20, portador da cédula de identidade civil número

The Colone Big Marine 1984

1039076094, expedida pela SSP/RS em 01/08/1985, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, número 752, nesta cidade de Dom Feliciano, RS:

DIRETOR CULTURAL:

DIEGO SORTICA, brasileiro, casado, assistente de crédito rural, inscrito no CPF número 027.358.000-08, portador da Carteira Nacional de Habilitação 1039076094, expedida pelo DETRAN/RS em 13/05/2011, residente e domiciliado na localidade denominada Linha Laurentino Freire, neste município de Dom Feliciano, RS:

DIRETOR DE PATRIMÔNIO:

JOSÉ ADAUTO KUCZYNSKI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF número 431.316.030-20, portador da cédula de identidade civil número 8029918417, expedida pela SSP/RS em 28/03/1983, residente e domiciliado na Rua Cândido Godoy, número 769, nesta cidade de Dom Feliciano, RS:

CONSELHO ADMINISTRATIVO: Efetivos

VERA LUCIA TYSKA, brasileira, casada, agricultora, inscrita no CPF número 003.804.950-34, portadora da cédula de identidade civil número 1070643745. expedida pela SSP/RS em 05/12/2011, residente e domiciliada na localidade denominada Linha Trinta e Cinco, neste município de Dom Feliciano, RS;

LUIZ CARLOS OLIVEIRA DE LACERDA, brasileiro, divorciado, motorista. inscrito no CPF número 536.321.090-87, portador da cédula de identidade civil número 4043598277, expedida pela SSP/RS em 18/10/2007, residente e domiciliado na Rua Dante Morelli, número 185, nesta cidade de Dom Feliciano, RS:

TIAGO MALISZEWSKI WOLOWSKI. brasileiro. assistente técnico. solteiro, maior, nascido em 10/11/1981, inscrito no CPF nº 968.761.900-72, portador da cédula de identidade civil nº 5069152618, expedida pela SJS/RS, em 30/07/1999, residente e domiciliado na Rua 14 de Julho - nº 167, nesta cidade de Dom Feliciano - RS:

Suplentes: NOEDIR MACIEJEWSKI, brasileira, casada, agricultora, inscrita no CPF número 938.610.440-72, portadora da cédula de identidade civil número 3057891339, expedida pela SJS/RS em 17/09/1998, residente e domiciliada na Rua Dante Morelli, número 43, nesta cidade de Dom Feliciano, RS;

CÂNDIDO FRANCISCO MARTINS SCISLEWSKI, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 24/03/1957, empresário, inscrito no CPF número 239.085.720-53, portador da cédula de identidade civil número 1000506293, expedida pela SSP/RS em 20/02/1990, residente e domiciliado na Avenida Carlos Barbosa Gonçalves, número 123, nesta cidade de Dom Feliciano, RS;

ZELIA TARNOWSKI KUCZYNSKI, brasileira, casada, comerciária, inscrita no CPF número 431.311.310-04, portadora da cédula de identidade civil número 9043584011, expedida pela SSP/RS em 20/08/1986, residente e domiciliada na Rua Cândido Godoy, número 769, nesta cidade de Dom Feliciano, RS:

CONSELHO FISCAL: Efetivos

PAULO SIVINSKI, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF número 683.271.960-49, portador da cédula de identidade civil número 3058889861, Chief the plant we give

expedida pela SSP/RS em 21/11/2008, residente e domiciliado na localidade denominada Linha Evaristo Teixeira, neste município de Dom Feliciano, RS;

LEANDRO TANSKI SOARES, brasileiro, casado, comerciário, inscrito no CPF número 990.753.420-04, portador da cédula de identidade civil número 1075503704, expedida pela SSP/RS em 22/12/1995, residente e domiciliado na Rua Dante Morelli, número 168, nesta cidade de Dom Feliciano, RS;

HENRIQUE OLSZEWSKI, brasileiro. solteiro. maior, nascido em 04/04/1956, motorista, inscrito no CPF número 243.073.600-44, portador da Carteira Nacional de Habilitação número 01692715346, expedida pelo DETRAN/RS em 19/03/2013, residente e domiciliado na Rua Carlos Barbosa Gonçalves, número 109, nesta cidade de Dom Feliciano, RS:

Suplentes:

HELIO SIEMIONKO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF número 398.928.910-15, portador da cédula de identidade civil número 9030838313. expedida pela SSP/RS em 17/11/1982, residente e domiciliado na Rua Alfredo Borges, número 238, nesta cidade de Dom Feliciano, RS:

ADRIANO KRACHEFSKI, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF número 973.136.370-04, portador da cédula de identidade civil número 3081362182 expedida pela SJS/RS em 14/04/1998, residente e domiciliado na localidade denominada Linha Trinta e Cinco, neste município de Dom Feliciano. RS:

SILVIO KOBER, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF número 904.215.150-15, portador da cédula de identidade civil número 1050790813, expedida pela SSP/RS em 06/07/1988, residente e domiciliado na localidade denominada Colônia Nova, neste município de Dom Feliciano, RS;

COMISSÃO ÉTICA: Efetivos

ERALDO DA SILVA STACHLEWSKI, brasileiro, casado, cabeleireiro, inscrito no CPF número 562.861.040-20, portador da cédula de identidade civil número 9040690654, expedida pela SSP/RS em 26/08/1985, residente e domiciliado na localidade denominada Linha Anápio Silveira, neste município de Dom Feliciano, RS:

LUCIANA TEREZINHA NOVINSKI, brasileira, divorciada. servidora municipal, inscrita no CPF número 970.393.650-49, portador da cédula de identidade civil número 2069154926, expedida pela SSP/RS em 13/11/2014, residente e domiciliada na Rua Carlos Barbosa Gonçalves, número 980, nesta cidade de Dom Feliciano, RS;

SADI SOARES, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF número 318.674.800-34, portador da Carteira Nacional de Habilitação número 02019191235, expedida pelo DETRAN/RS em 03/10/2011, residente e domiciliado na Rua General Osório, número 1062, nesta cidade de Dom Feliciano, RS;

MARIA LORENA SLAWSKI SOARES, brasileira, casada, agricultora, inscrita no CPF número 885.918.590-49, portador da cédula de identidade civil número 7028335698, expedida pela SJS/RS em 07/03/2006, residente e domiciliada na localidade denominada Linha Assis Brasil, neste município de Dom Feliciano, RS;

Elizabet Mongrish

JOÃO PAULO ROSIAK, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF número 813.007.940-20. portador da cédula de identidade civil número 1069152245, expedida pela SSP/RS em 16/09/2011, residente e domiciliado na Rua Treze de Maio, número 198, nesta cidade de Dom Feliciano, RS:

Suplentes: CLAUDIOMIR ANTÔNIO CACZMAREKI, brasileiro. casado. empresário. inscrito no CPF número 536.325.240-68, portador da cédula de identidade civil número 5037333662, expedida pela SSP/RS em 19/12/1984. residente e domiciliado na Rua Ivo Mainardi. número 73, nesta cidade de Dòm Feliciano. RS;

CLODOIR FERREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF número 995.152.530-04, portador da cédula de identidade civil número 8083114201, expedida pela SJS/RS em 16/07/1998, residente e domiciliado na localidade denominada Linha Trinta e Cinco, neste município de Dom Feliciano. RS:

ORLANDO JOSÉ NOVINSKI, brasileiro, separado judiciário, agricultor, inscrito no CPF número 403.701.270-72, portador da cédula de identidade civil número 2028344352, expedida pela SSP/RS em 25/07/1995, residente e domiciliado na Rua Vespasiano Corrêa, número 404, nesta cidade de Dom Feliciano, RS:

AILTO LACERDA DA SILVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF número 398.930.060-15, portador da cédula de identidade civil número 4029595347, expedida pela SSP/RS em 10/08/1982, residente e domiciliado na localidade denominada Erval, neste município de Dom Feliciano, RS;

EDGAR MOLLERKE SORTICA, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF número 431.327.310-72, portador da cédula de identidade civil número 2040555902, expedida pela SSP/RS em 20/05/1986, residente e domiciliado na localidade denominada Linha Evaristo Teixeira, neste município de Dom Feliciano, RS;

CONSELHO COMUNITÁRIO:

JEEP CLUBE DOM FELICIANO, inscrito no CNPJ número 74.701.174/0001-57, neste ato representado por seu presidente ALEKSANDRO KWIATKOWSKI CARDOSO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF número 970.937.000-63, portador da cédula de identidade civil número 2079233587, expedida pela SSP/RS em 13/10/2014, residente e domiciliado na localidade denominada Vila Fátima, neste município de Dom Feliciano, RS;

CPM ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO DOM FELICIANO, inscrito no CNPJ número 88.357.942/0001-72, neste ato representado pela sua presidente LIRIA DENISE SZORTYKA, brasileira, solteira, maior, nascida em 26/12/1976, empresária, inscrita no CPF número 930.194.160-00, portadora da cédula de identidade civil número 8057889332, expedida pela SSP/RS em 07/05/1990, residente e domiciliada na Rua Benjamin Constant, número 954, nesta cidade de Dom Feliciano, RS;

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO SUL COOPACS LTDA, inscrita no CNPJ número 07.775.105/0001-61, neste ato representado pelo seu presidente ALVORINO BERGMANN MIRITZ, brasileiro, casado. agricultor, inscrito no CPF número 885.710.920-87, portador da cédula de identidade civil

Exe la

número 2052956535, expedida pela SSP/RS em 19/01/1990, residente e domiciliado na localidade denominada Linha Corrêa Neto, neste município de Dom Feliciano, RS;

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE DOM FELICIANO – ACIDOF, inscrito no CNPJ número 90.152.984/0001-19, neste ato representado pelo seu presidente CLAUDIO LUIZ ROSINSKI, brasileiro, casado, mecânico, inscrito no CPF número 587.801.490-49, portadora da cédula de identidade civil número 1040469197, expedida pela SSP/RS em 22/08/1986, residente e domiciliado na Rua. Benjamin Constant, número 140, nesta cidade de Dom Feliciano, RS; e,

CTG DOM FELICIANO, inscrito no CNPJ número 90.151.630/0001-50, neste ato representado pelo seu presidente FRANCISCO THADEU DOS SANTOS RODRIGUES, brasileiro, divorciado, vigilante, inscrito no CPF número 505.898.900-00, portador da cédula de identidade civil número 4058888217, expedida pela SSP/RS em 15/05/2013, residente e domiciliado na Rua Dante Morelli, número 185, nesta cidade de Dom Feliciano, RS;

Concluído os trabalhos, foi comunicado que o mandato terá seu inicio em dezembro de 2014 e término em dezembro de 2017, ficando os eleitos empossados no ato. Finalmente, o novo Presidente passou a palavra para que quisesse se manifestar, e na ausência de manifesto e nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a Secretária empossada, que lavrasse a presente Ata. A presente segue assinada pelo Presidente e Secretária, ora empossados, e pelo advogado Sr. Paulo Roberto de Melo Job que presidiu a presente Ata.

Dom Feliciano, 16 de dezembro de 2014.

Netto da Silveira – RG nº9104535341-SSP/RS em 26/08/2011

Olivia Szczesnski Maciejewski – RG n° 3020404012 - SJS/RS, em 13/03/2002

Paulo Roberto de Melo Job - RG 1021408181 - SSP/RS, em 06/10/1980

TABELIONATO DE NOTAS

Rua Cánado Godpy, 709 - Centro Bell-Adriana Tanto sel de Oliveira TABELIONATO DE NOTAS DE DOM FELICIANO Rus Candido Godoy, 709~ Centro - Fond. (51) 3677-1315 Berl, Adnaria Toixeira de Oliveira - Tabellá Designada

Reconheco a AUTENTICIDADE das firmas de NEILTO FERREIRA D SILVEIRA CLIVIA SZCZECINSKI MACIEJEWSKI e PAULO ROBERTO D MELO JOB Dou fe.

O JOB Dou fé.
EN TESTEMUNHO DA VERDADE
Dom Feliciano, 7 de janeiro de 2015.
Fátima Madatena Lacerda - Escrevento autorizado

Emol: RS 10 60 + Selo digital: RS 0.90 Selo: 0181 01 1400005 03848a 03850

VALIDO SOUTENTE SEM EMENDAS ANTON AS ALAGARETA LACENCIA.

ESCREVENTE Autorizada

Portaria 01/2013

PROTOCOLO: N° 2705, no livro A-3, às fis 50, em 07/01/2015. AVERBAÇÃO: N°11/Reg 26, no livro A-1. DE PESSOAS JURÍDICAS, às fis 85 frente, em 07/01/2015.

Dom Feliciano, quarta-feira, 7 de janeiro de 2015

O 105 Doi 051 Dob 2015

Ta se Lases Branci - 2" Registradora Substituta

Total: RS 91,10 + RS 1 85 / RS 88 95

Exame focuments: RS 91,10 f018,00,1400015 00007 = RS 0,55;

Evempajo 91, RS 45,40 (0178,04,1000016 00176 = RS 0,00;

Clightilizajo 75 600 (0178,04,1000017 01106 = RS 0,00;

Processamento eletronico: RS 3,60 (0178,01,100018 01105 = RS 0,00;

יהבטני שנו באנוצשני ומנים ביוני שני ביוני

Talisa Lasek Brendi. Re

OFICIO DOS REGISTROS EN BLICOS

OFICIO DOS REGISTROS EN BLICOS

RUB CAMBRICANO EN BRICANO ANTONO DE LOS REPRENDADOS

RUB CAMBRICANO EN BRICANO DE LOS REPRENDADOS

RUB CAMBRICANO EN BRICANO DE LOS REPRENDADOS

RUB CAMBRICANOS EN BRICANOS DE LOS REPRENDADOS

RUB CAMBRICANOS EN BRICANOS DE LOS REPRENDADOS

RUB CAMBRICANOS EN BRICANOS DE LOS REPRENDADOS

RUB CAMBRICANOS EN BRICANOS DE LOS REPRENDADOS

RUB CAMBRICANOS DE LOS REPRENDADOS DE LOS REPRENDADOS

RUB CAMBRICANOS DE LOS REPRENDADOS DE LOS REPRENDADOS

RUB CAMBRICANOS DE LOS REPRENDADOS DE LOS REPRENDA









Este documento é o comprovente de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - OFF, vadada a exigência por terceiros, salvo nos cesos previstos na legislação vigente.

Assinatura

MARCO AMPIE 10 TYSPA

SE VÁLIDO EM TÓDO Ó TERRITÓRIO NACIONAL

R PARTO AMPIE 10 TYSPA

EMÍTIGO EM TÓDO Ó TERRITÓRIO NACIONAL











MINISTÈRIO DA FAZENDA

Receita Federal Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 403.700,200-06

OLIVIA SZCZECINSKI MACIEJEWSKI

Nascimento 07/04/1963

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



MINISTÈRIO DA FAZENDA

Receita Federal Cadastro de Pessoas Físicas COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

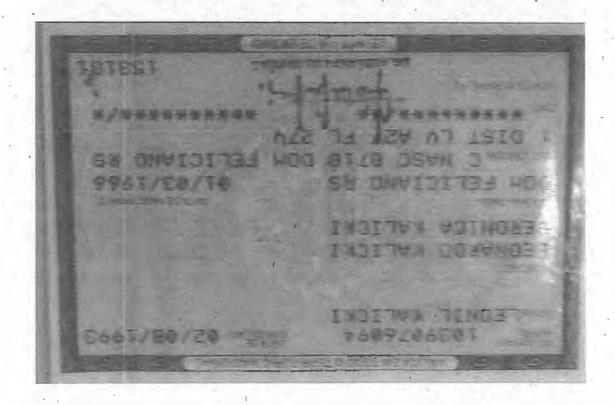
> Número 487.010.840-20

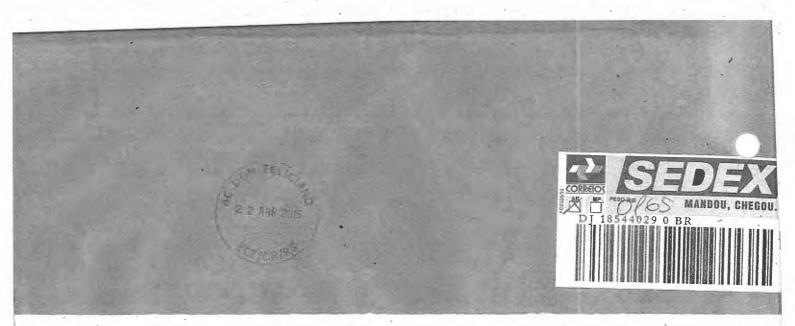
Nome LEONIL KALICKI

> Nascimento 01/03/1966

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



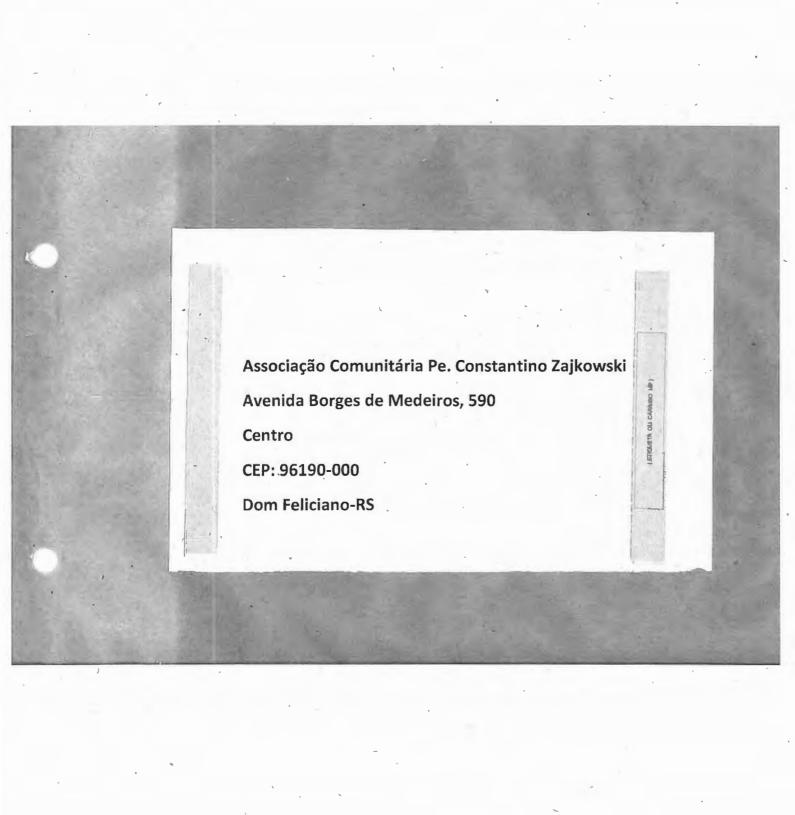




Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São PauloSP.

Fone: (11) 3101-0123





Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 027.358.000-08

Nome da Pessoa Física: DIEGO SORTICA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 11:14:51 do dia 25/02/2015 (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: 6106.9E7C.D5BC.A524

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 431.316.030-20

Nome da Pessoa Física: JOSE ADAUTO KUCZYNSKI

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **15:43:02:** do dia **27/04/2015** (hora e data de Brasília). Código de controle do comprovante: **B955.3F94.8E0B.D6A3**A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <u>www.receita.fazenda.gov.br.</u>

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP. Fone: (11) 3101-0123

Memo. nº 1329/2015/SEI-MC

São Paulo, 27 de abril de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Entidade Localidade	<u>CNPJ</u>	
01. Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM Estância Velha/RS	02.488.296/.0001-67	
02. Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilandia de Minas Brasilândia de Minas/MG	03.091.239/0001-02	
03. Associação Comunitária 29 de Dezembro - ACVD Cruz do Capibaribe/PE	02.286.253/0001-07	Santa
04. Associação Cultural Comunitária de Pedreira Pedreira/SP	01.585.086/0001-24	
05. Associação de Moradores do Serra Verde Alegre/RS	02.683.487/0001-80	Porto
06. Movimento Teatral Ziriguidum Art Circus Pesqueira/PE	02.351.731/0001-07	
07. Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danuzia Danielle Escada/PE	03.407.938/0001-19	
08. Associação Comunitária Feminina de Montalvânia Montalvânia/MG	01.903.554/0001-61	
09. Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural		

_

de Mutum - ACORDECUM Mutum/MG	02.615.534/00041-58	
10. Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informa-		
tivo e Social de Mirassol D'Oeste Mirassol D'Oeste/MT	02.839.951/0001-84	
11. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos Valinhos/SP	02.130.718/0001-28	
12. Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski	01.571.761/0001-66	Dom

Atenciosamente.

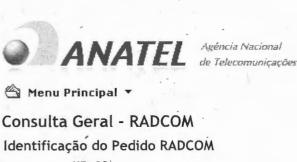


Feliciano/RS

Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão**, **Delegado**, em 28/04/2015, às 10:22, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador **0478553** e o código CRC **8CD3E6C9**.



UF: RS

Município: Dom Feliciano

Canal: 198 Fase: 3

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA PE, CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Nome Fantasia:

Logradouro: AV. BORGES DE MEDEIROS, 590 - CENTRO

Telefone: Não Informado

Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

± Dados da Outorga

□ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Órgão No Ato Tipo do documento Data Ato Data DOU Razão Natureza Autoriza ✓ **4** 14/08/2000 **4** 25/08/2000, 457 Portaria Executar **4** ∃ur. ∨ **4** Serviço Autoriza o Uso de 19634 SCM 03/10/2001 Radiofregüência de RADCOM Deliber. do C. Decreto Legislativo ◀ CN **4** 29/05/2003 30/05/2003 Jur. Nacional Autoriza o Uso de **♦** SCM **◆** 15/07/2003 **◆** 16/07/2003 37755 ◀ Téc. ✔ Radiofreqüência de RADCOM

- El Característica da Estação Instalada



SRD »» Consultas »» Geral menu ajuda

Distrito: Dom Feliciano

Sub Distrito: Local Especifico:

CNPJ: 01.571.761/0001-66

Bairro: CENTRO

Número: :

Fax: Não Informado

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo no:

53900.030104/2015-56

Interessado(a):

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO ZAJKOWSKI

Em atenção ao Memorando nº 1329/2015/SEI-MC, informamos que, após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PE. CONSTANTINO ZAJKOWSKI, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 01/07/2015, às 09:42, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0558738 e o código CRC CDCF1094.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 8554/2015/SEI-MC

TTOCESSO II : 3	53000.005567/2013-61
Assunto: Ren	ovação de outorga.
	SUMÁRIO EXECUTIVO
	Trata-se da Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski , entidade executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Dom Feliciano/RS , por aria n° 457 , publicada no DOU de 25/08/2000, e Decreto Legislativo n° 204 , publicado no 5/2003.
	ANÁLISE
F	
2.	
Radiodifusão requerente, approtocolado e	O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Comunitária se expirou em 30/05/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como presentou, tempestivamente, seu pedido de renovação, subscrito por seu representante legal, em 05/02/2013 e postado em 01/02/2013 (doc. 0082121, páginas 02 e 84), nos termos do art. Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria
Radiodifusão requerente, aj protocolado e 6°, Parágrafo	Comunitária se expirou em 30/05/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como presentou, tempestivamente, seu pedido de renovação, subscrito por seu representante legal, em 05/02/2013 e postado em 01/02/2013 (doc. 0082121, páginas 02 e 84), nos termos do art.
Radiodifusão requerente, aj protocolado e 6°, Parágrafo	Comunitária se expirou em 30/05/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como presentou, tempestivamente, seu pedido de renovação, subscrito por seu representante legal, em 05/02/2013 e postado em 01/02/2013 (doc. 0082121, páginas 02 e 84), nos termos do art.
Radiodifusão requerente, aj protocolado e 6°, Parágrafo	Comunitária se expirou em 30/05/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como presentou, tempestivamente, seu pedido de renovação, subscrito por seu representante legal, em 05/02/2013 e postado em 01/02/2013 (doc. 0082121, páginas 02 e 84), nos termos do art.
Radiodifusão requerente, aj protocolado e 6°, Parágrafo	Comunitária se expirou em 30/05/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como presentou, tempestivamente, seu pedido de renovação, subscrito por seu representante legal, em 05/02/2013 e postado em 01/02/2013 (doc. 0082121, páginas 02 e 84), nos termos do art. Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria

QUADRO DIRETIVO

NEILTO FERREIRA DA SILVEIRA - Presidente

MARCO AURELIO TYSKA - Vice Presidente

OLIVIA SZCZECINSKI MACIEJEWSKI - Secretária

LEONIL KALICKI - Tesoureiro

DIEGO SORTICA - Diretor Cultural

JOSÉ ADAUTO KUCZYNSKI - Diretor de Patrimônio

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	ITEM	ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 04 a 16 do evento SEI (0476754) do documento 53900.020283/2015-13
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 18 a 23 do evento SEI (0476754) do documento 53900.020283/2015-13

3.	Comprovantes relativos à maioridade e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, página 21 do evento SEI (0082121) e páginas 24 a 31 do evento SEI (0476754) do documento 53900.020283/2015-13 e evento SEI (0478212)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 03 do evento SEI (0082121)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 06 do evento SEI (0082121)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 07 do evento SEI (0082121)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 35 a 39 do evento SEI (0082121)

4. Não existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0558738 processo anexado 53900.030104/2015-56.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, está Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru**, **Advogado**, em 07/07/2015, às 14:43, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão**, **Delegado**, em 07/07/2015, às 15:28, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 14:23, conforme art. 3°, . III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, em 20/07/2015, às 12:09, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014. N° de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho**, **Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/08/2015, às 15:03, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0477794 e o código CRC 57337CB2.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.005567/2013-61, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.
- 2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3°, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6°, Parágrafo Único, da Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos n° 53000.005567/2013-61 e n° 53790.001203/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I - RELATÓRIO

- 1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
- 2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de major celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
- 3. É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA № 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4° da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2° e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

- I Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
- II Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

- 5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
- 6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
- 7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
- 8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
- 9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
- 10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

- 11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".
- 12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
- 13. O primeiro requisito tem a ver com a <u>tempestividade</u> do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

- de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.
- § 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.
- § 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.
- § 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:
- I na hipótese do § 2º deste artigo; e
- II nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.
- 14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1°, §§ 2° e 3° da Portaria n° 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU n° 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.
- 15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:
- (1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;
 - (2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- (3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ válido e atual;
- (4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;
- (5) ata de eleição da diretoria em exercíció, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
 - (6) comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes;
- (7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;
 - (8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.
- 16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
- 17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.
- 18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

- 19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
- 20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
- 21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioridade dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9°, § 2°, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioridade pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
- 22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioridade e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
- O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:
 - 21.4.1. O Conselho Còmunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
- 24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação "quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação" (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
- 25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
- 26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
- 27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
- 28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

- 20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.
- 29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
- 30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

- 31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
- 32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
- 33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	-		
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	emi con de	claração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a ssora encontra-se com suas instalações e equipamentos em formidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação ente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.		
3	Cer	tidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.		
4.	1	mprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do nistério da Fazenda – CNPJ válido e atual.		
5	Esta ou	cumentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no atuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 12/1998.		
6		de eleição da diretoria em exercício, 'devidamente registrada no tório de Registro de Pessoas Jurídicas.		
7	Coı	mprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.		
8 .	1	imo relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.		
9	Relatório de apuração de infrações.			·
9.1		Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2		Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tai como a ocorrência de infrações graves ou número significativo d irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Er caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com posicionamento da área técnica.		

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, [2] 21.4.1. sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0562589 e o código CRC 133A832C.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica Departamento de Acompanhamento e Avaliação Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.005567/2013-61

Considerando o disposto no Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 0590895), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		Ok, páginas 02 e 84 do evento SEI (<u>0082121</u>)
.1	O requerimento é tempestivo?	X .		
7	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		Ok, página 03 do evento SEI (<u>0082121</u>)
	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	х		Ok, página 06 do evento SEI (<u>0082121</u>)
	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda — CNPJ válido e atual.	х		Ok, página 07 do evento SEI (<u>0082121</u>)
	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	х		Ok, páginas 04 a 16 do evento SEI (0476754) do documento 53900.020283/2015-13
	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	х		Ok, páginas 18 a 23 do evento SEI (<u>0476754</u>) do documento 53900.020283/2015-13
	Comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.	x		Ok, página 21 do evento SEI (0082121) Páginas 24 a 31 do evento SEI (0476754) do documento 53900.020283/2015-13 Evento SEI (0478212)
	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		Ok, páginas 35 a 39 do evento SEI (<u>0082121</u>)

9	Relatório de apuração de infrações	х		Evento SEI (0558738) - processo 53900.030104/2015-56
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 16/07/2015, às 14:23, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0590901 e o código CRC 9C46DF43.

Minutas e Anexos

PORTARIA Nº 3600/2015/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6°, Parágrafo Único, da Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos n° 53000.005567/2013-61 e n° 53790.001203/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0644451 e o código CRC FB2A40A4.

EM Nº 519/2015/SEI-MC

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.005567/2013-61, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3°, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3°, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador **0644466** e o código CRC **476020D**E.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Nº 162, terça-feira, 25 de agosto de 2015

rt. 20 A entidade autorizada deverá operar utilizando a de 104,9MHz.

frequência de 104,9MHz.

Art. 30 Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da
Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em
caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 40 Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.589, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, 110 uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6°, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.060033/2013-06 e nº 53770.000599/1999, resolve:

e nº \$3770.000599/1999, resolve:
Art. 1º Renovar polo prazo de dez anos, a partir de
24/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CANTAGALENSE DE RADIODIPUSÃO, para executar,
sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunidiria,
na localidade de Três Rios/RJ.
Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612,
de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e
normas complementares.
Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da
Constituição Federal.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.590, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6°, Paragrafo, Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029406/2013-63 e nº 53710.001290/1998, resolve:

e nº 53/10.001.2901/998, resolve:

1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNI-TÁRIA DE RADIODIFUSÃO DOM OTHON MOTTA, para executar, sem direito de exelusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Campanha/MG.

Parágrafo único, A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

rmas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-eração do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

blicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.591, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Unico, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057353/2011-17 2 nº 53710.000774/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29/03/2011, a. autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÂRIA CULTURAL E ARTISTICA DE PRATINHA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pratinha/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ieis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

blicação

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.592, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Unico, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048613/2013-17 e nº 53710.001732/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CACHOEI-RENSE DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ouro Preto/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612,

de 19 de feveriro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua puhlicação

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.594, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062556/2013-89 e nº 53640.001175/1998, resolve:

e nº 33640.001175/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de
02/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LAR COMUNITÁRIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço
de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Poções/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612,
de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e

normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.595, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista

Unico, da Lui nº 9.012, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000,057226/2011-18 e nº 53700.00040/1999-86, resolve:
Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/09/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÂRIA DE TRÊS LAGOAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Três Lagoas / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.596, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067636/2013-21 e nº 53830.002114/1998, resolve:

e nº 35630.002.114/1998, resolve:
Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de
20/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO LOCAL DE
OBRAS ASSISTENCIAIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de
Ferraz de Vasconcelos / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612. raragrato unico. A autorização reger-se-a peia Lei n 9.012, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da

Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.597, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Unico, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058142/2013-93 e nº 53103.000775/1998-61, resolve:

e ii - 321/23.0001/3/1998-61, resolve:

- Art. lº Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14/12/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIO-DIFUSÃO DE CUMARU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Cumaru / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

blicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.598, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇOES, no uso de suas attibuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Unico, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059736/2013-83 e nº 53700.001622/1998-10, resolve:

Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA ESPERANÇA DE IGUATEMI - ACEI, para executar, sem dicalidade de Iguatemi/MS.

Parágrafo único A autorização processe-á nela Lei nº 9.612

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e

normas complementares.

normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.599, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas arirbuições, conforme o disposto no art. 6°, Parágarão Unico, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tende em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.07120172013-81 e nº 53650.0025801/1998-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 05/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PALMACIA-NA DA COMUNIDADE SEDE - ASPACS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Palmácia/CE.

Parágrafo único. E.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.600, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Unico, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.005567/2013 e nº 53790.001203/1998, resolve:
Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÂRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

de 19 de févereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º de art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicaria.

blicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.601, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Unico, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.058134/2011-47 e nº 53710.01053/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28/06/2011, a autorização outorgada à RADIO COMUNITARIA NO-VA LIMA FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitaria, na localidade de NOVA LIMA/GG.

Parágrafo único. Á autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

ac 13 de tevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.005567/2013-61

Referência: Portaria nº 3.600, de 19 de agosto de 2015.

Interessado: Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25/08/2015, da Portaria nº 3.600, de 19/08/2015, que "Renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Feliciano-RS", restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 26 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 27/08/2015, às 15:34, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0685846 e o código CRC 25158273.

Minutas e Anexos

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53000.005567/2013-61

Entidade: Associação Comunitária Pe Constantino Zajkowski (pe Constantino)

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3600, de 19/08/2015, no Diário Oficial da União de 25/08/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Dom Feliciano/RS**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n º 53000.005567/2013-61, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Samir Amando Granja Nobre Maia, Còordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 01/09/2015, às 17:03, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0692663 e o código CRC AE951574.

Minutas e Anexos

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES **GABINETE DO MINISTRO** COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.005567/2013-61

Interessado: Associação Comunitária Pe Constantino Zajkowski (pe Constantino)

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 14 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete, em 15/10/2015, às 11:10, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0768984 e o código CRC 3DB49038.

Minutas e Anexos

EM Nº 678/2015/SEI-MC

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.005567/2013-61, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.
- 2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/12/2015, às 09:56, conforme art. 3°, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mc.gov.br/verifica.html informando o código verificador 0778426 e o código CRC 16B654F5.

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.005567/2013-61, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Dom Feliciano/RS.
- 2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3°, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Presidência da República
CODOC/PROTOCOLO

1 7/EV 2016
Hora:

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

- 1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
- 2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
- 3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

- I Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
- II Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

- 5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
- 6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
- 7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
- 8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
- 9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
- 10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

- 11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".
- 12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

- 13. O primeiro requisito tem a ver com a <u>tempestividade</u> do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:
 - Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.
 - § 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.
 - § 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.
 - § 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:
 - I na hipótese do § 2º deste artigo; e
 - II nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.
- 14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1°, §§ 2° e 3° da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.
- 15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:
- (1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;
 - (2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- (3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ válido e atual;
- (4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

- (5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
 - (6) comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes;
- (7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;
- (8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.
- 16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
- 17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.
- 18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.
- 19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
- 20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
- 21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioridade dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9°, § 2°, incisos II e III, da Lei n° 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioridade pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
- 22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioridade e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
- 23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:
 - 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

- 24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação "quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação" (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
- 25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
- 26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
- 27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
- 28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:
 - 20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.
- 29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
- 30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

- 31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
- 32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
- 33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015 RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

SI NÃ Fls. /
M O doc.

Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.

1.1

2

O requerimento é tempestivo?

Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ válido e atual.
- Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.
- Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes 8 do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.

- 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
- Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.
- [1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.
- [2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque